
ÍNDICE

I.	Prefácio	333
II.	Apresentação das reuniões	337
III.	Programa das reuniões	341
IV.	IV Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas (COPA)	347
4.1	Intervenções na Cerimônia de Inauguração Intervenção da Sra. Laura Pavón Jaramillo, Presidente da COPA e deputada do Congresso federal do México	349
	Intervenção da Sra. María Elena Álvarez de Vicencio, deputada do Congresso federal do México.....	353
	Intervenção do Sr. Martí Batres Guadarrama, deputado do Congresso federal do México.....	355
	Intervenção da Sra. Beatriz Paredes Rangel, Presidente da Câmara dos Deputados do México	357
	Intervenção do Sr. Arturo Montiel Rojas, Governador do Estado de México	363
	Intervenção do Sr. Vincente Fox Quesada, Presidente do México	367
4.2	Conferências <i>Construindo a Democracia</i> no México, conferência ditada pelo Dr. José Woldenberg	371
	<i>Problemática em torno das drogas</i> , conferência ditada pelo Dr. Guido Belsasso.....	385
	<i>Narcotráfico e o consumo ilícito de droga</i> , conferência ditada pelo Dr. Estuardo Mario Bermúdez Molina	395
4.3	Estatutos.....	407
4.4	Declaração Parlamentar de Ixtapan de la Sal.....	425

4.5	Recomendações	
	Comissão sobre ALCA, economia, comércio, trabalho e migração	429
	Comissão sobre democracia e direitos humanos	433
	Comissão sobre educação, cultura, ciência e tecnologia	435
	Comissão sobre saúde e desenvolvimento social	439
	Comissão sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável	443
	Comissão sobre paz e segurança pública	445
4.6	Composição do Comitê Executivo	457
V.	III Reunião anual da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas	459
5.1	Relatório	461
5.2	Recomendações	
	Recomendação sobre orçamentos baseados na diferença entre gêneros.....	467
	Recomendação sobre a Reunião de mulheres parlamentares da União Interparlamentar.....	469
	Recomendação sobre o reconhecimento dos direitos da mulher afegane.....	471
	Recomendação sobre os direitos da mulher nigeriana.....	473
	Declaração sobre o dia de não-violência contra a mulher.....	475
	Declaração de Buenos Aires	477
5.3	Composição do Comitê Executivo	481
VI.	Lista dos participantes	645
VII.	Fotografias do Evento	671
VIII.	Parceiros financeiros.....	677

I

MISSÃO CUMPRIDA

Obrigada pela participação entusiasta dos congressos e parlamentos integrantes da Confederação Parlamentar das Américas (COPA), nossa organização tem hoje uma importância maior no concerto político das Américas. As relações políticas e de trabalho entre seus membros são intensas e têm permitido que nossa organização seja acreditada em diferentes instâncias internacionais.

No tempo que tive a honra de presidir nosso organismo, se realizaram várias gestões que permitem à COPA um desempenho com o caráter de observador perante a União Interparlamentar (UIP). Esse mesmo rol tem sido acreditado ante o Foro Interparlamentar das Américas (FIPA). A presença da COPA em ambas instituições parlamentares lhe outorga, carta de naturalização dentre os grupos já consolidados que formam parte do rico mundo de relações políticas entre legisladores.

No México, se considerou necessário, dado seu regime jurídico interno, que ante às instâncias do país que ostenta a presidência da COPA, que seja reconhecida a personalidade jurídica de nossa organização. Isso foi possível e permitiu que com esse "status" se pudesse celebrar, com maior legitimidade, a IV Assembléia Geral da COPA em Ixtapan de la Sal México, cujos logros se resenham nesta memória, assim como a reunião do Comitê Executivo da COPA previa à assembléia citada.

O Comitê Executivo teve um grande tino ao criar três secretarias regionais com funções específicas: em Quebec, México e Brasília. O trabalho destas secretarias tem-se consolidado e tem permitido igualmente que a própria COPA adquira confiança e prestígio dentre os parlamentares das Américas.

Não posso deixar de mencionar o quão útil, que para o propósito anterior, foram as missões de promoção e difusão de nossas atividades diante de um sem números de integrantes de Assembléias Legislativas do Canadá, destacando as reuniões na Assembléia Legislativa de Ontário, na Câmara dos Comuns e no Senado e muito especialmente ante a Assembléia Nacional de Quebec, assim como os contatos pessoais e institucionais com parlamentares centro-americanos em ocasião da reunião de análises do Plano Puebla–Panamá celebrada em Mérida, México, com os parlamentares do Caribe por ocasião da celebração do Foro Internacional pela Paz e o Desenvolvimento, em Porto Rico, e durante o desenvolvimento da XIX Assembléia do Parlamento Latinoamericano (PARLATINO). Nessa ocasião, por certo, perante os parlamentares de toda América Latina, se difundiu a natureza, a origem e o desenvolvimento dos trabalhos da COPA e a necessidade de estreitar laços de colaboração com esse grupo irmão.

Neste rápido inventário não pode-se deixar de lado a missão de promoção levada a cabo em Genebra, Suíça ante o conselho geral da União Interparlamentar e a realizada em Denver, Estados Unidos com a *National Conference of State Legislatures (NCSL)*, adicionalmente *Council of State Governments (CSG)* e a *National Hispanic Caucus of State Legislators (NHCSL)*, da união americana, que, através de suas representações hoje participam ativamente nas tarefas de nossa organização parlamentar.

A COPA, por outra parte, viu enriquecida seu conjunto de membros com a adesão de Aruba e as Antilhas Neerlandesas como membros permanentes. Estamos na espera de que o Parlamento Europeu dê resposta à nossa solicitude para que possamos, igualmente, nessa importante organização do velho continente, sermos considerados como observadores.

É evidente, pelo brevemente descrito, que o âmbito de influência da COPA e a sua importância política é cada vez maior. Independentemente de que muitos de seus legisladores deixem de desempenhar o cargo como tal, derivado dos ciclos políticos de nossos países, a COPA é hoje desde a perspectiva institucional um organismo que faz parte do corpo de grupos que desde o ângulo parlamentar estão contribuindo para dar-lhe dignidade e horizonte na tarefa política. Tenho a certeza que nos próximos anos a COPA terá, cada vez mais, um papel relevante.

Estou profundamente agradecida a todos os que me brindaram com seu apoio. Os êxitos logros alcançados não teriam sido possíveis sem a participação de muitos congressos e assinaladamente dos integrantes do Comitê Executivo. A todos eles minha gratidão.

De minha parte e com grande satisfação, posso dizer: Missão cumprida.



LAURA PAVÓN JARAMILLO

II

APRESENTAÇÃO DAS REUNIÕES

Ixtapan de la Sal, Estado de México, México, foi o cenário no qual teve lugar a **IV Assembléia Geral da Confederação das Américas (COPA)**. Esta publicação recolhe os principais documentos que se produziram ao concluir em 27 de novembro do 2002, as deliberações efetuadas por parlamentares de toda América e os pronunciamentos que na cerimônia inaugural fizeram os representantes da Câmara dos Deputados do México, a Dep. María Elena Álvarez, o Dep. Martí Batres e a Dep. Laura Pavón. Esta última, no duplo caráter de Presidente da COPA e da Assembléia.

Igualmente se incluem as intervenções da Dep. Beatriz Paredes Rangel, Presidenta da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, a do Lic. Arturo Montiel, Governador do Estado de México, anfitrião do evento e, evidentemente, do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, o Lic. Vicente Fox Quesada.

Parte medular desta edição é, por um lado, a Declaração Parlamentar de Ixtapan de la Sal, e as recomendações das Comissões Temáticas e da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, que sintetizam o pensamento e as preocupações mais sentidas dos assistentes à Assembléia.

Durante a Assembléia e como complemento a suas atividade, se ofereceram três conferências, cujos conteúdos se poderão encontrar no portal eletrônico da COPA: A conferência *Construindo a Democracia no México*, a cargo do Presidente Conselheiro do Instituto Federal Eleitoral, Maestro José Woldenberg; a conferência *Problématica em torno das drogas*, a cargo do Doutor Guido Belsasso e a conferência *Narcotráfico e consumo ilícito de drogas* a cargo do Doutor Estuardo Mario Bermúdez Molina.

A Assembléia acordou algumas modificações no Estatuto que a regem e elegeu os novos integrantes de seu Comitê Executivo, assinaladamente a 1ª Vice-presidente, Deputada Jhannett Madriz, Presidente do Parlamento Andino.

Os debates, as discussões, os encontros sociais, os documentos emitidos, a pertinência dos temas tratados e a atmosfera de cordialidade e fraternidade que prevaleceu durante o evento, refletem, primeiro, uma grande maturidade das lideranças políticas do continente e, pela outra, avanços nos processos de entendimento e de criação de consensos em temas vitais por parte dos parlamentares ali reunidos.

Os laços de amizade, a capacidade de inclusão que se materializou nesta assembléia e os acordos tomados, dão fé da eficácia da COPA e da importância que o Parlamento e seus parlamentares têm na construção de uma sociedade mais estável e justa no continente.



PROGRAMA DAS REUNIÕES

"AS ESTRATÉGIAS PARLAMENTARES PARA A PROMOÇÃO DE UM DESENVOLVIMENTO EQUITATIVO"

DOMINGO, 24 DE NOVEMBRO

8h00	REUNIÃO ANUAL DA REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS
14h00	ALMOÇO
16h00	REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO DA COPA
20h00	COQUETEL DE BOAS-VINDAS

SEGUNDA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO

10h00	CERIMÔNIA DE ABERTURA DOS TRABALHOS DA IV ASSEMBLÉIA GERAL DA COPA
11h00	INTERVALO
11h30	CONFERÊNCIA SOBRE DEMOCRACIA Conferencista: Dr. José Woldenberg, Presidente do Instituto Federal Eleitoral (IFE)
13h30	ALMOÇO

SEGUNDA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO (Cont.)

- 16h30 INÍCIO DOS TRABALHOS DA IV ASSEMBLÉIA GERAL DA COPA
- RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA
- Atividades realizadas
 - Balanço do financiamento permanente
 - Comissões temáticas permanentes
- 19h00 CONCERTO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO ESTADO DO MÉXICO
- 20h30 JANTAR

TERÇA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO

- 9h00 CONFERÊNCIA SOBRE A PROBLEMÁTICA DA DEPENDÊNCIA À DROGA
- Conferencistas:
- Dr. Guido Belsasso, Comissionado Nacional, Conselho Nacional contra as adições do setor de saúde do México
 - Dr. Estuardo Mario Bermúdez Molina, Fiscal Especializado para a atenção de delitos contra a saúde
- 11h00 SESSÕES DE TRABALHO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS PERMANENTES
1. ALCA, economia, comércio, trabalho e migração
Coordenador: Sr. Oswaldo Molestina Zavala (Equador)
 2. Democracia e direitos humanos
Coordenador: Sr. José Antonio Cabello Gil (México)
 3. Educação, cultura, ciência e tecnologia
Coordenador: Sr. Léandre Dion (Quebec)
- 14h00 ALMOÇO
- 16h00 SESSÕES DE TRABALHO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS PERMANENTES
4. Saúde e desenvolvimento social
Coordenadora: Sra. Lyse Leduc (Quebec)
 5. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável
Coordenador: Sr. Fernando Ferro (Brasil)
 6. Paz e segurança pública
Coordenador: Sr. Antonio Fas Alzamora (Porto Rico)
- 20h00 JANTAR TÍPICO MEXICANO

QUARTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO

9h00	REUNIÃO PLENÁRIA
	CONCLUSÕES DAS COMISSÕES TEMÁTICAS PERMANENTE
	1. ALCA, economia, comércio, trabalho e migração
	2. Democracia e direitos humanos
	3. Educação, cultura, ciência e tecnologia
	4. Saúde e desenvolvimento social
	5. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável
	6. Paz e segurança pública
10h00	REVISÃO DO ESTATUTO
10h30	ELEIÇÃO DO NOVO COMITÊ EXECUTIVO
11h15	DISCURSOS
11h30	ENCERRAMENTO
12h00	ENTREVISTA COLETIVA
14h00	ALMOÇO

4.1 INTERVENÇÕES NA CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO

INTERVENÇÃO DA SENHORA LAURA PAVÓN JARAMILLO PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS E DEPUTADA DO CONGRESSO FEDERAL DO MÉXICO

Como Presidente da Confederação Parlamentar das Américas (COPA) é muito prazeroso, para mim, que esta IV Assembléia Geral tenha lugar em meu país e de maneira muito particular na minha entidade natal, da qual sou representante popular perante o Congresso Mexicano. Sejam minhas primeiras palavras para dar a todos os congressistas dos países que compõem nossa organização, a mais cordial boas vindas a esta reunião, cujas deliberações e conclusões haverão de contribuir, estou segura, ao fortalecimento da democracia parlamentar e à construção de uma melhor e mais sólida comunidade das Américas.

Nós, reunimos hoje aqui parlamentares de países com diversas condições sócio-econômicas, de distintas correntes ideológicas e de diferentes pontos geográficos do continente, mesmo assim temos uma convicção comum: a vida parlamentar que apesar do assédio que de distinto cunho a ameaçam todos os dias, está chamada a desempenhar um rol de primeiríssima ordem no futuro da vida democrática de nossas nações.

É quiçá, o parlamento, a mais valiosa das Instituições do Estado, para que prevaleçam os equilíbrios que requer a governabilidade em nosso tempo, cujos problemas em muito obedecem à maior pluralidade que está associada à democracia.

Por isso, as transições que conduzem até essa democracia e que tiveram lugar na América Latina, desde finais dos anos setenta, nos ensinam que sua consolidação e seu êxito excedem os limites da Institucionalidade e dependem da eficiência do governo, e isto, tenhamos-los sempre presente, o exercem tanto os executivos como os congressos.

Convém recordar o anterior porque em muitos de nossos países, a herança de um presidencialismo, talvez exacerbado, não pareceu conceder ao Congresso o reconhecimento que merece e que nossos tempos, exigem.

Queremos respeitar a Casa onde se fazem as leis que regulam a vida social. Nenhuma lei ou Instituição pode sobreviver quando se extingue dela a fé. O Congresso é um mecanismo político e é a política que dá sentido às leis.

A função pública é o resultado da conciliação de interesses divergentes. O sistema de conciliação pode ser muito complexo, mas garante que se tomem as decisões que caibam ao bem coletivo e interesse público.

No caso mexicano, isso tem sido o sentido e o espírito de seus legisladores, especialmente agora que, nenhuma força tem maioria absoluta. Temos ouvido a todos antes de deliberar esse espírito de conciliação e também o observamos em outros países do continente.

Os parlamentares são a força, são o sentimento, são os depositários da soberania popular. Por isso, a dinâmica social tem feito com que o centro da discussão política ocupe cada vez mais o Congresso e que a vida parlamentar adquira um dinamismo inusitado ao mesmo tempo que se internacionaliza.

O fenômeno não é nada estranho. A integração econômica que gera a globalização, a multiplicação de acordos internacionais e o desenvolvimento de blocos econômicos leva a criação de mais instituições multilaterais, fenômeno do qual não poderia ficar à margem da ação legislativa que dá suporte a todos os âmbitos da vida sócio-econômica.

Estes processos explicam os cada vez mais freqüentes encontros de congressistas de distintas latitudes. Por exemplo, o avanço do Parlamento Latino-americano, como aqui se tem dito, os logros do PARLACEN, do Parlamento Andino, da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, ou a importância dos encontros da União Interparlamentar, e lembro que, atualmente, um companheiro latino-americano a preside. E a ação de vanguarda do Parlamento Europeu que comanda a integração desse continente.

Nesse contexto surge a própria Confederação Parlamentar das Américas, nossa COPA, que nasce em Quebec justo três anos após que se celebrara a Primeira Cúpula das Américas, que como todos sabemos, tem como objetivo criar a Área de livre comércio das Américas (ALCA) para o ano 2005.

Frente à cúpula em que participavam essencialmente executivos, era necessário um espaço na qual os parlamentares pudessem tomar parte como representantes populares, nos relevantes temas que ocupava e que ocupa a agenda integracionista.

O propósito por si não é menos importante: promover perante as instâncias executivas de nossos países os interesses e as aspirações que derivam da problemática e do impacto do processo da integração continental em curso.

Ao longo de suas três assembléias a COPA já tem logrado entre nossos parlamentares, nos quais se incluem os parlamentos nacionais, de Estados federais, federados, livre-associados, os parlamentos regionais e locais e as organizações parlamentares das Américas, gerar uma sinergia entre todas elas que já fazem parte na vida política do continente.

Nesta ocasião foram eleitos seis temas de reflexão que preocupam prioritariamente aos parlamentares do continente. Em primeiro lugar o relativo à integração econômica propriamente dita; a criação da ALCA que com todos seus avanços inegáveis, apresenta, ainda, demasiadas interrogativas sem respostas em relação ao curso estratégico da incipiente comunidade das nações.

Se nossas economias em geral têm logrado impulsionar os setores modernos nas correntes globalizadoras, muitos setores e segmentos da população têm sofrido deterioração e têm sido lesionados como fruto deste processo.

Parece urgente que os parlamentos, depositários da soberania e da representação popular, desempenhem um rol maior nas deliberações para evitar decisões transnacionais que, não consideram as discussões que devem existir no interior de cada país. Sobre isto haveremos de deliberar.

Em segundo lugar, o faremos ao abordar o controvertido tema da representação política e o porquê dos congressos serem objeto de uma permanente crítica e questionamentos diversos.

Se os congressos são o principal contrapeso dos executivos, que reformas devem executar, para que sigam abandeirando as necessidades da gente, o como evitar a fragmentação da representação que se gera quando a população se agrupa em pequenos e grandes movimentos a margem das organizações políticas?

O quê deve prevalecer? Um governo de consenso ou um governo de maioria? Iguamente haveremos de deliberar sobre como fortalecer às instituições parlamentares na perspectiva de uma estratégia para a promoção de um desenvolvimento eqüitativo.

Em terceiro lugar, haveremos de ocupar-nos sobre o tema educativo e da formação profissional. Preocupa centralmente aos parlamentos, que a lógica econômica e comercial prevalecente na atualidade, está provocando um enfraquecimento das culturas nacionais em benefício de um modelo único.

A aguda mercantilização da cultura, com todos os efeitos indesejáveis que isto acarreta, necessita exigir a adoção de um instrumento jurídico internacional, especificamente consagrado ao reconhecimento da diversidade cultural.

Em quarto lugar, ocupará nossa atenção o debate acerca dos meios ao alcance dos parlamentares para melhorar a oferta em matéria de cuidados sanitários e o efeito que os acordos internacionais, especialmente a ALCA, podem ter nos sistemas nacionais públicos de saúde, quando se está pensando no marco de ditos acordos na liberalização dos serviços atuais.

Não poderia estar fora de nossas deliberações o tema, sempre importante, do meio ambiente. Os parlamentares querem encontrar estratégias e ações concretas para deter a degradação e depredação das riquezas naturais e criar as condições para o desenvolvimento sustentável.

Finalmente, um tema prioritário para todos os países, é o relativo à segurança pública. O crescimento do crime organizado nas suas distintas manifestações, tem provocado a desconfiança das pessoas em relação à autoridade do estado. Seu combate, necessariamente, tem que ter uma perspectiva internacional se quisermos, realmente, incidir na sua solução.

A Rede de Mulheres Parlamentares por sua vez, examina as estratégias relacionadas com a promoção das mulheres, tema que se reconhece como sendo fundamental para impulsionar o desenvolvimento, erradicar a desigualdade e eliminar barreiras que obstruam a plena vigência de seus direitos.

Companheiros parlamentares, não gostaria de terminar estas breves palavras sem agradecer a todas as organizações que nos tenham brindado com sua participação na celebração desta Assembléia Geral.

À Câmara dos Deputados do Honorável Congresso da União, através da sua Junta de Coordenação Política, ao Governo do Estado do México, nosso anfitrião, e cujo Governador, o senhor Arturo Montiel, tem posto todo seu empenho para receber nossos amigos como eles merecem.

Desejo que a estadia de todos seja frutífera e prazerosa e que esta IV Assembléia signifique, no seus resultados, um passo a mais na consolidação da vida parlamentar das Américas e do Parlamento das Américas. Estamos caminhando para isto.

**INTERVENÇÃO DA SENHORA MARÍA ELENA ÁLVAREZ DE VICENCIO
DEPUTADA DO CONGRESSO FEDERAL DO MÉXICO**

A solução para muitos problemas que agora padecem nossos povos, já não se encontra só dentro de suas fronteiras. A realidade nos empurra, cada vez mais, na direção da mundialização e neste processo irreversível, as associações regionais podem ser uma fortaleza para nossas nações.

Agora, os espaços de relações e de colaboração internacional já não basta estabelecê-los somente entre os poderes executivos de cada país. A diplomacia parlamentar e as relações entre os parlamentos se têm tornado indispensáveis para o fortalecimento das democracias, e para a defesa dos direitos humanos.

México inclui-se na Confederação Parlamentar da América porque estamos seguros e convencidos que pode contribuir com a construção de países com uma vida mais justa, mais digna, mais solidária, conseguindo restabelecer a dignidade de todas e cada uma das pessoas.

Esta Confederação quer unir os parlamentos americanos de norte a sul. Os dos países do norte de nossa América têm alcançado um nível de desenvolvimento que contrasta com o resto dos países latino-americanos, onde as desigualdades econômicas mantêm em pobreza mais da metade de suas populações, e concentram os benefícios econômicos e às vezes o poder em poucas mãos.

Apesar de tal assimetria, estamos seguros e convencidos que a Confederação Parlamentar das Américas, que agora, - sob a presidência de uma capaz mulher mexicana - celebra sua IV Assembléia Geral, tem sentido, tem razão de ser, e dará resultados benéficos para todos os povos.

Esta Confederação propiciou e seguirá propiciando a discussão e a análise dos temas que são fundamentais para o desenvolvimento político, social, econômico de nossos países: migração, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, emprego, saúde, educação, segurança, e outros temas mais, que serão debatidos em mesas desta reunião.

Das discussões interparlamentares poderão surgir diretrizes, intercâmbios ou futuras ações feitas em cooperação. São estas as determinações e propósitos que desejamos e esperamos poder frutificar com nossa cooperação.

México oferece sua vontade solidária, México quer estar aberto ao mundo em democracia plural, responsável e participativa.

No norte de nossas fronteiras temos muitos de nossos irmãos que tiveram que partir, e queremos lograr para eles respeito e justiça.

No sul de nossos limites territoriais vemos, em tudo, reflexos nossos como a língua, a cultura, crenças, raízes, anseios e esperanças, e nos unimos nos esforços de todos, que também são os nossos.

México se tem colocado na direção e caminha agora com passo firme para lançar e conseguir o desenvolvimento de todos; queremos apagar as desigualdades que ofendem à dignidade de muitos mexicanos e de muitos companheiros da América Latina.

México quer alcançar a eqüidade entre homens e mulheres, México quer cuidar de suas crianças para que cheguem a ser cidadãos plenos.

Se quisermos alcançar estas metas, mas não quisermos ir sozinhos neste caminhar, deveremos juntos, latino-americanos e toda a América avançar neste propósito. Com eles, com todos, formaremos parte desta Confederação para a cooperação e o consenso.

Esperamos com isso, que nosso Continente viva num marco de leis, de justas leis, para que cada país viva plenamente seu Estado de Direito, porque estamos convencidos que viver no Estado de Direito é a melhor garantia de nossa liberdade.

Muito obrigada.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR MARTÍ BATRES GUADARRAMA
DEPUTADO DO CONGRESSO FEDERAL DO MÉXICO**

Saudemos este encontro da palavra e da diversidade. O Parlamento é precisamente o espaço no qual se fala, se discorda e se concorda; nele se representa a pluralidade das regiões, as classes sociais, as ideologias e os projetos políticos. É a representação do povo e a expressão coletiva da soberania nacional.

Na democracia, os órgãos legislativos se convertem no centro do debate nacional e regional. Os parlamentos também são voz de cada estado dirigido ao mundo, e mais, poderíamos dizer que o diálogo entre os parlamentos faz mais amplo e mais participativo o diálogo entre os estados. Uma integração internacional discutida desde os parlamentos e entre os parlamentares e os cidadãos, é uma integração decidida desde baixo e muito mais democrática que àquela pactuada sem sua intervenção.

Não há globalização da democracia sem os parlamentos. Eles expressam visões distintas sobre a integração, o desenvolvimento, a equidade e o livre comércio.

A globalização é uma realidade de nossos dias, mas é uma realidade que deve analisar-se criticamente, é um processo que por um lado difunde as culturas, abre as portas à informação e estende o exercício da democracia política, no entanto, também é um processo com saldos terríveis; um bilhão e duzentos milhões (1.200.000.000) de pessoas foram condenados à extrema pobreza; os 50 homens mais ricos e poderosos do mundo têm mais riqueza que os 50 países mais pobres do planeta.

Concentrando riqueza, expandindo a pobreza, acentuando desigualdades, abrindo rotas aos tráficos ilegais não se constrói um consenso, senão a polarização mundial. Uma globalização que produz mais pobreza é inadmissível.

Por isso não se pode olhar o processo passivamente, não há modelo único nem fatalidade, o conteúdo da globalização é um território em disputa.

Ao discutir os temas do desenvolvimento equitativo e do livre comércio, refletimos muito sobre nossas próprias e recentes experiências, por exemplo, as nações do sul, as menos desenvolvidas abrem suas fronteiras e seus mercados aos grandes consórcios dos países do norte, mas eles não abrem suas fronteiras à força de trabalho dos países do sul, aí não tem livre comércio; se existe livre trânsito para as mercadorias que vendem as grandes companhias mas não há livre trânsito para as pessoas que oferecem sua força de trabalho, este não é um livre comércio equitativo.

E quando falamos de livre comércio no setor agropecuário, nos deparamos com enormes iniquidades. Que classe de livre comércio é aquele em que se pressiona os países mais fracos para eliminar os subsídios à sua produção, embora os países mais fortes aplicam a seu favor, monumentais subsídios? Isso não é um desenvolvimento equitativo.

Isso confirma que não se pode ir, cegamente, até uma Área de livre comércio das Américas, sem revisar antes, minuciosamente, as diferentes etapas de desenvolvimento dos países do Continente Americano e seus possíveis impactos antisociais. O que está faltando a este hemisfério e a este mundo é equidade.

A simples mobilização de capitais de um país para outro, não gera por si distribuição de riqueza no mundo; um desenvolvimento eqüitativo pressupõe reconhecer a desigualdade entre uns e outros países. Assim poder-se-ia dar um trato diferenciado onde há desigualdade para lograr a eqüidade.

O Parlamento é a alma da democracia; mas hoje a democracia parlamentar se encontra questionada com diferentes frentes. Alguns espaços da comunicação competem com os parlamentos pela representação da voz cidadã e em algumas esferas privadas se pretende desprestigiar aos congressos como espaços de desordem ou desdém com o objetivo de debilitar o espaço do público para enaltecer o espaço do privado.

É indispensável que os parlamentos se revitalizem transformando sua própria integração, elevando a presença das mulheres, incorporando as representações étnicas e lingüísticas, estabelecendo mecanismos de consulta direta com os representados, mas, sobretudo tomando decisões que ajudem a diminuir desigualdades. Esse será o melhor prestígio para os parlamentos, particularmente se conseguirem fazer acordos para elevar os orçamentos destinados à educação, à inversão produtiva do estado, à seguridade social e ao desenvolvimento rural, ao mesmo tempo que se diminuíssem os encargos das dívidas.

Autonomia e integração, emprego e ecologia, segurança e direitos humanos, investimento e eqüidade social, identidade nacional e universalidade darão o equilíbrio indispensável para que a cooperação interamericana nos conduza a uma eqüitativa integração das Américas, e esse é o desafio da Confederação Parlamentar das Américas a quem desejamos, no dia de hoje, grandes êxitos em seus trabalhos. Muito obrigada pela sua atenção.

INTERVENÇÃO DA SENHORA BEATRIZ PAREDES RANGEL PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO MÉXICO

Que bom que seja a natureza a que hoje cobiça este cenário, onde a diversidade da América se expressa de maneira aberta, através não só da palavra como das atitudes de generosidade de todos e cada um dos que se trasladaram, através de quilômetros, para estar aqui no México.

Obrigada amigos parlamentares por estarem aqui, obrigada pelo esforço que fizeram para locomoverem-se até aqui.

Constitui uma grande honra, senhor presidente Fox, que tenha aberto um espaço na sua agenda para inaugurar este evento da COPA.

Que bom que o senhor Governador Montiel, seguramente recordando suas épocas de parlamentar, tanto como o Presidente Fox, nos dêem a honra de estarem conosco e de terem respaldado o esforço de organização que a deputada Laura Pavón - uma mulher consistente, profissional de garantia em todas suas missões- desempenhou para organizar este evento.

Senhor Presidente, senhor Governador, estimado amigo Enrique Jackson, presidente do Senado da República, companheiros legisladores integrantes da Junta de Coordenação Política da Câmara dos Deputados, Martí Batres seu presidente, Dom Rafael Rodríguez Barrera, coordenador do grupo parlamentar do Partido Institucional Revolucionário (PRI); companheiros integrantes da Mesa Diretora da Honorable Câmara dos Deputados, Erick Villanueva, Primeiro Vice-presidente, dona María Elena Álvarez; senhores representantes dos poderes do Estado de México, companheiro Aarón Urbina, companheiro Abel Villicaña, distinto Presidente Municipal de Ixtapan de la Sal, nosso anfitrião neste espaço, distinta Presidenta do grupo parlamentar do PRI na Assembléia do Distrito Federal, María de los Ángeles Moreno.

Quero saudar, de maneira muito especial, aos representantes das organizações internacionais de parlamentares que se encontram entre nós, ao presidente interino do Parlamento Latino-americano (PARLATINO), ao senador Jorge Pizarro, do Chile, grande amigo dos mexicanos; a nossa Presidente do Parlamento Andino que está conosco, Jhannett Madriz, destacada venezuelana; ao Vice-presidente do Parlamento centro-americano (PARLACEN), muito obrigada por estar entre nós, nosso amigo salvadorenho. E expressar nossa gratidão por sua presença à deputada Louise Harel, presidenta da Assembléia Nacional de Quebec, que tem levantado a bandeira da construção da COPA.

Quero saudar, com muito apreço, saudosamente, a meu amigo Geraldo Magela, ex-presidente da COPA, que veio com uma numerosa delegação de brasileiros que saudamos com muito prazer, e a quem lhes rogamos transmitir ao Lula o entusiasmo que há na América Latina por seu triunfo; e desde logo saudar ao senhor senador Antonio Fas Alzamora, presidente do senado de Porto Rico e aos distintos líderes das delegações e delegados dos 24 países participantes.

Há uns dias teve oportunidade de estar presente na Cúpula Ibero-americana, e lembrará o senhor Presidente Fox que o senhor Presidente de Venezuela dizia: “Bom, e porque há tantas organizações de parlamentares; o PARLATINO, o FIPA, a COPA, o PARLACEN, o Parlamento Andino, o Parlamento Amazônico. Esses parlamentares — dizia o Presidente de Venezuela no seu estilo coloquial— têm que saber como se farão entender, como se irão se articular”, e creio que é importante compreender por quê há tantas organizações internacionais de parlamentares.

Em primeiro lugar porque nos parlamentos nacionais e nos parlamentos das entidades federativas (e COPA, é a única organização de parlamentares que convoca também às assembléias dos Estados das entidades federativas e essa é uma diferença distinta da COPA com as outras organizações internacionais de parlamentares), é dizer, tanto no âmbito federal como nos âmbitos estaduais, nós parlamentares temos percebido que boa parte do debate que resulta em definitivo para as legislações de caráter nacional e local está ocorrendo na frente internacional, particularmente o debate sobre as questões econômicas e comerciais.

O debate sobre as questões econômicas e comerciais transferiu-se aos organismos multinacionais e, muitas vezes, as definições que tomam os executivos na Organização Mundial de Comércio são muito mais determinantes para o debate parlamentar nacional ou local porque fixam os grandes parâmetros sobre os quais as leis locais têm níveis de restrição.

Há um novo cenário derivado, como aqui bem se diz da globalização, que faz com que um conjunto de decisões que incidem de maneira estrutural no desenvolvimento de nossos povos, tomem parte de definições supranacionais.

E esta realidade tem feito com que os parlamentares busquem como transcender seu papel de espectadores em alguns casos, e em outros casos de simples ratificadores dos convênios ou dos tratados.

O ponto medular da discussão é como incorporamos às instituições que provêm do esquema clássico da democracia do século XIX ou do século XX à realidade do século XXI onde o processo de globalização está marcando níveis distintos de tensão e de relações entre os países e as forças produtivas. Esta é uma das grandes razões.

Mas há outra razão substantiva no caso de nosso continente e de nosso hemisfério: as expressões de identidade cultural o de identidade territorial. O Parlamento Latino-americano surge como uma expressão de identidade cultural, como um espaço de reivindicação de países de raízes ibero-americanas, latinas, no seu caso; francesas, portuguesas, espanholas, que no processo civilizatório, de mais de quatro séculos, constituem o que é América Latina.

E esta resposta dos países latino-americanos, para gerar um espaço multinacional para seus parlamentares, tem a ver, sobretudo, com a dificuldade que foi, para a zona sul de nosso continente, consolidar democracias civis.

Teve um momento em que o Parlamento Latino-americano foi o refúgio dos parlamentares de toda América Latina que tinham padecido de muitos dolorosos golpes de estado e viviam no marco da perseguição para poder reinstaurar a democracia.

Há outras expressões de caráter regional que têm identidades claras a partir de processos de vizinhança geográfica: o Parlamento Centro-americano, que é um instrumento fundamental para a integração do istmo centro-americano, o qual saudamos todos com enorme entusiasmo.

O Parlamento Andino, corresponde a um projeto muito mais ambicioso, que integra à comunidade andina e que reflete as circunstâncias de uma das regiões de nossa América que tem uma grande problemática, tendo em conta as garras do narcotráfico em alguns de seus países, particularmente Colômbia, e saudamos o valor de nosso companheiro representante da Colômbia, que aqui sublinho a decisão dos colombianos de combater o narcotráfico; desde logo que contem com nossa solidariedade.

O Parlamento Amazônico, que tem como suporte uma visão de defesa da biodiversidade e uma perspectiva ambientalista para cuidar desta reserva universal de nossa natureza; o Parlamento do MERCOSUL, que é o instrumento econômico das comissões econômicas do MERCOSUL para consolidar este projeto estratégico, mas que se planeja transcender o econômico e o comercial para poder incidir numa integração muito maior.

E das experiências de caráter continental: a COPA e o FIPA. A COPA, que surge por uma iniciativa notável, entusiasta da Assembléia Nacional de Quebec, onde se formula uma perspectiva crítica do processo de integração das Américas, uma perspectiva que nos permita reconhecer as vantagens da integração hemisférica –e aqui sublinho o que disse quem me antecedeu no uso da palavra, o deputado Batres–, “mas entender que a globalização não é sinônimo de uniformidade”.

E valorizar um processo de integração eqüitativa que suponha o reconhecimento das assimetrias que existem em nossos países e que reflexione, não só sobre os modelos de integração que temos vivido no continente, até este momento, como também sobre outras experiências, particularmente o modelo da integração da Comunidade Econômica Européia, onde os países com maior grau de desenvolvimento tomaram a decisão de compartilhar investimentos para que aqueles países de Europa que tinham níveis de desenvolvimento menor, tivessem um impulso de investimentos adicionais que os equiparassem àqueles.

Nós não entendemos a integração como sinônimo de subordinação, nós não entendemos a integração como sinônimo de esquecimento das assimetrias, nós não entendemos a integração como o espaço onde, um grupo de grandes multinacionais dispõem de um mercado muito mais amplo, sem que as sociedades locais tenham possibilidades de crescimento endógeno e de desenvolvimento autônomo, para gerar as possibilidades a todos de terem uma vida digna.

Também surge o FIPA como um espaço continental que participa ativamente nos processos de integração.

Isto reflete desordem? Para os congressos de América Latina, não. Para nossos congressos têm refletido uma enorme oportunidade de participar com uma estratégia compartilhada em todas as frentes e esta estratégia compartilhada foi possível tecê-la a partir do diálogo, do respeito, da identificação de problemas comuns e de perspectivas comuns.

Assim, esta estratégia compartilhada é a que nos têm permitido respaldar a COPA de maneira decidida, participar no FIPA cuidando de nossa identidade e ter por primeira vez, como aqui se mencionou, um latino-americano presidindo a União Interparlamentar.

Para que serve isto a nossos cidadãos? Creio que esta é a pergunta que teremos que resolver. Desde logo serve aos parlamentares, porque conhecem experiências de outros países, intercambiam legislações, verificam como existem problemas que percorrem a longo do continente americano.

O processo de desprestígio dos congressos não é um assunto só de México, há uma investida em relação aos congressos, e nos congressos não logramos compreender na sua totalidade uma nova etapa de participação protagônica da sociedade civil.

E não conseguimos modificar nosso discurso eficientemente e como a lei é algo abstrato, a lei tem repercussões no curso do tempo, a sociedade não percebe de maneira tão direta, os benefícios da legislação. Percebe quando lhe afeta, mas quando lhe beneficia, isso faz parte do ambiente natural da convivência civilizada.

Por isso, necessitamos que todos os poderes sejam nossos aliados, necessitamos que haja um esforço de prestígio globalizado do papel das instituições democráticas.

Outro assunto que podemos perceber em todo o continente, é o tema das dificuldades que têm as instituições democráticas e a governabilidade democrática para arraigar-se quando não há condições reais que propiciem a atenção das necessidades sociais.

Sem dúvida a pobreza e a miséria atentam contra a democracia. A pobreza e a miséria são o “caldo de cultivo” para as tensões sociais mais severas e para as manifestações de inconformidade, que fazem com que os cidadãos se perguntem: Qual é a funcionalidade da democracia?

Sendo certo que estamos vivendo num cenário onde as diretrizes financeiras são de caráter universal, é obvio que necessitamos apresentar uma frente comum. Uma frente comum que no caso da dívida dos países com menos perspectivas de desenvolvimento encontre alternativas de negociação postergada.

Porque não é possível que muitos de nossos países não possam destinar recursos para investimentos básicos para seu desenvolvimento. Uma frente comum que atue com solidariedade quando crises financeiras deslocam as estruturas nacionais como é o caso de Argentina.

E queremos sublinhar nossa plena solidariedade com o esforço que está fazendo o povo argentino para sustentar sua vida institucional, não obstante a ameaça de uma crise financeira de maior envergadura. E eu, pessoalmente sublinho, quero fazê-lo com toda franqueza, a decisão do Presidente Fox de estar na Argentina num momento decisivo para esse país e expressar a solidariedade do México.

Mas para os mexicanos, para os latinos do continente, do norte, do Alasca, desde a aurora polar até a Terra do Fogo, desde essas zonas esbranquiçadas, brilhantes, até as zonas do verde mais aceso, para os latinos do continente, para os milhões de hispanos e latino-americanos que estão nos Estados Unidos, para os latinos do Canadá, para esta comunidade latino-americana que se espalha em todo o continente há um tema crucial na integração, é o tema da defesa de nossa identidade cultural.

Nós somos sócios comerciais da potência mais importante do mundo. Nós somos vizinhos da potência mais importante do mundo. Nós temos 90%, quando menos, de nossas atividades econômicas vinculadas à potência maior do mundo. Mas os mexicanos, sendo sócios, sendo vizinhos, sendo bons vizinhos, queremos seguir sendo mexicanos.

Para nós a integração parte do respeito à diversidade. Esta é a grande visão de contribuição de nossa região: integração sim, com pleno respeito à diversidade. Integração sim, tolerante; integração sim, como ferramenta de desenvolvimento para vencer as assimetrias.

Não integração, como destino iniludível onde haverá cidadãos de primeira, países de primeira, cidadãos de segunda e países de segunda. Não é uma fatalidade geográfica, não pode ser uma fatalidade geográfica ser membro do Continente Americano.

Não pode ser uma fatalidade geográfica ser participante neste espaço generoso da natureza que lhe abriu a porta a migrantes de todas as latitudes e lhe gerou uma oportunidade de emprego.

Espaço das civilizações mais importantes da Mesoamérica e da região andina. Espaço que tem o maior potencial de água que ainda persiste em nosso planeta, espaço onde as mulheres têm a oportunidade de andar com o rosto descoberto, espaço que, graças às forças de muitos democratas, agora é um espaço de democracia formal.

Trabalhar pelos direitos humanos, ter uma aliança inteligente com os executivos, que não deteriore às instituições públicas, sem menosprezo de nossos princípios e de nossas contradições de caráter político-partidário.

Elevar a grandeza da América e cuidar da identidade da América Latina é um dos esforços destas organizações regionais de parlamentares.

Por isso, ao dar-lhes as boas-vindas quero concluir, estimados amigos, dizendo-lhes, como assinalou em algum momento Octavio Paz: "A união de liberdade e democracia foi a grande vitória das sociedades modernas, vitória precária, frágil e desfigurada por muitas injustiças e horrores; assim mesmo, vitória extraordinária e que tem algo de acidental ou milagroso".

"As outras civilizações não conheceram a democracia e na nossa só alguns povos —e durante períodos limitados—têm gozado de instituições livres. A liberdade é preciosa como a água e como ela, se não a guardamos, se derrama, se escapa e extingue-se. Cuidemos de nossa liberdade."

A casa da liberdade é a casa dos parlamentares. Que nossa luta pela liberdade, pela democracia e justiça siga sendo a divisa de quem as representam com orgulho a soberania de seus povos e a identidade de suas nações.

Muito obrigada.

INTERVENÇÃO DO SENHOR ARTURO MONTIEL ROJAS GOVERNADOR DO ESTADO DO MÉXICO

É para mim um especial privilégio fazer uso da palavra diante do Presidente Vicente Fox e tão distintas personalidades de parlamentares da América, para dar-lhes a mais cordial boas-vindas em nome do povo e do governo do Estado de México.

Saúdo a todos os participantes desta IV Assembléia Geral da COPA. É meu maior desejo que sua estadia aqui em Ixtapan de la Sal seja prazerosa. Bem-vinda, deputada Beatriz Paredes, bem-vindo senador Enrique Jackson, bem-vindo, desde logo, também o senhor deputado Martí Batres e a deputada María Elena Álvarez.

Nos dá muito prazer receber os integrantes da Assembléia Nacional de Quebec, fundadores da COPA, e especialmente a sua presidenta Louise Harel.

Senhor presidente do Tribunal Superior de Justiça, senhor deputado presidente da LVIII Legislatura, senhor presidente municipal de Ixtapan de la Sal, Ignacio Rubí:

Desejo, primeiramente, expressar meu reconhecimento à deputada Laura Pavón Jaramillo, presidente da COPA, por me ter formulado tão honroso convite para participar desta reunião e por ter proposto o Estado do México como sede deste encontro que distingue os mexicanos. Obrigado, Laurita.

Mesmo de distinta natureza, nossos países encaram problemas antigos e novos, tanto econômicos como sociais e culturais, domésticos um e outros derivados de estratégias globais, alguns relacionados com a concertação política e outros mais vinculados com a cooperação e a assistência para o desenvolvimento.

Pelo menos durante as últimas duas décadas a região tem experimentado câmbios e transformações notáveis. A partir dos anos oitenta, muitos países iniciaram um complexo e doloroso processo para deixar para trás modelos econômicos com um Estado dominante e tradições políticas autoritárias.

Os progressos democráticos são mais evidentes. Praticamente todos os países, ainda com imperfeições, gozam das liberdades civis e políticas básicas e celebram eleições pluripartidárias.

Alguns têm consolidado, razoavelmente, seus regimes democráticos e em outros a alternância está firmando as bases para uma transição política a curto prazo.

Se nos anos setenta a resposta fácil era democratizar e nos anos oitenta foram as reformas econômicas do mercado, agora não há respostas fáceis. Quem sabe, como nunca antes, muitos se perguntam que fazer com América Latina. E alguns vão mais além: Tem remédio a América Latina?

São três os maiores desafios que temos à frente: afiançar e incrementar a qualidade da democracia e a governabilidade, diminuir os níveis de pobreza e desigualdade que assolam o continente e, consolidar as reformas econômicas, com um sentido social e de equidade.

Apenas 32 por cento da população de 17 países na América Latina sentem-se satisfeitos com o funcionamento da democracia. Isso tem conduzido a dois fenômenos perigosos para a governabilidade.

Por um lado, o retorno às tradições políticas que acreditávamos desterradas e, por outro, a pulverização das opções e o enfraquecimento dos partidos que podem contribuir a aprofundar a desilusão, o abuso de poder e tirar pela borda, um caminho já andado com muitos sacrifícios e esforços.

O segundo grande desafio ao qual dedicará este foro boa parte de seus debates é a pobreza e a equidade. No ano de 2001, 214 milhões de pessoas, quase 43 por cento da população latino-americana vivia na pobreza, e destes 93 milhões, ou seja 18 por cento na indigência.

Caso se concretize, este ano, a contração econômica regional, como prevê o mais recente informe social da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a pobreza aumentará em 44 por cento e a indigência em 20 por cento. Em outras palavras, terminaremos em 2002 com sete milhões há mais de pobres na América Latina.

Como romper este círculo vicioso? Como desenhar e executar com as atuais margens de ações políticas, econômicas e sociais que ampliam a base produtiva e conservam a disciplina econômica, mas que ao mesmo tempo levam a uma redistribuição progressiva da receita e um crescimento que eleve, mais rapidamente, o nível de vida da população mais pobre?

Isto é justamente o terceiro desafio e o mais urgente a curto prazo. Nos últimos 15 anos a orientação predominante das políticas econômicas em todo o mundo, têm sido dirigidas à eliminação das barreiras do comércio internacional.

A atração do investimento estrangeiro, a privatização de empresas públicas e o andamento de políticas fiscais e monetárias que sanearam as finanças públicas.

América Latina aplicou com firmeza esses programas de reformas orientadas, principalmente, à eficiência econômica, mais que à equidade. Por efeito de tais políticas nos anos noventa a região reduziu a inflação a um dígito. O déficit orçamental desceu dos 5 por cento para dois por cento.

A dívida pública externa diminuiu de 50 por cento do Produto Interno Bruto a menos de 20 por cento. A abertura comercial fez descer a média de taxa sobre circulação de mercadoria de mais de 40 por cento a quase 10 por cento.

O investimento estrangeiro cresceu e mais de 800 empresas estatais foram privatizadas em nossos países até final desta década. No entanto, em termos de crescimento econômico, redução da pobreza, redistribuição da receita e melhoria das condições sociais, os resultados foram desalentadores.

Que falhou? Até agora não há consenso acerca de quais são as razões que expliquem que os resultados não foram os esperados. A realidade é que sem as reformas a situação teria sido pior; a receita “*per capita*” e a produção na América Latina tivessem sido inferiores, maior seria a instabilidade e agravadas a pobreza e a desigualdade.

Devemos, portanto, usar toda a imaginação e criatividade dos líderes políticos e governamentais para desenhar uma nova geração de reformas sociais e econômicas onde o objetivo central seja aumentar as capacidades básicas dos indivíduos; dotar às sociedades de ferramentas produtivas e educativas que lhes permitam superar suas insuficiências atuais; elevar suas rendas; melhorar a qualidade de vida; reduzir a pobreza e alcançar um genuíno desenvolvimento equitativo e sustentável.

As novas políticas econômicas devem incluir mecanismos que acomodem a expansão e contrações dos mercados, mediante um sistema moderno de redes de proteção social que proporcione, nas épocas de recessão, uma base de renda para os lares da classe trabalhadora e da classe média, tanto como para os pobres.

Essas redes podem se fixar como prioridade: garantir um certo nível de emprego e apoios fiscais dirigidos a assegurar, pelo menos, a escolaridade das crianças e a saúde das famílias. Mas a vulnerabilidade crônica da região continuará se as taxas sobre circulação de mercadorias de países industriais a produtos importados de países em desenvolvimento forem quatro vezes superiores aos impostos a produtos procedentes de outros países industrializados.

Neste sentido, chegar à meta de subscrever um Acordo de Livre Comércio das Américas no ano 2005 tem uma prioridade estratégica, porque permitirá ter acesso aos mercados desenvolvidos; ordenar mais equilibradamente os atuais intercâmbios comerciais; fazer crescer os mercados domésticos de emprego e de consumo; reduzir os movimentos migratórios e beneficiar os setores mais pobres de América Latina.

Desejo, ardentemente, que este seja o espírito que anime as reflexões desta Conferência Parlamentar das Américas, pois em suas mãos estão, em boa medida, construir um futuro melhor para nossos povos.

Muito obrigado.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICENTE FOX QUESADA PRESIDENTE DO MÉXICO

Nos honra recebê-los no México, é um prazer oferecer a vocês, senhoras e senhores parlamentares da América, hospitalidade ao estilo mexicano.

Os poderes legislativos são o pilar de todo sistema democrático, neles se delega as faculdades da cidadania e reside a soberania nacional. Também constituem o âmbito legítimo do acordo social, no que as democracias definem, mediante o diálogo e a deliberação, o projeto nacional.

No seu íntimo se expressam tanto as coincidências quanto as divergências das distintas forças políticas que integram as nações contemporâneas.

Durante a história moderna da América o Congresso tem desempenhado um papel insubstituível na construção da democracia e hoje tem também um rol crucial na sua consolidação.

Assim como em outros países que optaram pela democracia para dirigir seus destinos, a mudança que levou a México do presidencialismo autoritário ao pleno equilíbrio de poderes, não seria hoje uma realidade sem a atuação de nossos legisladores.

Esta mudança democrática, a verdadeira mudança do século XXI só pode ser irreversível se é fruto do aperfeiçoamento das instituições. Por isso, a democracia requer, hoje mais do que nunca, uma vida parlamentar dinâmica e responsável.

Hoje a cidadania espera mais da democracia e demanda estruturas institucionais que evitam a concentração excessiva do poder. Para atender este pedido é preciso impulsionar transformações de fundo num marco de corresponsabilidade e coordenação entre poderes e ordens de governo.

A cidadania exige o acordo de todos os políticos atuantes, para alcançar seus objetivos, os representantes de uma unidade plural, temos na corresponsabilidade o melhor veículo para satisfazer seus interesses e necessidades; sigamos fomentando o clima de entendimento, sigamos fortalecendo o diálogo e a responsabilidade compartilhada, porque só por esta via geraremos os espaços propícios para alcançar acordos.

Temos que superar o mito de que um Executivo forte, pressupõe um legislativo fraco, igualmente à inversa; num estado verdadeiramente democrático, cada um dos poderes participa em equipe com os outros, dentro de um marco de corresponsabilidade e independência.

Amigas e amigos, a chegada da democracia ao México, tem permitido que o Congresso da União recupere sua condição constitucional de poder autônomo, cujas faculdades se viram inibidas por décadas; agora, tem superado as velhas inércias e seu rol é transcendental na definição das políticas públicas. Já não há decisões legislativas sujeitas à discricionariedade do Executivo ou impostas pela vontade de um só partido.

O debate intenso, aberto, sem restrições, faz parte destes tempos de alterações, caracterizados por uma correlação de forças políticas, sem uma maioria dominante.

Ainda nesta complexa realidade, as negociações entre políticos atuantes têm sido frutíferas; entretanto, as diversas reformas pendentes, de acordo com o Poder Legislativo, foram enviadas e foram recebidas 59 iniciativas do Executivo nestes dois anos, das quais 65 por cento têm sido aprovadas com um alto grau de consenso, inclusive por unanimidade.

Com a aprovação de tais iniciativas, temos alcançado êxitos apreciáveis, no entanto, não há ocasião para deter-se a olhar o conquistado, por isso seguimos buscando chegar aos acordos necessários com o Poder Legislativo e os distintos políticos atuantes, para não postergar nosso avanço, em matérias chave para o desenvolvimento do México.

Não há dúvida de que o diálogo respeitoso e construtivo, base de toda democracia, nos levará a conseguir os acordos que requerem a aprovação das reformas estruturais, ainda pendentes em nosso país.

Chegam vocês a um país que se encontra numa profunda etapa de modificações, que está vivendo com intensidade as expressões inerentes a um dinâmico processo de consolidação democrática, separação de poderes, liberdade de expressão, intensa participação social, transparência na prestação de contas, consolidação do estado de direito e uma intensa luta contra a corrupção e a impunidade.

A justiça eleitoral segue aperfeiçoando nossa democracia, as instituições e os procedimentos eleitorais se desenvolvem agora com autonomia e imparcialidade; estes fatos nos permitem a livre e eqüitativa competência pelo poder, sem recorrer à violência.

Temos sido capazes de sortear os riscos de conflito, entre modificações e estabilidade presentes em toda etapa de transição. Neste novo clima de democracia, nós mexicanos, estamos reforçando os estreitos laços que temos com todos os povos do continente e particularmente com a América Latina, mesmo que a geografia nos localize ao norte do continente, com o centro e o sul.

Temos profundos vínculos através do idioma e da cultura, estamos unidos a todos os povos americanos por um futuro promissor que devemos construir juntos. Pelo bem desse futuro, estamos fazendo do México uma ponte de união entre povos, países, economias e regiões.

Estamos convencidos, de que num mundo globalizado a solução de nossos problemas, têm que vir de todos. Senhoras e senhores parlamentares, quando Bolívar pedia para atuar com visão de Estado aos legisladores do Congresso de Angostura, para brindar o povo, cito “um governo que faça triunfar sob o império de leis inexoráveis a igualdade e a liberdade”.

Animava a Bolívar, a mesma energia que hoje vemos na Confederação Parlamentar das Américas. Os convoco a seguir com este espírito de cooperação e fraternidade, reconheço seu inestimável trabalho em favor da democracia em nome do povo do México, agradeço-lhes pela decisão de celebrar, sua Quarta Assembléia Geral em nosso país.

Estou seguro de que terão êxito seus trabalhos, e como em ocasiões anteriores, deste encontro derivarão excelentes propostas que haveremos de levar em consideração, para assim podermos juntos superar os desafios que enfrentamos os povos do Continente Americano.

Muito obrigado e muitos êxitos.

4.2 CONFÊRENCIAS

CONSTRUINDO A DEMOCRACIA NO MÉXICO, CONFERÊNCIA DITADA PELO DOUTOR JOSÉ WOLDENBERG, PRESIDENTE DO INSTITUTO FEDERAL ELEITORAL (IFE)

Devo começar agradecendo à Confederação Parlamentar das Américas por seu amável convite à sua IV Assembléia Geral e por me dar a oportunidade de dirigir-me a um público particularmente interessado nos temas políticos e sociais do México.

Minha intervenção no dia de hoje, tem um duplo propósito: 1) tratar de colocar seis teses sobre como ocorreu a transição democrática no México e 2) chamar a atenção sobre alguns assuntos no que, a meu entender, em boa medida estão definindo as possibilidades da consolidação democrática em nosso país. Permitam-me começar então por apresentar meu diagnóstico da transição democrática e, como corresponde a uma ocasião como esta, vou fazê-lo em perspectiva histórica. Por que o processo de transição no México já merece o qualificativo de histórico? Qual foi sua originalidade? Quando começou? Qual foi sua forma de desenvolvimento? Qual foi seu trajeto? Por que se centralizou nos temas eleitorais e qual é o lugar do domingo 2 de julho do ano 2000 nesse largo período de câmbio político? Vou formular estas questões pontualmente não só para facilitar a exposição como para propiciar uma discussão mais precisa das proposições que têm vindo a fazer frente a vocês.

Em primeiro lugar, a transição da democracia no México é um período histórico. Mesmo que pareça uma tese de Perogrullo, o assunto não carece de importância. Vale a pena reafirmá-lo frente a outras noções ou alusões que se têm multiplicado a propósito do mesmo processo. A transição não é uma idéia nem um esquema preconcebido; não é o projeto de um grupo nem de um partido; não tem um protagonista privilegiado nem um sujeito único; não é uma data, uma conjuntura, uma reforma, um episódio e muito menos uma campanha eleitoral, por importante que seja. A transição é a soma de tudo isso e muito mais.

A transição democrática refere-se a um processo de maiores proporções. Seu tema de fundo é a sociedade modernizada que já não cabia nem queria fazê-lo no formato político de partido hegemônico; México se fez mais complexo, diverso, plural: um só partido, uma só coalizão, já não podia representar nem conciliar todos os interesses, projetos e energia de um país que crescia e se diversificava aceleradamente. A transição democrática é, na realidade, a história dessa conveniência: encontrar uma fórmula para uma vida política moderna de acordo com a verdadeira modernidade social do México.

É um processo histórico em seu duplo significado: primeiro, por sua duração no tempo. Período extenso de duas décadas, na qual a luta e as mudanças políticas substituem e “destroem” e relevam um tipo de relações políticas autoritárias; a tarefa era mudar seus fundamentos para instalar outras de caráter democrático.

E, segundo, é histórica por sua originalidade nas suas raízes, forma e conseqüências porque o México não viveu antes um processo similar. Nunca se tinha desenvolvido uma mudança cujo fim explícito tivesse sido procurar a existência e o fortalecimento de partidos em plural, mediante negociações recorrentes entre as organizações adversárias, que tomaram a arena eleitoral como o espaço comum para medir e estender suas forças e cujo consenso subjacente - estão dentre os protagonistas mais enfrentados - foi evitar a violência política no país.

Passo a minha segunda proposição: a história da luta política no México durante os últimos 25 anos pode resumir-se assim: partidos políticos em plural, distintos e autênticos, vieram às eleições; em certos comícios ganham algumas posições legislativas e em outras conquistam posições de governo; desde aí promovem reformas que lhe proporcionam mais direitos, segurança e prerrogativas. Os partidos, assim fortalecidos, voltam a participar de novas eleições aproveitando estas para tomarem maiores posições e lançam um novo ciclo de exigências e reformas eleitorais. A este processo cíclico e que se auto reforça, o temos nomeado a “mecânica” da mudança política no México. Ricardo Becerra, Pedro Salazar e eu temos um livro publicado com esse nome, porque cremos que nada poderia entender-se da política mexicana no último quarto de século, se não se reconhece esse processo vertebral que fortaleceu os partidos e que encontrou em cada reforma eleitoral um apoio para uma nova fase de mudança.

Não foi só uma estratégia pesada por algum partido, ideólogo ou personalidade política. Em parte, por isso falamos de “mecânica”, um processo que põe em marcha energias políticas e que as encaminha; um processo que vem de menos a mais e como uma bola de neve não cessara de expandir-se, tocando e alterando muitas outras esferas da vida política, social e cultural.

O início pode localizar-se em 1977; não porque antes não tivesse existido episódios democratizadores ou reformas eleitorais e “enfraquecimentos” dos amarres autoritários. O arranque o localizamos aí, em 1977, porque a partir de então se configurou “a estrutura da mudança” a que aludi antes, é dizer, um processo que se desenvolve em uma mesma direção, fortalecendo partidos e cujos momentos de expansão cristalizaram nas negociações e reformas eleitorais.

Em 1977, pela primeira vez se abriram as comportas para o livre desenvolvimento das opções organizadas e para sua presença no mundo eleitoral. Fazendo história, posso dizer que a plataforma originária da transição foi construída sobre cinco colunas:

- 1) se declara aos partidos políticos como “entidades de interesse público” e se dá passo a sua constitucionalização, é dizer, o reconhecimento da personalidade jurídica dos partidos em plural e a sua importância na conformação dos órgãos de Estado;
- 2) se abre a porta da competência eleitoral, mediante o “registro condicionado” as forças políticas mais significativas da esquerda mexicana, até então marginalizadas;
- 3) se concreta a ampliação do Congresso e a introdução dos deputados plurinominais; a nova fórmula conjugava 300 deputados de maioria e 100 de representação proporcional. Assim, se injetou um maior e mais intenso pluralismo à Câmara dos Deputados e os incentivos suficientes para que os partidos desenvolvessem campanhas à escala nacional, na procura de todos os votos possíveis acumuláveis para a “bolsa” plurinomial;
- 4) pela primeira vez, o Estado assume a obrigação de outorgar recursos para o sustento de todos os partidos políticos;

- 5) com seu registro ante a autoridade eleitoral federal, os partidos políticos adquiriram, automaticamente, a possibilidade de assistir a diferentes eleições, em outros níveis da vida política estatal e municipal. A participação eleitoral de alternativas distintas, legalizada e legitimada desde a Constituição, se multiplicou ao longo de todo país.

Essa foi a base sobre a qual se desenvolveria nosso processo de democratização. A reforma era um guarda-chuvas protetor com uma característica muito importante: estava dedicado não só aos atores que já tinham um lugar dentro do sistema legal, como também, justamente, aos que nunca tinham estado no sistema. No seu momento essas mudanças (que hoje, para alguns podem parecer até pequenos ou simplesmente “liberalizadores”) provocaram uma grande discussão, resistências, críticas, medo e um grande impacto público, mas a intenção dessa reforma era muito simples: por uma parte para fortalecer as opções organizativas existentes porém, também, permitir a entrada ao jogo eleitoral de forças reais, que se estendiam, sobretudo, na ação social e sindical (e inclusive através da via armada).

Pouco a pouco e uma atrás da outra, vastos contingentes, de todas as ideologias, antes herméticos à vida eleitoral, se foram incorporando a ela, foram estendendo, construindo novas alternativas ou fortalecendo as existentes. Em particular, as eleições em certas regiões do país apresentavam sintomas cada vez mais aguçados e claros de competitividade, de verdadeira disputa pelo governo e as posições legislativas.

Minha terceira proposta é esta: a nossa foi uma transição que se desenvolveu da periferia para o centro e debaixo para cima. Foi lenta mas sistemática “Colonização do Estado Nacional” por muitos partidos políticos, em plural. De maneira que a transição não pode ser entendida desde o observador de uma só mudança ou uma só eleição; é a história de centenas de processos que acabaram “pluralizando” ao Estado, e nessa medida foram desgastando o autoritarismo e a corrupção, as práticas e inclusive a cultura da época do partido hegemônico.

Demos uma olhada neste processo, de “Colonização do Estado”, em 1977 tinha quatro municípios governados por partidos distintos ao PRI. Em 1988 foram 39 municípios, e antes do dois de julho de 2000, 583 municípios, incluindo os mais povoados e prósperos do país. Algo parecido tinha ocorrido no nível dos governos, dos ajuntamentos e dos Congressos locais. As eleições estatais se converteram em um largo período de ensaio, erros e experiência democrática. A celebração de mais de quatro mil e 400 comícios no período cíclico de seis anos em todos os municípios do país; de 64 eleições para integrar congressos locais e de 31 eleições para eleger governadores por cada 6 anos, além das eleições intermediárias para o Congresso da União e para chefe de Governo no DF, se converteram nos laboratórios onde acudiam todos os partidos e onde se reforçava e se multiplicava a mecânica do câmbio político.

Anoto algo mais: o crescente centralismo político das eleições e dos partidos foi o incentivo mais forte para a entrada da crítica, da academia, do mundo intelectual, também na órbita eleitoral. Foi um processo ao mesmo tempo político e cultural: as preocupações em torno do fenômeno eleitoral se expandiram e os temas típicos da investigação jurídica, politológica e sociológica cederam seu lugar ao tema dos comícios. A mecânica eleitoral arrastou também a boa parte do mundo acadêmico. Até os anos oitenta, poucos autores mexicanos tinham estudado de maneira sistemática esses assuntos, dentre outras coisas pela natureza pouco ou nada competitiva do sistema político. Mas sua crescente importância política provocou um giro temático muito importante nas ciências sociais mexicanas.

O calendário eleitoral mexicano se revelou como um dos mais amontoados e abundantes do mundo, e como um caminho do qual surgiram uma larga coleção de novidades democráticas: governador da oposição em cidades importantes do país, governadores da oposição no norte e sul, incluída a capital do país, câmaras estatais com maioria da oposição, partidos extraordinariamente vagarosos e cidadãos espertos no uso do seu voto.

Tudo o que a teoria nos tem ensinado, todos aqueles que são os sintomas irrecusáveis da democracia (governos divididos, poder compartilhado, triunfos eleitorais aos que segue uma derrota, desaforo jurisdicional das controvérsias, alternância, etc.) apareceram nos estados e nos municípios antes do que em nível nacional. Assim que nossa transição tivesse tido todos esses ingredientes, desde a entrada do partido Comunista no jogo democrático, até o primeiro governador da oposição em 1989; da experiência do poder compartilhado em dezenas de estados até o triunfo da oposição de esquerda no governo da Cidade Capital.

Tudo o qual me leva a minha quarta observação: a progressiva normalização eleitoral trouxe um efeito social, político e cultural ainda maior, é dizer, de maiores conseqüências: a experiência viva da pluralidade, a competência, a coabitação e a mudança no governo. Quero dizer: o câmbio político se fez tangível, cotidiano, visível para milhões de mexicanos e nessa medida, também deixou de ser fonte de temores.

O Congresso da União, os Congressos locais, os ajuntamentos, todos eles se converteram em instâncias cruzadas pela pluralidade, surgidas de processos eleitorais normais em convivência, tensão e colaboração. A divisão efetiva do poder acabou sendo uma verdadeira escola de democracia para milhões em um país de tradição autoritária.

Antes da eleição do ano 2000, a mudança política tinha dado origem a um mapa governamental e de representação novos. Nos meses anteriores a julho, o PAN governava já os 29.6% da população nos Estados; o PRI 46.7%, o PRD 20.7%, o PT 0.52%, e o PV 0.36%.

Os efeitos da esfera eleitoral saltaram à esfera de governo e daí à experiência de milhões. A divisão efetiva do poder era um dado real e constatável. E foi muito mais: era a evidência do avanço democrático ante os olhos do eleitorado, a oposição tinha um espaço aberto onde o sufrágio era um poderoso instrumento de mudança política e que a mudança por via eleitoral era possível.

Minha quinta proposição é esta: a transição mexicana, que esteve fortemente centrada no tema eleitoral foi, na realidade, muito mais que eleitoral.

México descobriria que o “eleitoral” era muito mais que uma esfera separada e circunscrita, já que na realidade, o eleitoral afeta e atinge muitos outros âmbitos; ao amparo dos processos de comícios e graças a existência de partidos cada vez mais poderosos, se foi modificando a paisagem política e cultural do país.

- Os processos eleitorais eram momentos de expansão das liberdades públicas, não só os federais como também a grande quantidade de processos locais.
- Era uma oportunidade de manifestação e crítica aberta, amparada pela Constituição e a lei.
- Com a entrada de deputados de diferentes partidos na Câmara, também se modificou o trabalho e o debate legislativo.

- Os partidos políticos opositores e suas figuras centrais, cobraram visibilidade pública.
- A recorrência de processos eleitorais começou a mudar também as estratégias dos partidos (sobretudo da esquerda) e sua cultura política: começou uma lenta reconversão da idéia da Revolução à idéia da luta legal e das reformas.
- A academia também começou a virar suas preocupações e a olhar e a estudar o fenômeno eleitoral como uma de suas prioridades.
- O espaço eleitoral começou a exercer um poder de gravitação sobre grupos não identificados: sinarquistas, comunistas, trotskistas, direitas e esquerdas “caíram”, por assim dizer, na órbita eleitoral.
- A discussão pública também se modificou, as decisões do governo, o exercício do presidencialismo deixaram de estar acompanhadas por unanimidade e cada vez mais foram discutidas, questionadas e ainda modificadas ou impedidas por forças opositoras com poder também crescente.
- No transcurso ocorreu quiçá a mudança mais importante de todos, uma verdadeira criação da cidadania. Não ascéticos nem subordinados, senão pessoas que sabem que seu voto contribui na escolha entre diferentes opções. Foi uma mudança individual, mas, cujo sentido tem adquirido toda força ao tornar-se coletivo. Não falamos de cem, nem de mil, nem de um milhão, e sim de dezenas de milhões de mexicanos quem têm abandonado atitudes tradicionais autoritárias ou passivas para influir na marcha do país.
- A forma como funciona o governo também mudou, por exemplo com a colocação em marcha do federalismo. Antes, governadores e presidentes municipais eram escolhidos sob o manto dos circuitos opacos da coalizão governante. Porém uma vez que essas posições são disputadas autenticamente em eleições, as relações políticas mudam: os cargos já não se devem ao Presidente, e sim aos cidadãos. Assim se põem em marcha e a prova umas relações políticas totalmente distintas. O federalismo vive, e nessa nova tensão, entre o centro, que é governado por um representante de um partido e os Estados governados por outros. O funcionamento do estado nacional se transforma e os mecanismos constitucionais de negociação, diálogo e acordo devem pôr-se a funcionar.
- O mesmo se passa com outras esferas e com outros componentes do edifício republicano: a separação de poderes - essa aspiração constituinte de 1917- se faz efetiva quando o Congresso da União é habitado por uma pluralidade denotada de forças políticas, que não se conformam em sancionar as decisões tomadas pelo Poder Executivo.
- Por isso a transição democrática do México, tem colocado em funcionamento toda a maquinaria constitucional. Apenas estamos vendo as conseqüências dessa mudança, dessas tensões e, por que não dizer das insuficiências que tem a própria *Carta Magna*?
- O prestígio político do país também se modifica e cresce na medida que seus processos eleitorais se naturalizam e que suas novidades democráticas se multiplicam ante os olhos do mundo.

Neste período a cultura política também mudou: há menos de quinze anos eram públicas e sustentáveis teses tão autoritárias como as da “fraude patriótica”, hoje digamos impraticáveis. Faz apenas uns anos, o discurso político dominante era de uma maioria capaz de representar todo o país. Hoje, a idéia de pluralismo se naturaliza, se volta numa noção compartilhada por todos os atores e os valores de convivência na diversidade com tolerância se alargam.

Por isso a mudança na esfera eleitoral foi na realidade motor e veículo para uma aprendizagem democrática de muito maior alcance. Vale a pena sublinhar porque freqüentemente ouvimos vocês que criticam o curso da democratização mexicana ou que desdenham os frutos da transição por seu caráter “eleitoral”. Mas não é verdade: a limpeza dos comícios, as reformas eleitorais eram as peças que faziam falta para colocar em andamento uma série de mudanças políticas e culturais que transbordam em muito o âmbito eleitoral e que modificaram o mapa da representação, a forma de governo, o funcionamento do Estado, vitalizaram as liberdades públicas e desgastaram cada um dos suportes autoritários. Através das eleições, o México entrou num regime político totalmente distinto e de caráter democrático.

As eleições foram o veículo para trocar o regime. Justo neste momento, convém recordar os rasgos essenciais do mundo político do qual viemos:

- a) Partido hegemônico.
- b) Presidencialismo com enormes capacidades constitucionais e meta constitucional. O presidente no vértice do mecanismo de decisão e negociação.
- c) Subordinação de poderes (legislativo, judicial) ao Executivo.
- d) Federalismo formal, centralismo real.
- e) Subordinação de organizações sociais, sindicais, empresariais ao poder político.
- f) A decisão de quem governava estava em mãos de uma coalizão fechada.
- g) Eleições sem competência.
- h) Partidos de oposição testemunhais.
- i) Leis eleitorais restritivas.

E que temos hoje?

- a) Um regime pluripartidarista e competitivo.
- b) Presidencialismo com cotas.
- c) Os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, adquirem sua independência.
- d) Os diferentes níveis de governo também multiplicam seus graus de autonomia e operam por si mesmos.
- e) Se automatizam também os grupos sociais.
- f) As eleições são altamente competitivas.
- g) As leis eleitorais se têm aberto.
- h) A decisão de quem governa atém-se aos cidadãos.

Mas o mais importante agora é assimilar a magnitude da mudança que temos logrado, mas além das vitórias, derrotas o conflitos circunstanciais. Tem mudado e segue mudando a natureza do poder político no México num sentido democratizador, porque o regime eleitoral permite que o cidadão com seu voto decida quem governa. E tudo isto tem sido possível, no fundamental, sem violência, através da lei, recorrendo à negociação e apelando a milhões de votantes.

Não quero parecer excessivamente otimista, mas me parece urgente que nós mexicanos reconheçamos onde estamos em matéria política.

Temos fechado uma das assinaturas seculares: a democracia política. Nos restam muitas outras tarefas: instaurar uma plena vigência do estado de direito, a independência e eficácia do Poder Judicial, a vigência do pacto federal e sobretudo a criação de condições materiais de vida que igualem as oportunidades dos mexicanos. São tarefas por acaso mais complexas, mais antigas e mais difíceis que a construção eleitoral. A novidade é que são tarefas que deverão resolver-se dentro da democracia, num país denotadamente pluralista.

Minha última observação, a sexta, é a mais simples: a transição democrática é uma mudança que vem de longe, que não pára pela sua magnitude. Como tenho tentado argumentar, nossa aprendizagem coletiva levava décadas e tinha envolvido a todos os atores, mediante uma especial mecânica de mudança. Durante 20 anos, o país tinha visto e ensaiado os episódios de alternância em todos os níveis, municipal, estatal, até chegar a mudança presidencial. Por isso, o 2 de julho do ano 2000, os cidadãos e os partidos, os candidatos e os meios, todos os atores, ofereceram cenários de naturalidade cívica, tal e como se os tivessem praticado toda sua vida. Por isso, a sensação pública depois da jornada não foi de incerteza nem de medo, e sim de confiança.

Nada disso se entenderia se não colocássemos o processo democratizador em sua devida perspectiva histórica.

Na campanha eleitoral do ano 2000 nenhum dos partidos economizou em idéias, em recursos publicitários e inclusive em discursos contra o adversário. Fomos testemunhas de grandes propostas de governo, engenhosas armas publicitárias e insultos de baixo calão, em 164 dias de contenda.

Se tratou de uma eleição que já não esteve dirigida até, então, *dentro* da democracia, que deu vida a disposições constitucionais e legais aprovadas com anteriormente, desde 1996. Por isso os grandes partidos, as coalizões e seus candidatos ganharam ou perderam em condições de equidade. Os meios de comunicação, por sua parte, cobraram ou premiaram cada um dos erros e cada um dos acertos dos candidatos na contenda.

Os votantes seguiram com atenção o curso da campanha e expressaram soberanamente sua vontade. Todos se ajustaram ao livrete democrático: os cidadãos, os candidatos, partidos, o Presidente da República, os meios, a autoridade eleitoral. Pela sua magnitude, foi uma jornada fundadora dos hábitos e das rotinas democráticas, ao mesmo tempo civilizada e civilizadora.

A legitimidade e o poder das eleições ficou demonstrado no curso da campanha: todas as forças políticas relevantes do México, seus partidos, grêmios, sindicatos, grupos cívicos, grupos econômicos, meios de comunicação, inclusive àqueles grupos que em outro momento apostaram pelas vias violentas, estiveram dispostos explicitamente a respeitar o curso do processo eleitoral. Essa é, quem sabe, a principal reserva de consenso, concórdia e estabilidade que tem o país, tal e como quer Juan Linz, o México tem assimilado e reconhecido que a democracia é “o único jogo na cidade”.¹

¹ Para Juan Linz, assim se cumpre a última condição da consolidação democrática, em outras palavras, esse é o fato político que salda a transição. Diz Linz: “A consolidação... é a situação em que nenhum dos atores políticos mais importantes, partidos ou interesses organizados, forças ou instituições, considera que existe alternativa ao processo democrático para chegar ao poder e ... nenhum grupo ou instituição política têm a prerrogativa de vetar a ação dos governantes democraticamente eleitos... para dizê-lo de maneira mais simples, a democracia tem que ser considerada *the only game in town*. Linz, Juan, *Transitions to Democracy*, *Washington Quarterly*, Vol. 13, No. 3, 1990, p. 156.

Assim sendo, a alternância não constituiu a condição de nossa democracia: demonstrou sua existência. Mas, o fim da transição não é o fim da política nem das reformas, muito menos dos problemas do país. Pelo contrário. Permitam-me então sublinhar quatro conclusões breves acerca de nossa transição:

1) O processo de mudança política no México teve como condição indispensável o respeito ao voto. Para isso se levantou um grande documento com múltiplos requerimentos técnicos. A história política do México, na última parte do século, não pode ser entendida se não for em torno desse objetivo fundamental. Sobre esse requisito descansa a confiança e o consenso das grandes forças e os interesses políticos do país.

2) As eleições do ano 2000 foram limpas, por sua organização, por seus instrumentos, pela vigilância e pela série de cláusulas e previsões que impõe a lei. A limpeza eleitoral não depende do resultado. Se tivesse ganho qualquer outro candidato, teríamos tido a mesma limpeza, o mesmo alinhamento, a mesma legalidade. Seriam os mesmos instrumentos, as mesmas pessoas e os mesmos vigilantes. Os resultados eleitorais no México já não podem ser explicados a partir de manipulações ou de fraudes, senão os méritos de partidos, candidatos e campanhas.

3) As eleições - não a violência - têm demonstrado ser a verdadeira chave da mudança política. Todo seu poder de transformação está aí para quem quiser vê-la. As eleições têm alterado e seguem alterando todas as esferas da vida política e muitas outras da vida social e cultural. Tem demonstrado ser um instrumento eficaz, uma via transitável, um lugar onde podem disputar, discutir e conviver o mais velho e o mais novo, as posições políticas mais encontradas, a pluralidade realmente existente. Em definitivo, as eleições são o método pela qual tem optado a sociedade mexicana.

4) Por isso tem que se manter a porta aberta. México é uma comunidade extraordinariamente viva e mutante. Sua unidade básica depende da credibilidade, da flexibilidade e da abertura do seu marco democrático. Todos aqueles grupos que optaram por outras vias, devem saber que a porta à vida legal, ao terreno eleitoral, permanece aberta e que nela tem um espaço fértil para crescer e consolidar-se.

Passo agora à segunda parte de minha intervenção, aos desafios do presente e do futuro da democracia mexicana.

Não obstante todos os avanços que tratei de compartilhar com vocês e de documentar, na história não existe fim, quando se alcança um objetivo aparecem outros desafios. Agora corresponde assumir com responsabilidade e imaginação que a democracia gera novos problemas, como são os derivados dos governos divididos, o poder compartilhado, a necessidade de pactos entre forças políticas antagônicas, assim como a incerteza concomitante ao trabalho legislativo.

Para dizê-lo em breve: o país muda e essa mudança por sua vez modifica a agenda política.

Me refiro agora sem querer ser exaustivo, a três questões que a meu entender têm a ver com a apreciação do momento em que se encontra o México e requerem uma nova luz:

1) a governabilidade democrática, 2) a responsabilidade dos partidos, e 3) o estado de nossa cultura democrática.

A democracia mexicana se depara com vários problemas que exigem a atenção de todas as forças democráticas, um deles é a falta da maioria no Congresso. É, sem dúvida, um símbolo que expressa com clareza o processo de democratizar, mas também constitui uma tensão para o regime presidencial, ao perder a maioria no Congresso não há dispositivos que consertem as diferenças e que salvaguardem uma eficaz gestão pública.

Os partidos políticos e suas frações legislativas têm que incumbir-se da tarefa de formar maioria em um sistema presidencial. Este problema, esta novidade própria da democracia, não se tinha adiantado ou previsto no passado. Os dispositivos de salvaguarda não foram necessários quando a maioria estava garantida, mas agora tornou-se indispensável construí-los, discuti-los e pactuá-los.

Penso que é tempo de reconhecer que enquanto tínhamos dedicado muito esforço, elaboração e criação política à esfera eleitoral não tínhamos feito o mesmo com a esfera de governo, não estávamos preparados da mesma maneira para entender, analisar e resolver a nova situação política dos poderes do Estado.

Ademais, nosso trânsito democrático não ocorreu num espaço de laboratório. A discussão esteve demarcada por outros dois complexos processos que arrancaram e se desenvolveram simultaneamente na década de 80: o processo de crise, ajuste e reestruturação econômica e a redefinição da função e o alcance das estruturas estatais, se deu por chamar-se "Reforma do Estado". Tudo isso de muitas maneiras, pressiona à esfera do governo e exige uma reflexão mais aperfeiçoada e rigorosa.

Assim, é hora de reconhecer que o México esteve demasiadamente concentrado, em como criar uma adequada representação e uma competência eleitoral limpa e equitativa, porém atendeu pouco ao exame das condições para um governo eficaz, em uma economia aberta, com uma nova qualidade institucional e com fundamento democrático. O ênfase democratizador foi compreensível, mas cada vez é mais claro do que falar do futuro do México, implica necessariamente, falar dos assuntos relativos ao exercício do poder e o "grau" do governo.

Chegou a hora de discutir abertamente esses pontos de equilíbrio necessários para a estabilidade e a sustentação da democracia: entre estabilidade e mudança, liberdade e ordem, expansão da participação política e eficácia na tomada de decisões, obrigações governamentais e responsabilidade cidadão². Reitero, assumidos em contexto democrático estes elementos não são excludentes e sim devem ser conjugados e postos num desenho institucional coerente e funcional, a fim de que surjam as garantias para que a democracia funcione, na sua dupla dimensão : por uma parte, que se garanta o funcionamento de suas próprias instituições, e por outra, que essas instituições possam atender às necessidades e às exigências da sociedade

Dos dois lados da equação se traduz num "bom governo", e em ambos encontramos desafios maiúsculos. Em particular haverá que fazer-se cargo das grandes tarefas para superar a pobreza e a desigualdade, porque a erosão do bem-estar da população constitui-se no principal perigo para a viabilidade não só do regime político democrático, como do país.

² Ver Camou, Antonio, "Gobernabilidad e Democracia", em *Cadernos de Divulgação da Cultura Democrática*, No. 6, Edit. Instituto Federal Electoral, México, 1955.

Tenho a impressão de que necessitamos definir um tipo de engenharia republicana mais de acordo com as novas condições pluralistas. Não creio que se trate de um debate original, e nem de eleger entre tipos ideais, mas me parece óbvio que os mexicanos necessitemos explorar a experiência acumulada, os regimes e os dispositivos legais e políticos ensaiados em outras partes do mundo das quais podemos aprender.

Assim sendo, a agenda da elaboração política no México está dando uma virada. Creio que é possível e necessário falar seriamente e com franqueza acerca dos problemas que a democracia gera.

Se me permitem parafrasear uma idéia, um termo que tem sido muito utilizado nos circuitos da discussão sobre o modelo econômico na América Latina e trasladá-lo ao campo da política institucional, diria que o México necessita de uma sorte de segunda geração de reformas em matéria política. Como induzir coalizões políticas para o trabalho legislativo e para uma relação produtiva com o Executivo? Como procurar uma base de apoio institucional a quem exerça a presidência? De que instrumentos deve dispor o Presidente para impulsionar suas iniciativas? Como melhorar a relação entre os poderes? Que mecanismos adotar em caso de empate ou inacabadas ações? Como melhorar os processos de elaboração de políticas públicas que incluam o maior número de interesses? Como responder às necessidades e as demandas de uma sociedade melhor organizada e mais exigente?

Creio que necessitamos gerar esse contexto intelectual, promover uma virada inteligente e precisa na elaboração política. É uma condição para que os mexicanos tenhamos a certeza, não só de que podemos eleger livremente nossos governantes, como também de que o país seguirá sendo governável.

O segundo aspecto sobre o que quero chamar a atenção e o que se relaciona com a qualidade de nossa democracia, se refere aos próprios partidos. Creio que nunca está demais insistir no centralismo dos partidos para a vida democrática, sobretudo num contexto onde, com freqüência, os partidos recebem um mal trato inicial por parte da opinião pública. Bem vistas as coisas, não obstante, as críticas que por muitas distintas razões têm recebido, é possível reconhecer - enquanto não se demonstre o contrário - não haverá democracia perdurável sem partidos. Espaços insubstituíveis para a expressão, a representação e o processamento dos interesses de faixas importantes de cidadãos, os partidos são também a coluna vertebral do estado democrático moderno: em definitivo, os sistemas de partidos são requisitos à democracia representativa, característica das sociedades de grande população, complexas e plurais contemporâneas, cujo funcionamento supõe processos eleitorais regulares e permanentes.

Numerosos autores, têm estudado a importância dos partidos, como umas maquinarias que implantam suas raízes numa dupla direção: no estado, já que estão encravados em muitos de seus recintos e processos, sobretudo como atores centrais do Poder Legislativo e o Executivo; e na sociedade, porque se tem convertido em espaços insubstituíveis para a expressão e o processamento de interesses de faixas importantes de cidadãos.

Mais ainda, olhando sobre a história comparada, é possível constatar, que aí onde as democracias têm logrado manter-se e ser sustentáveis existe uma base de partidos políticos sólidos. A reconstrução política, econômica e social da Europa ocidental na segunda pós-guerra se produziu na presença de sistemas estáveis de partidos políticos. Assim mesmo, as democracias perduráveis em outros países como os Estados Unidos e

Canadá também contam com formações partidárias que representam à cidadania. Na América Latina, Costa Rica é um exemplo excepcional de estabilidade democrática alicerçada num sólido e perdurável sistema de partidos.

Caso se empreenda o exercício inverso, é dizer, de constatar onde a democracia tem sido frágil, se encontra que a pretensão de substituir os instrumentos da democracia como são os partidos políticos e a pluralidade que estes infundem aos parlamentos, freqüentemente acaba numa perda da democracia e da soberania dos cidadãos para determinar a seus governantes e representantes. A eleição da história está à vista de qualquer observador: a democracia se fundamenta, se fortalece e se reproduz, junto com a consolidação dos partidos políticos.

E é que certamente, os partidos políticos têm, em sistemas que encaminham e fazem produtiva a pluralidade social, róis que são insubstituíveis. Klaus von Beyne³, por exemplo, atribui aos partidos quatro funções: a procura de objetivos através de ideologias e programas, a articulação e agregação de interesses sociais, a mobilização e sociabilização dos cidadãos (sobretudo em ocasiões das eleições) e o recrutamento de elites e formação de governos.

Como tem assinalado Javier Pradera⁴, o aumento das competências atribuídas aos partidos políticos como operadores políticos no último meio século, no mundo, tem mudado as características das instituições representativas; as transformações produzidas nos centros de poder foram de tal envergadura que alguns constitucionalistas como Gerhard Leibholz e Manuel Garcia Pelayo denominaram “Estado de Partidos” essa nova realidade.

No caso do México, os partidos têm sido os protagonistas indiscutíveis do trânsito político, a tal grau que os partidos se têm instalado já na sala de máquinas do estado. Por isso, a cada dia é maior sua responsabilidade para criar as condições de uma democracia que gere certezas e um horizonte nacional, compartilhado e praticável. O nível e a tona do debate, e a deliberação política, a profundidade das propostas, são decisivos para a qualidade da democracia, cujo perfil se constrói dia a dia. Por isso, nada contribuirá tanto ao prestígio e à consolidação das democracias, como o prestígio e a consolidação dos partidos e o rigor de responsabilizar-se pelos problemas nacionais. E à inversa, nada desgastará mais a vida democrática, como o desprestígio e a paralisia dos partidos e sua incapacidade para oferecer respostas fundamentadas às expectativas dos cidadãos.

Se há de convir que a política seja sobretudo diagnóstico e proposta, não pode ter uma construção política que valha a pena ser empreendida, sem idéias, nem sistema político que não se nutra da elaboração séria, se quiser estar em sintonia com as exigências, necessidades e aspirações da sociedade que nele se representam. A virtude e o rigor do diagnóstico político e das distintas propostas, vão a contracorrente das ocorrências ou dos intentos de fazer da política um terreno insignificante e circense. Posto que finalmente, na política se acaba definindo o presente e o futuro de milhões de pessoas e isso estabelece uma dose de rigor e de exigência aos partidos e aos políticos que não podem, nem devem, desinteressar-se.

³ Von Beyne, Klaus, *La clase política en el Estado de partidos*, Alianza Universidad, Madrid, 1995.

⁴ Pradera Javier (1997) “La maquinaria de la democracia: los partidos en el sistema político español”, en F. Laporta y S. Álvarez (eds): *La Corrupción política*, Alianza Editorial, Madrid.

Por isso, a insistência nos conteúdos da discussão não pode ser vista como um excessivo desejo intelectual ou da academia, a não ser que se torne uma necessidade que não pode ser deixada de lado num país cruzado por profundas assimetrias que não serão superadas num espetáculo onde a política acabe sendo um jogo de soma zero.

É responsabilidade comum procurar que o debate político esteja à altura, tendo em vista que são os partidos, com sua força e firmeza, com suas razões e propostas, que consolidam a democracia. Como tem assinalado o catedrático espanhol em Direito Constitucional, Roberto Blanco Valdés: “lutar para reduzir à sua mínima expressão as abundantes patologias partidárias hoje vigentes e romper essa armadura que tem convertido os militantes de partidos em tipos muito estranhos que dedicam-se a uma atividade que a todos nós parece decisiva, mas que tem chegado, quando menos parcialmente, a perder nosso respeito, constitui um trabalho político e intelectual indispensável”.⁵

Se efetivamente, desejamos que sejam as idéias, os programas, as propostas políticas, o centro do debate e da disputa, será mais difícil que se gere uma erosão da política e da vida pública. A qualidade da democracia, não reside só em seus instrumentos eleitorais, nem em suas regras ou procedimentos; a qualidade democrática, vem da qualidade e da altura de seus partidos e de seus políticos, mas também do contexto de exigência intelectual no que se desenvolvem.

Vou agora ao terceiro e último ponto sobre o que quero chamar sua atenção. Se revisam com cuidado as assinaturas pendentes no México, em termos de desenvolvimento político e convivência civilizada das possibilidades e os requerimentos para consolidação democrática, advertimos a relevância que hoje tem a reflexão sobre a cultura política e as práticas cidadãs. A democracia estabelece o centralismo da política, como uma atividade eminentemente cidadã e não como uma responsabilidade exclusiva de uma minoria que se assume como “representante do povo”. Isso significa, em primeiro lugar, que o cidadão se reconheça como tal, é dizer, como o sujeito da política e não como o objeto passivo dos funcionários governamentais. A formação da cidadania que acompanha necessariamente às transformações democráticas é um processo complexo que engloba a sociedade em seu conjunto, pois depende e se alimenta com a presença de certos requisitos que nem sempre conjugam-se ao mesmo tempo.

Se pensamos na democracia como “forma de vida” que se aprende na família, na escola, nas organizações sociais de toda índole, nos meios, ou simplesmente pelo “efeito demonstração”, de quem, partidos ou indivíduos assumem responsabilidades públicas, é obrigado a admitir que segue aberta, ao menos nas condições mexicanas, uma extensa agenda relacionada com diferentes aspectos da formação e do fortalecimento da “cultura cívica”, para fazer do respeito à lei e a tolerância, uma sorte de segunda natureza de cada cidadão.

⁵ Roberto Blanco Valdés (2001): *Conexiones políticas: partidos, Estado, sociedad*. Alianza, Madrid

Temos, é verdade, instituições eleitorais funcionais, mas nossa cultura política é frágil e em muitos casos anacrônica. Os resultados de dois questionários recentes sobre cultura política, realizadas separadamente pela Secretaria de Governo e pelo Instituto Federal Eleitoral, oferecem indicadores que não permitem nenhuma classe de triunfalismo: por exemplo, 6 de cada 10 mexicanos, responderam ao questionário do Governo que preferem a democracia a qualquer outra forma de governo; 3 de cada 10 consideram que dá na mesma um regime democrático ou um autoritário e, uns 10% chegam a preferir, em algumas circunstâncias, um governo autoritário a um democrático. Similarmente, os 32% da população consideram que é preferível sacrificar algumas liberdades como a de expressão, reunião e auto organização à mudança de viver sem pressões econômicas. Outro mais: de 18 opções, as instituições que menos confiança despertam são as Câmaras dos Deputados e Senadores, assim como a dos partidos políticos, depois da polícia as Secretarias de Estado e as Organizações não Governamentais. Por outro lado, maior confiança despertam as igrejas, os professores, os hospitais, a Comissão Nacional de Direitos Humanos e o Instituto Federal Eleitoral.

Nesse campo encontramos, o que não deixa de ser um dos grandes paradoxos de nossos dias, mas sobretudo, uma das assinaturas pendentes da agenda de começos de século, porque vale a pena perguntar, se a democracia é possível sem políticos, parlamentares e partidos que gozem da aprovação popular. Que a democracia em termos gerais tenha uma alta estima na cidadania, entretanto seus instrumentos não vem a indicar que não há uma compreensão cabal do que é a democracia. Também, este duro contraste entre a aprovação à democracia e a baixa estima dirigida às figuras que a fazem viável, pode ser a ante-sala de um desencanto à democracia e não só a seus protagonistas.

Quem sabe estes resultados façam patente a obrigação de reforçar a reflexão e a análise acerca dos instrumentos e das estratégias que ainda necessitam desenvolver, para que os cidadãos possam perceber a democracia como um regime desejável em razão de sua superioridade ética e política sobre outras ordens políticas alternativas, para que seja possível fazer um sentido comum da idéia de que a democracia não é um projeto ideal, uma proposta de políticos ou militantes iluminados, nem o preclaro programa de uma vanguarda, nem um ensino retórico, pelo contrário, a democracia como uma necessidade das sociedades complexas e plurais. Como um imperativo das condições culturais, políticas e também econômicas de nações diversificadas, conectadas com o mundo de mil maneiras, diferenciadas nas suas opções, no seus modos de vida, no seus interesses, visões e sensibilidades. A democracia, entendia-se basicamente como uma condição da viabilidade e da convivência num país, como México, de grandes massas humanas e extraordinariamente diverso.

A conclusão deste rápido olhar pode sintetizar-se assim: necessitamos que a agenda política volte aos temas fundamentais; não há democracia sem cidadãos, nem há governabilidade democrática sem partidos maduros e responsáveis. Há aqui uma agenda da democracia mexicana que não pode esperar.

Muito obrigado pela sua atenção.

PROBLEMATICA EM TORNO DAS DROGAS, CONFERÊNCIA DITADA PELO DOUTOR GUIDO BELSASSO, COMISSIONADO NACIONAL, CONSELHO NACIONAL CONTRA AS ADIÇÕES DO SETOR DE SAÚDE DO MÉXICO

Eu sou o responsável pela redução da demanda do consumo de drogas no México desde o setor de Saúde num Organismo que se chama Conselho Nacional contra as Adições, com o cargo de Comissionado Nacional, e temos a responsabilidade de gerar as políticas que têm a ver com a redução da demanda.

Esta manhã em colaboração com meu dileto amigo, o doutor Mario Estuardo Bermúdez, que é o responsável pela redução da oferta de drogas, esperamos poder dar-lhes um panorama de como o México está combatendo este grande mal e quais são as estratégias que o governo do Presidente Fox está executando neste sentido.

No México o tema da redução da demanda se refere não só às das drogas ilícitas e sim a todas aquelas substâncias que têm efeitos sobre o sistema nervoso central e são capazes de produzir uma adição. Consideramos que estão intimamente unidas as três: a adição da nicotina, a adição do álcool e a adição das drogas ilícitas; é que temos uma política integral que engloba estes três aspectos.

Nesta palestra espero apresentar-lhes por um lado o panorama epidemiológico e por outro lado as estratégias que o Governo do México está levando adiante.

Primeiro vou tocar no tema do tabaco que é o problema que maior dano causa à saúde pública em nosso país e que segundo a Organização Mundial de Saúde, é a primeira causa de morte previsível no mundo. Em nosso país existem 13 milhões de fumantes ativos e 48 milhões de mexicanos que são fumantes passivos. Hoje em dia sabemos claramente que o tabaco, a nicotina e as mais de 4 mil substâncias tóxicas que contém um cigarro, das quais mais de 68 têm um efeito cancerígeno, afetam tanto ao que fuma ativamente como ao que, em espaço fechado, está envolto pela fumaça do cigarro do consumidor ativo.

No mundo, até o ano passado na reunião em Genebra com a Diretora da Organização Mundial de Saúde, a doutora Gro Bruntland, se indicou que tinham morrido 4 milhões de cidadãos deste planeta por causa do tabaco.

Na última reunião que tivemos, faz algumas semanas, o número de pessoas falecidas já havia aumentado para 4.9 milhões.

Em nosso país falecem, a cada dia, 144 mexicanos por causa do tabaco. Os cálculos que temos feito custam ao México 29 milhões de pesos para atender a cada ano os pacientes doentes de enfermidades relacionadas ao tabagismo, que vão desde a bronquite, o enfisema e o câncer. Estes 29 milhões de pesos, representam meio ponto percentual do Produto Interno Bruto do México.

Isto coloca o problema do tabagismo como um gravíssimo problema de saúde pública, que o Governo do México está atacando com grande força, para tratar de diminuir o consumo de tabaco, em nosso país.

Também o tabaco, além de ser um problema tão sério, é a porta de entrada às outras adições e esta é a razão pela qual o Governo do México o combate com tanta firmeza.

Eu, como observaram em meu curriculum, venho há muitíssimos anos, mais de 40, neste processo de trabalhar com pacientes dependentes e para as políticas públicas em nosso país, e neste campo, conheço poucos casos de pessoas que fumam maconha, que é a substância mais consumida pelos jovens mexicanos dentro do campo das drogas lícitas, que não tenha começado primeiro com o uso do tabaco.

Então para nós, a porta de entrada é o tabaco diferentemente do que pode acontecer em outros países como os Estados Unidos onde a política formal norte-americana, está dirigida, fundamentalmente, para a maconha e não há um vínculo claro de ambas as políticas; a política contra o tabagismo e a política contra a maconha. Em nosso país é muito claro este processo.

Além disso em nosso país existe uma clara diferença entre o número de fumantes homens e o número de fumantes mulheres. Em termos epidemiológicos se diz que um país é maduro na questão da epidemia de tabaco, quando ambos os dados das colunas das mulheres e dos homens, estão na mesma altura.

O exemplo disto é o Canadá e os Estados Unidos. Em nossa realidade ainda existe afortunadamente, uma diferença importante entre os dois, porém estes dados que são de 1998 estão mudando rapidamente, estamos já analisando os dados da enquete do ano de 2002, uma enquete que acabamos de terminar, onde a coluna de mulheres de 16 irá facilmente se duplicar porque está crescendo enormemente o consumo de todas as substâncias aditivas: tabaco, álcool e drogas ilícitas entre o sexo masculino.

De acordo com a idade, a maior parte dos fumantes está entre os 18 e 29 anos, porém um elemento importante, assinalamos que as idades entre 12 e 17 representa quase 10%, mas de acordo com a última enquete, este dado tem aumentado devido estar crescendo o número de fumantes em dois grupos: cada vez mais em idades menores se dá o consumo de tabaco e também é cada vez maior em relação ao número de mulheres.

Estou dando dados muito rapidamente e ao finalizar a apresentação teremos um momento para fazer perguntas ou comentários. Assim sendo, se houver dúvidas, poderemos comentá-las mais adiante.

A respeito do álcool, o panorama epidemiológico é muito claro de como veio incrementando-se desde 1986 o número de consumidores. Nas estatísticas epidemiológicas, quando falamos de consumo do último mês, nos referimos às pessoas que estão utilizando a substância constantemente, de maneira reiterada.

Mais adiante poderemos ver como vai aumentando, também, o número de mulheres que consomem a substância e que vai crescendo de uma forma exponencial. Isto é importante conhecer porque vai refletir não só no que se refere ao tabaco e álcool, como também no que se refere às drogas ilícitas.

Em relação às drogas ilícitas, neste gráfico podemos ver como vai incrementando, sobretudo no caso da maconha. Aqui estamos falando de consumo alguma vez na vida o que quer dizer o contato com a substância e não que sejam adeptos.

E aqui temos estatísticas de 88/93 e 98. Se tivéssemos os dados já analisados da enquete do ano de 2002, estaríamos vendo dois assuntos importantes: a maconha segue mantendo-se como a droga de maior consumo; os inaláveis se mantêm estáveis; a cocaína, que neste gráfico se vê com um aumento verdadeiramente significativo entre os anos de 88 e 98 veremos, todavia, mais elevada; os alucinógenos têm mantendo-se mais ou menos no mesmo nível, a heroína que parece igual neste gráfico, podemos nos dar conta de que vai incrementando-se, também, nas últimas estatísticas numa maneira significativa.

Este é um gráfico que revela qual é a situação das drogas mais utilizadas entre os jovens de nível médio e superior na cidade do México. Podemos ver que a linha verde, é a que causa maior impacto dentre todas, e que sobe até 5.8%, se refere à cocaína. A cocaína é uma substância que em nosso país, em função da disponibilidade e da troca de padrão de tráfico dos narcotraficantes, tem uma enorme disponibilidade em nosso país.

Faz uns 8 ou 9 anos que, de repente, começamos a encontrar dados de consumo de cocaína entre crianças muito jovens, de classes muito pobres na zona sudeste do país. E quando estudamos o fenômeno, nos damos conta de que os narcotraficantes, que antes pagavam seu passe com dinheiro, com dólares e também a corrupção pelo território nacional, começaram a fazê-lo através de pagamento com artigos diversos, e dizer, pagando com pasta de coca, o que provocava por parte de quem as recebia a necessidade de gerar um mercado interno para seu consumo, para poder sair disso e para poder obter dinheiro pela droga.

Isto começou a determinar que em todo o sudeste, no centro e agora em toda a República, sobretudo nas grandes cidades, porém também nas pequenas, haja um excesso de disponibilidade e um consumo importante de cocaína.

Já o doutor Bermúdez falará depois de uma parte importantíssima da estratégia, porque desde o ponto de vista do narcotráfico existe dois problemas - um é o macronarcotráfico, que é uma atividade que a Procuradoria Geral da República vem controlando nesta administração em uma forma muito exitosa tendo merecido o reconhecimento internacional e, por outro lado, o micro tráfico, que é a distribuição de pequenas quantidades, sobretudo dentre os jovens. Portanto é um tema importante que nos comentará o doutor Bermúdez.

No que se refere às tendências em nosso país, já se assinala que há um aumento de consumo de álcool e tabaco entre jovens e mulheres, uma diminuição na idade de início, trocas tanto em drogas como nas vias de administração.

Em nosso país, na fronteira norte, a fronteira com os Estados Unidos, é a zona onde existe o maior consumo de heroína e isto é um problema já relativamente endêmico, que existe há vários anos, entre 8 e 10 anos, porém, ultimamente, nos últimos dois anos, isto tem sofrido alterações e vem estendendo-se em todo o território nacional.

Um dos elementos fundamentais desta disseminação da heroína, tem relação com o fenômeno migratório de mexicanos até os Estados Unidos. Cada vez mais estamos identificando nossos conterrâneos, que depois de passar uma temporada nos Estados Unidos, regressam com um problema de dependência às drogas, às vezes ao álcool, às vezes à cocaína e com grande freqüência à heroína. Regressam às suas comunidades e aí têm que continuar com sua dependência e o fazem utilizando heroína produzida em nosso país. O México, como sabemos, é produtor, fundamentalmente, de maconha e de heroína, sobretudo na zona da costa da montanha do Pacífico.

Por outro lado, estamos encontrando casos já de utilização de heroína por via endovenosa nos presídios. Em estudos que temos feito nos presídios da fronteira, encontramos mais de 80% das pessoas que estão presas como sendo Soro Positivo ao HIV/SIDA e quase 100% têm hepatite C, que como sabem vocês, isto termina degenerando-se em um problema hepático tipo cirrose e morte.

Também se está usando, cada vez mais, a mistura de cocaína e heroína por injeção entre adolescentes e outro tipo de substâncias criadas por eles. São substâncias produzidas em laboratório, a diferença do que é a maconha, a heroína e a cocaína que têm um substrato do tipo natural, digamos, uma planta. No caso das drogas "de criação", são produzidas, basicamente, no laboratório e se referem fundamentalmente às anfetaminas dentre estas o êxtasis que é a substância básica

Uma das grandes preocupações que temos no setor de saúde, é que existe uma baixa percepção de risco por parte dos jovens no que se refere ao uso destas substâncias e o risco é extraordinariamente importante.

Por último, existem outras drogas que aparecem no panorama dos Estados Unidos e que são basicamente o GHB e a Ketamina. O GHB é uma substância extremamente perigosa porque é uma anfetamina igual ao êxtasis, tendo apenas uma diferença o êxtasis é uma pastilha e o GHB é um líquido inodoro, incolor e insípido, ou seja, com as mesmas características da água. Se colocada esta substância em água ou qualquer substância alcoólica, a pessoa que está ingerindo não pode distinguir qualquer diferença.

Por este motivo estamos começando a detectar na fronteira ou outro lado dos Estados Unidos, casos de morte, sobretudo de jovens e mulheres pela ingestão do GHB, no México temos encontrado apenas uns poucos casos, na zona de fronteira deste lado.

Quero falar agora, brevemente, da estratégia que o governo do México está seguindo neste sentido. O órgão responsável pelo tema da redução da demanda, como vêm vocês aí no círculo, é o Conselho Nacional Contra as Adições.

É uma Organização que cabe a mim coordenar, e que engloba 14 Secretários de Estado, incluindo os secretários da Defesa, da Marinha, de Governo e o Procurador Geral da República e outra série de membros do gabinete do Presidente, que têm incumbência com o tema.

O primeiro tema, quando o presidente assumiu sua gestão há dois anos, foi reconhecer que o tema das adições, era um tema prioritário e um tema emergente de seu governo e consolidou o Conselho Nacional, dando-lhe status de Subsecretário de Saúde ao Comissionado e um apoio extraordinário, sobre o qual falarei mais adiante.

Por outro lado, dentro desta estratégia estamos estimulando a liderança dos Conselhos Estatais à imagem e semelhança do Conselho Nacional. Em cada um dos 32 Estados da República, existe um Conselho Estatal que preside o governador do estado e que opera o Secretário de Saúde.

Em nosso país a Secretaria de Saúde está totalmente descentralizada, em cada estado existe um Secretário de Saúde nomeado pelo governador de cada estado e que é o responsável pela política contra as adições em seu estado.

A outra parte central da estratégia atual é levar o tema das adições para o município. No México, existem ao redor 2.500 municípios em todo o país e estes municípios são a parte central, são a autoridade governamental que está mais perto da gente e aí, por um lado a criação de comitês municipais e de redes sociais, são o tema central da nova estratégia de criar uma proteção para a sociedade contra às drogas.

Por outro lado, dentro da estratégia nacional estamos desenvolvendo e fortalecendo a coordenação para a infra-estrutura.

Em relação ao avanço das neurociências, aqui existe um tema muito importante do qual o México tem uma liderança significativa. Nos últimos dez anos, avançamos em 90% no que diz respeito ao conhecimento do funcionamento do cérebro.

Hoje em dia sabemos, exatamente em que área do cérebro se situa o tema da adição e isto nos têm permitido desenvolver uma série de estratégias que vão desde substâncias que substituem a droga, como band aid e chicletes de nicotina até substâncias que bloqueiam os receptores da substância dentro do cérebro e, o mais extraordinário de tudo é o desenvolvimento de vacinas contra às drogas.

Quantos de vocês já tinham ouvido falar de que existe vacinas contra às drogas? Levantem a mão. Ninguém. Bem, estamos muito avançados neste processo. A vacina contra a nicotina já está em fase final: dentro de um ou dois anos deveremos contar possivelmente com a vacina que injetada à uma pessoa, a proteja durante seis meses da influência do tabaco e da nicotina.

É dizer, se a pessoa que está vacinada, fumasse um cigarro, isto não vai trazer absolutamente nenhum efeito sobre seu sistema nervoso, não vai gerar um neurotransmissor que chama-se dopamina, que é o produtor da sensação de bem estar e de euforia.

Ademais, da vacina do tabaco tendo a mesma metodologia, existe um processo de estudo nos Estados Unidos com quatro grupos e no México com um grupo, preparando vacinas contra a cocaína e contra a heroína.

O quê isto quer dizer? Eu sou um psiquiatra clínico, vejo pacientes e um de meus problemas fundamentais é com a recaída que sofre o paciente a cada determinado tempo, pois dependendo da substância, tem a necessidade de voltar a consumi-la. E isto é um processo fisiológico, ou seja, um processo do sistema nervoso central que obriga ao adepto a seguir consumindo a substância.

No caso do tabaco a cada meia hora, no caso da cocaína cada linha para produzir o efeito no viciado requer uma hora. Para a heroína é de quatro vezes ao dia. Além disso, no caso da cocaína, uma vez que o sujeito esgotou toda a dopamina, esta substância que produz a euforia dentro do cérebro, num tempo de 24 até 96 horas, tardando até três ou quatro semanas para voltar a ter a vontade de voltar a consumir.

Por isso, antes dizíamos que a cocaína não viciava, porque a pessoa que esgotava toda a dopamina de seu cérebro, em dois a três dias de consumo passaria logo um período de duas a quatro semanas sem vontade de voltar a consumi-la.

Hoje sabemos que extenuou, como dizemos medicamente, ou seja, esgotou sua quantidade de dopamina e demorará até quatro semanas para voltar a regenerar-se. Estamos diante da luz no fim do túnel, é como eu vejo, diante de uma situação que vai mudar totalmente o panorama da atenção dos dependentes químicos no mundo.

Seja quem for o primeiro a desenvolver esta substância nos Estado Unidos ou no México estará contribuindo enormemente para mudar todo o panorama das drogas.

Àquelas pessoas que no mundo estão propondo a legalização das drogas porque sentem que as campanhas de prevenção têm falhado, encontrando-se com esta nova estratégia terão que mudar de linha e de discurso, porque teremos, finalmente, algo de novo que vai abrir às portas.

No México temos uma das estratégias mais fortes no campo da redução da demanda, e por outro lado, como parte da estratégia, se tem reforçado a capacidade epidemiológica criando o observatório das drogas no México.

A União Européia tem um observatório que conjuga toda a informação dos países da Comunidade localizado em Portugal, que é um organismo das Nações Unidas. Em nosso hemisfério existem vários países como Colômbia, Venezuela, Chile e outros que têm seus próprios observatórios e estamos trabalhando para criar um observatório comum para toda a América Latina.

Por enquanto no México há um reforço extraordinário no que se refere ao observatório epidemiológico.

Já em termos concretos, a indicação do Presidente é que alcancemos uma liderança na redução da demanda, por isso se tem posicionado o tema ao mais alto nível da agenda política nacional, temos tendo posicionado o tema de redução da demanda como uma prioridade, tanto nas relações bilaterais e multilaterais, assim como num reforço da cooperação internacional. Nossa presença neste Foro, é um exemplo a mais desse aspecto.

Temos dado impulso às ações e somado esforços com os setores públicos, social e privado e nos três órgãos do governo: federal, estatal e municipal.

Isto porque estamos convencidos no México, que reduzir a demanda do consumo de drogas não é uma estratégia e uma responsabilidade só dos governos, é uma responsabilidade de toda a comunidade, de todos os mexicanos.

Estamos também reforçando a capacidade técnica do Conselho e consolidando um sistema virtual de informação. Este sistema consiste na possibilidade de transmitir e receber informação do Conselho Nacional aos Conselhos Estatais, e agora estaremos descendo também em nível dos Conselhos Municipais e a possibilidade de dar conferências, capacitação e informação à distância.

Se algum de vocês, por sua passagem pela Cidade do México, tiver interesse, os convidamos cordialmente ao Conselho para observarem este mecanismo em funcionamento.

Nos dois anos de administração do Presidente, ele pessoalmente encabeçou em quatro ocasiões as reuniões do Conselho Nacional Contra as Adições, isto é a primeira vez que ocorre em nível de nosso país, além disso só fala do compromisso presidencial em relação a isso.

Temos criado um novo regulamento interior e seguimos posicionando no campo da redução da demanda nossas relações internacionais.

No último ano, houve 440 mil ações no campo da prevenção, com participação comunitária de mais de 7.4 milhões de pessoas.

Em relação ao compromisso e corresponsabilidade com as entidades federativas, estamos reforçando os comitês estatais e os comitês municipais, tanto com informação estratégica como com capacidade técnica para levar isto a cabo.

Temos reativado os 32 conselhos estatais e desenvolvido ações para atender aos problemas prioritariamente com assistência médica aos pacientes; estamos preparando todos os médicos do México para poder diagnosticar e tratar, com prioridade o tema das adições. Estamos atualizando os diagnósticos epidemiológicos com as enquetes levantadas nos lares em 2002.

Anteriormente tínhamos 25, agora temos 50 das principais cidades do país, que estão vinculadas ao sistema de vigilância epidemiológica nos repassando informação, a cada mês, do que está ocorrendo em cada uma de suas entidades, e além disso, temos outra série de instrumentos e de mecanismos que nos permite manter atualizado o panorama epidemiológico.

Também contamos com um projeto que trabalhamos com a Procuradoria Geral da República, na qual estamos monitorando, nas principais cidades do país, a pureza e o preço das drogas que, junto com os dados de número de internamentos nos serviços de emergências, nos permitem saber a disponibilidade da droga nessa comunidade. Pelo menor preço, a menor pureza e o maior número de casos, sabemos que há uma maior disponibilidade destas drogas em nosso país.

Por outro lado hoje em dia temos programas em quase 40% dos municípios deste país. O presidente municipal é trocado a cada três anos, então, para fortalecer e manter vigentes os programas, se tem criado o que chamamos de redes sociais contra às adições, que é conjugar os esforços de todas as forças sociais, de grupos de autoajuda como alcoólicos anônimos, grupos sociais como Rotary e Lions, grupos e associações de pais de família, de maestros, de jovens, de desportistas e de aspectos culturais para ir consolidando uma função.

E neste aspecto, a Primeira Dama do México tem uma Fundação que se chama "Vamos México". É uma Fundação de Ação Social e ela tem empreendido dois Programas Centrais na Secretaria de Saúde e um deles é o tema das adições pelo qual apóia substancialmente em todo o país, a criação das redes sociais.

Além do mais, trabalhamos com grupos de vulneráveis e dentre eles trabalhamos os grupos indígenas, os grupos marginalizados, os jovens em aspectos de prevenção do delito num programa muito exitoso com a Procuradoria Geral da República e a Secretaria de Segurança falando dos migrantes viciados em reclusão, trabalhadores agrícolas na zona de fronteira, trabalhadores de fábricas têxteis também na zona de fronteira. Todos esses grupos vulneráveis, os indígenas e os outros e as mulheres, são aspectos fundamentais.

Em termos da corresponsabilidade e a frente comum contra às adições, além das redes sociais há uma série de aspectos de mobilização social; em cada empresa existe uma comissão mista de segurança e de higiene a qual tem a função de vigiar estes aspectos realizando. Em todas essas comissões mistas do país se tem introduzido programas contra as adições, álcool, tabaco e drogas.

Celebramos em todo o país o Dia Mundial das Nações Unidas realizando, com os jovens que fazem seu serviço militar nacional, marchas contra às adições duas vezes ao ano além de contar com uma rede nacional de universidades contra às adições.

Igualmente dentro dos programas de comitês municipais há um programa da Secretaria de Saúde que se chama de Comunidades Saudáveis. Similarmente outro programa em municípios, microregiões de alta marginalização e um programa de álcool em povos indígenas.

Em relação ao álcool trabalhamos muito intensamente com Alcoólicos Anônimos. Temos uma semana nos primeiros meses de cada ano, na qual falamos de cooperação de esforços. No ano passado contactamos, pessoalmente, mais de meio milhão de pessoas.

No México existe uma organização que tem mais de 33 anos que se chama "Os Centros de Integração Juvenil". É uma ONG que recebe noventa e poucos por cento de seu orçamento por parte do Governo Federal, tendo 83 unidades em todo o país que dão atenção à prevenção e investigação que são o braço operacional do Conselho.

Temos também alguns fideicomisso designados, por tempo determinado, para que possamos administrar, dos quais obtemos recursos para apoiar os programas contra às adições. Se tem criado em nosso país uma série de clínicas para se deixar de fumar. Há seis anos, quando iniciamos havia 30 clínicas, hoje são mais de 150 clínicas para bebedores excessivos e há três anos possuímos uma linha de orientação telefônica que recebe 750 chamadas em média, todos os dias.

Realizamos uma série de seminários, de acordo com uma norma oficial mexicana referente à prevenção, tratamento e controle de adições, portanto, reforçamos a capacidade, em todo o país, de se dar atenção a isto.

Sobretudo se tem instrumentado clínicas de metadonas, substituto da heroína na fronteira norte e estamos levando a cabo um estudo agora da buprenorfina, que é o antagônico do ópio. Para poder tirar do consumo de drogas e estes jovens, no que se refere à prevenção temos seis programas; só falarei do último, que é dos círculos de leitura, através de um livro *Como proteger teus filhos contra às drogas*, que com muitíssimo gosto gratuitamente ofereceremos um exemplar deste livro, caso se interessem. O objetivo do livro é de que se junte de quatro a seis famílias e leiam-no durante duas ou três semanas, com o qual se configure uma rede de apoio social.

Foram publicados dois milhões duzentos e cinqüenta mil destes livros e estamos executando uma ação de detenção temporária nas escolas.

Por último, temos visto que há um transtorno da infância conhecido como Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, que se apresenta em 5% dentre as crianças normais, mas as estatísticas, por exemplo, da Colômbia e Argentina os leva até 12 % da população normal de crianças. Estas crianças têm três características, perdem a concentração facilmente na escola, são hiperativos e são impulsivos, fora isso são crianças inteligentes ou acima da inteligência normal, entretanto estas crianças são vulneráveis ao consumo de drogas, porque estes são estimulantes e, praticamente todas as drogas o são, com exceção da heroína, não obstante os tranqüilizantes corrigem os sintomas.

O tabaco, entre outros, corrige os sintomas de falta de atenção e de hiperatividade; então fazem a estas crianças, extraordinariamente vulneráveis, iniciarem-se no consumo de tabaco e posteriormente outro tipo de drogas; de minha experiência profissional, posso dizer que mais de 80% dos pacientes com algum tipo de adição, tabaco, álcool ou drogas, foram pacientes com um transtorno de falta de atenção na infância não diagnosticado e não tratado. Isto os faz extraordinariamente vulneráveis. Agora temos implantado um programa em todas as escolas do país, para detectar antecipadamente o transtorno de falta de atenção, além de fazer um trabalho de prevenção ao tabagismo.

Brevemente, a estratégia do Governo do México. As grandes empresas de tabaco estão na Inglaterra e nos Estados Unidos, aí as regras e os regulamentos proibem sua publicidade nos meios de comunicação, por isso no resto do mundo investem justamente na publicidade para gerar, cada dia mais, maior número de consumidores e melhorar o mercado que tem perdido nos Estados Unidos e na Europa pelos processos multimilionários contra as Empresas de Tabaco.

Por outro lado, esta publicidade que hoje em dia se sabe, que conta com dois fatores que incrementam o consumo do uso de tabaco cada vez mais cedo, um deles é o preço, e para combatê-lo os parlamentares mexicanos no ano passado iniciaram um processo e aumentaram em 60% os impostos do tabaco negro, o tabaco dos pobres de nosso país. Este ano continuará o processo e em um ano mais haveremos chegado a 110% de impostos, que sabemos, de acordo com estudos do Banco Mundial e da Organização Mundial de Saúde, que isso junto com o fim da publicidade, é a maneira mais adequada para diminuir o consumo do tabaco.

Nesta estratégia do México, negociamos com a indústria de tabaco primeiro, um acordo na qual eles se auto limitavam. Agora está no Congresso do México, a discussão para transformar em Lei este mesmo processo com a finalidade de impedir a publicidade nos meios de comunicação massiva.

Foi-lhes dado um panorama muito por alto. É um problema como vocês podem imaginar terrivelmente complexo, que tem muitíssimas ações, porém o Governo do México está direta e fortemente comprometido nestes aspectos.

Agradeço-lhes pela atenção.

NARCOTRÁFICO E O CONSUMO ILÍCITO DE DROGAS, CONFERÊNCIA DITADA PELO DOUTOR ESTUARDO MARIO BERMÚDEZ MOLINA, FISCAL ESPECIALIZADO PARA A ATENÇÃO DE DELITOS CONTRA A SAÚDE

Venho a este importante foro da Confederação Parlamentar das Américas com a representação do Procurador Geral da República em caráter de responsável no México pelo combate à oferta de narcóticos; difícil tarefa que enfrenta por desgraça México como muitos países deste continente.

Falar de narcotráfico e do consumo ilícito de drogas, é trazer à reflexão da comunidade internacional um dos fenômenos mais atuais e controvertidos que a ameaçam: o narcotráfico; ato criminoso de enorme e complexo poder, de sérios efeitos perniciosos e, portanto, um dos mais graves problemas que assolam hoje à humanidade e impedem seu adequado desenvolvimento, dado que este flagelo não respeita idade, gênero, raça, nacionalidade nem condição social; deteriora a saúde física e mental das pessoas e produz desintegração tanto familiar como social.

Fenômeno criminal que gera a seu redor atos anti-jurídicos de diversas magnitudes e natureza; por uma parte a riqueza ilícita, com seu grande poder corruptor dirigido aos diversos estratos sociais e autoridades de diferentes âmbitos de governo e, por outra, a necessidade de rendas dos consumidores, que os levam a delinquir conseqüentemente produz uma grave descomposição social, isso porque as drogas, tão igual a qualquer artigo de consumo, requer de produtores, distribuidores, comerciantes e consumidores; mas por serem atividades clandestinas, originam a seu redor, convivência com uma parte e violência pela outra.

Câncer social que tem transbordado os âmbitos nacionais e, portanto, tem chamado a atenção e controle em suas diversas manifestações, por parte dos governos e dos organismos internacionais; já que apesar do seus empenhos, a oferta destes produtos ilícitos se tem incrementado em níveis alarmantes, colocando em perigo a independência dos estados, a democracia, a estabilidade das nações, a saúde e o bem-estar do gênero humano, principalmente o desenvolvimento integral das crianças e jovens que são o futuro da sociedade e ao mesmo tempo seu ponto mais vulnerável.

Em nosso país, sob o enfoque de que a farmaco-dependência e o narcotráfico formam parte de um mesmo problema, já que a primeira, é condição *sine qua non* do segundo, tem sido necessário implementar estratégias específicas, envolvendo entidades e dependências dos governos federais, estatais e municipais em matéria de saúde, educação, desenvolvimento econômico, social e cultural, controle de sistema financeiro, segurança pública e procuração de justiça, precisando assim no programa nacional para o controle de drogas 2001-2006, os objetivos, estratégias e linhas de ação a seguir na matéria, sob a coordenação, seguimento e avaliação da Procuradoria Geral da República.

O objetivo geral deste programa nacional, é de abater a demanda e combater a produção, tráfico e comercialização ilícita de drogas, o desvio de precursores químicos, químicos essenciais e máquinas para produção de drogas sintéticas, assim como a comissão de delitos conexos como a lavagem de dinheiro e o tráfico de armas, sob um esquema de atenção integral, que incorpore os esforços que realizam as instituições públicas nos três níveis de governo e de fortalecimento da cooperação internacional. O programa estabelece a postura que assume o Governo do México, ante o problema do narcotráfico em todas suas modalidades e manifestações, com base no ordenamento jurídico específico, que para tal efeito dispõe o Estado Mexicano.

A prevenção ao consumo de drogas, se encontra respaldada por um amplo marco constitucional e legal, que tem como propósito, garantir a integridade física e a saúde dos mexicanos. Neste sentido, é por intermédio da Secretaria de Saúde e das dependências com facultades na matéria, assim como das entidades federativas que concorrem com a federação em matéria de salubridade geral, que se aplicam as normas dirigidas a prevenir e atender este problema.

Igualmente, se tem identificado como um aspecto de especial importância, a prevenção do cultivo de entorpecentes em zonas de difícil acesso, as quais em sua maioria apresentam condições geográficas, sociais e econômicas similares; por isso, se tem encomendado à Secretaria de Desenvolvimento Social, a formulação, condução e avaliação da política geral de desenvolvimento social para o combate à pobreza, em coordenação com as autoridades competentes e os governos estatais e municipais, com o propósito de desalentar o cultivo de entorpecentes.

Por outra parte, dada a transnacionalização do narcotráfico, a lei faculta ao Executivo Federal, para que por intermédio da Secretaria de Relações Exteriores, propicie e assegure a coordenação de ações no exterior das dependências e entidades da administração pública federal, sem afetar o exercício das atribuições que a cada uma delas corresponde. Além do mais, a celebração de instrumentos jurídicos bilaterais e multilaterais, para fortalecer a cooperação internacional nos itens de:

- redução da demanda,
- operações de interseção de drogas e investigação de narcotraficantes,
- erradicação de cultivos ilícitos,
- combate às organizações delituosas,
- operações e estratégias internacionais contra a lavagem de dinheiro, e
- identificação de rotas usadas para o desvio de precursores químicos e tráfico de armas.

Garantindo no marco das relações internacionais, a não aplicação extraterritorial das leis e a negativa ao estabelecimento de forças multinacionais para o combate às drogas.

Por sua parte a Secretaria de Fazenda e Crédito Público, tem estabelecido normas de controle e vigilância aduaneiras, para a importação e exportação de precursores químicos, químicos essenciais e máquinas para a produção de drogas sintéticas e assim evitar seu desvio a laboratórios clandestinos, atividade que se efetua em coordenação com a Procuradoria Geral da República e as secretarias de Saúde e de Economia.

Para prevenção dos delitos de operações com recursos de procedência ilícita ou lavagem de dinheiro, conta com a unidade de inteligência financeira, instância não policial que em exercício de suas faculdades, coadjuva com o Ministério Público da Federação, para a obtenção, depósito e análises de repórteres de operações infreqüentes e operações preocupantes, proporcionados pelas diversas entidades do sistema financeiro, a fim de poder denunciar as operações de lavagem de dinheiro, o que permite dar início à investigação e persecução de dita conduta ilícita.

Igualmente como ações preventivas em cumprimento do disposto em diversas leis financeiras, essa Secretaria tem emitido disposições de caráter geral, onde se estabelecem obrigações a diversas entidades financeiras, de reportar sua informação relevante e declarar a internação e saída de dinheiro transfronteiriço.

Igualmente, a Secretaria de Fazenda e Crédito Público se encarrega de promover investigações simultâneas e coordenadas com organismos nacionais e internacionais, com a finalidade de estabelecer o intercâmbio de conhecimentos especializados e a capacitação dos servidores públicos no tema.

A luta contra o narcotráfico, representa um dos principais objetivos da Procuradoria Geral da República, como Instituição encarregada da investigação e persecução dos delitos, para garantir a tutela do bem jurídico, saúde pública, que nossa Constituição estabelece.

Constitui ao mesmo tempo, um esforço cotidiano de seu pessoal, e em particular do escritório de fiscalização especializada para o atendimento de delitos contra a saúde, que em ocasiões, põem em perigo sua integridade física ou sua vida.

Mesmo assim, cabe assinalar, que a atividade do Ministério Público da Federação, é só uma parte das estratégias e ações conjuntas do Governo Federal do México, já que seu combate se realiza através da cooperação efetiva e a ação pactuada entre as autoridades locais e federais. Assim, a luta contra oferta de narcóticos se realiza em diversas frentes.

A produção de entorpecentes se combate através da coordenação de operações do escritório de Fiscalização Especializada para Atenção de Delitos Contra a Saúde, erradicação de cultivos ilícitos em todo o território nacional, através de diversas ações, dentre elas destacam-se os vôos de reconhecimento para localizar as áreas de cultivo e pulverizar os plantios de maconha e papoula; se isto não é possível, a erradicação se realiza de forma manual, com o apoio inestimável do Exército Mexicano e supervisiona-se posteriormente o erradicado.

O transporte e a distribuição de drogas se previne através de ações de vigilância e interceptação aérea, marítima e terrestre, coordenada com a Instituição de Procuração da Justiça Federal, as Secretarias da Defesa Nacional, de Marinha, de Comunicações e Transportes e de Segurança Pública. Neste mesmo contexto, através de registros, se controla a comercialização de precursores químicos, químicos essenciais e máquinas em coordenação com as Secretarias de Saúde, Economia e Fazenda e Crédito Público, para prevenir seu desvio a laboratórios clandestinos, a detecção destes e seu desmantelamento.

Neste item, destaca-se um dos programas coordenados pela Procuradoria Geral da República, de maior relevância por ser de mais amplo desenvolvimento de pessoal, assim como de equipe especial das instituições envolvidas no combate ao narcotráfico, e pelos resultados obtidos: a denominada “Operação Guardião” (evolução da Operação Selamento), que se efetua nas fronteiras sul e norte do país e nos litorais da República Mexicana, e tem como objetivo impedir, por meio de ações de interceptação, o ingresso de entorpecentes e psicotrópicos ao território nacional, o desvio de precursores químicos e químicos essenciais, assim como seu posterior traslado aos mercados potenciais.

A “Operação Guardião”, inclui:

- operação de alerta antecipada,
- identificação e interceptação de pontos suspeitos,
- interceptação aérea, terrestre e marítima,
- patrulhamento,
- controle de elementos periféricos terrestres, marítimos e aéreos que apoiam o tráfico ilícito de drogas,
- materialização de um sistema integral de comunicações,
- organização de um esquema de inteligência.

A informação do esforço nacional relativa à erradicação e interceptação, é concentrada e sistematizada no Centro de Planejamento para o Controle de Drogas, comumente conhecido como CENDRO, que é, até o momento, outra área da fiscalização especializada para atenção de delitos contra a saúde, para a análise e obtenção de dados que permitam identificar as rotas de narcotráfico, as zonas de maior incidência, a identificação das organizações criminais e seu modo de operação e, com base em tal informação, preparar as ações de investigação e perseguição dos delitos.

Neste esquema, corresponde até hoje exclusivamente ao Ministério Público da Federação, por disposição constitucional, a investigação e perseguição dos delitos do narcotráfico e seus conexos. Para isso, a Procuradoria Geral da República - PGR, localizada no âmbito do Executivo Federal, conta com a Fiscalização Especializada para Atenção de Delitos contra a Saúde - FEADS, a Unidade Especializada em Delinquência Organizada, a Unidade Especializada contra o Lavagem de Dinheiro e as delegações estaduais. Ditas unidades se coordenam entre si e com outras dependências e entidades, a fim de dar uma atenção integral a esta problemática.

A atividade do Ministério Público da Federação, em matéria de desmembramento das organizações criminais dedicadas ao narcotráfico, se efetua mediante a investigação de:

- a estrutura da organização e identificação dos dirigentes,
- o procedimento usado para circulação dos narcóticos,
- a estrutura de seus grupos de seguridade - sicários,
- os elementos de instituições públicas que dão proteção à organização,
- as atividades econômicas lícitas dos dirigentes ou supervisores da organização criminal, situação financeira e relações comerciais, propriedades imóveis e móveis,
- zona geográfica de influência e outras atividades ilícitas.

Todas as investigações se iniciam, como exige o artigo 16 da Constituição Federal, com as denúncias que se recebem em qualquer das unidades administrativas da instituição, assim como as denúncias anônimas no sistema de denúncia cidadão da Fiscalização Especializada para atenção de delitos contra a Saúde - FEADS, bem como as detenções em flagrante, resultado das ações de erradicação e interceptação.

Com a informação obtida, se reúnem os elementos probatórios necessários para sustentar o exercício da ação penal contra os prováveis responsáveis; uma vez que o órgão jurisdicional concede as ordens de apreensão e se cumprem bem, tratando-se de detentos, quando se ditam os autos de prisão formal, se iniciam os processos respectivos, nos quais se busca aportar e reforçar as provas, a fim de lograr a sentença condenatória correspondente.

Se na integração de uma averiguação prévia se tem dados de uma organização delituosa dedicada ao narcotráfico, a coordenação de investigações da Fiscalização Especializada para a Atenção de Delitos contra a Saúde - FEADS, da intervenção ao pessoal da Unidade Especializada em Delinquência Organizada - UEDO, comissionado nesta, para, no caso de ser procedente, usar os meios especiais de investigação previstos na lei da matéria. Como são:

- a intervenção de comunicações privadas,
- prazos mais amplos para a detenção de 96 horas com permanência até por 90 dias,
- a obtenção de ordens de permanência e de solicitação de prazos menores,
- a infiltração de agentes,
- o oferecimento de recompensas por colaboração,
- a proteção de testemunhas, vítimas ou de qualquer pessoa que por sua intervenção na averiguação prévia ou no processo penal, ponham em risco sua vida ou integridade pessoal,
- os benefícios jurídicos aos membros das organizações delituosas que proporcionem dados para a detenção dos dirigentes das mesmas.

De igual maneira, caso se tenha dados da possível realização de operações com recursos de procedência ilícita, se asseguram em forma precautória os bens e se dá intervenção à Unidade Especializada contra o Lavagem de Dinheiro, que investigará a situação patrimonial dos prováveis responsáveis e seus cúmplices na ocultação da origem dos recursos, para o qual a dita unidade, pode requerer a informação respectiva à Secretaria de Fazenda e Crédito Público, às comissões nacionais Bancária e de Valores, e de Seguros e Fianças, com o fim de obter os meios de prova suficientes para a consignação dos prováveis responsáveis e, eventualmente, o tomar por mandato judicial dos patrimônios ilícitos a favor da procuradoria e administração de justiça.

Em matéria de cooperação internacional, as ações se programam levando em consideração as convenções internacionais emanadas da Assembléia Geral das Nações Unidas que se tiveram subscrito e ratificado pelo México: o Convênio sobre Substâncias Psicotrópicas de Nova Iorque de 1961, emendada pelo Protocolo de 1972, e a Convenção da Organização das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (Convenção de Viena) de 1988, nas quais se estabelecem mecanismos de controle de drogas e se recomenda, aos países membros, a tipificação de condutas relativas à produção, distribuição, tráfico e comercialização de drogas. Estas disposições têm sido recolhidas na legislação nacional, tanto no relativo a delitos contra a saúde, como na Lei Federal contra a Delinquência Organizada.

Nesta matéria, se tem requerido um trabalho conjunto e permanente da comunidade internacional, é assim, que a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, emitiu a “Declaração Política, Princípios Reitores da Redução da demanda de Drogas e Medidas de Fomento da Cooperação Internacional na Luta contra o Problema Mundial das Drogas”, em junho de 1998, como disposição complementar para comover à consciência universal, respeito à necessidade de ações mais enérgicas encaminhadas a combater e prevenir a farmaco-dependência e o narcotráfico.

Os compromissos estabelecidos na declaração política de 1998, cujo prazo se extingue em 2003, têm sido atendidos pelo México no que corresponde a:

- avanços legislativos e programas nacionais para o combate à produção ilícita, o tráfico e o uso indevido de estimulantes do tipo anfetamínico e seus precursores,
- avanços legislativos e programas nacionais contra a lavagem de dinheiro,
- medidas adotadas para promoção e o fortalecimento da cooperação judicial,
- adoção de novos e melhores programas e estratégias para a redução da demanda de drogas.

Mesmo quando em matéria legislativa, antes de 1998, se contava com a Lei Federal para o Controle de Precursores Químicos, produtos químicos essenciais e máquinas para elaborar cápsulas, tabletes e/ou comprimidos (1997) assim como a criminalidade no Código Penal Federal (1996), das condutas relativas ao desvio, o tráfico ilícito e o uso indevido de insumos para fabricação de drogas sintéticas; se tem estabelecido medidas administrativas de fiscalização por meio do controle e registro de exportações, importações e necessidades de uso lícito.

Enquanto a nossa legislação penal vigente para o combate ao narcotráfico e seus delitos conexos (lavagem de dinheiro e tráfico de armas, principalmente), se conta desde 1996 com a Lei Federal Contra a Delinquência Organizada, a qual estabelece meios especiais de investigação e processamento. As leis que regem o sistema financeiro mexicano, atualmente se analisam também por diversas dependências do Executivo Federal, a fim de determinar a viabilidade de formular iniciativas ao nosso Congresso, para o estabelecimento de mecanismos de controle que permitam detectar as operações com recursos de procedência ilícita, conforme às recomendações do Grupo de Ação Financeira Internacional sobre a lavagem de capitais (GAFI), do qual México faz parte.

Igualmente, para seu fortalecimento no combate ao narcotráfico. desde 1998, tem entrado em vigor 10 tratados, cinco convênios, nove acordos e dois protocolos (bilaterais e multilaterais), na matéria de consumo e tráfico ilícito de drogas, precursores químicos e químicos essenciais, lavagem de dinheiro e extradição, com nações da Europa e Ásia, bem como países de nosso Continente (Colômbia, Brasil, Panamá, Paraguai, República Oriental do Uruguai e República Dominicana) ; num marco de respeito as legislações nacionais e a soberania dos estados, instrumentos jurídicos que têm caráter de lei suprema em termos do artigo 133 de nossa *Carta Magna*.

Esta disposição do Estado Mexicano de identificar-se com o combate ao problema mundial das drogas, se manifestou, em dezembro de 2000, com a assinatura da Convenção das Nações Unidas Contra a Delinquência Organizada Transnacional, cujo objetivo é considerar formas e meios para fortalecer e melhorar as capacidades nacionais e a cooperação internacional, assim como estabelecer as bases de uma ação mundial contra esses grupos para sua prevenção e futura expansão. Convenção ratificada pelo Senado da República em 23 de outubro, do ano em curso, que necessariamente há de levar a uma revisão de nossa legislação da matéria para determinar a conveniência de adequações à mesma. Neste momento, se encontra em estudo nas Câmaras, os primeiros trabalhos legislativos determinados nas quatro iniciativas de reforma à Lei Federal Contra a Delinquência Organizada, propostas pelos legisladores dos partidos Revolucionário Institucional, Ação Nacional e Verde Ecologista.

No âmbito operativo internacional para o controle do narcotráfico, como exemplo haveremos de assinalar a participação do México no centro da Conferência Internacional para o Controle de Drogas Grupo D (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá), com a responsabilidade do “Operativo Atlântico”, para desenvolver e coordenar as ações de intercâmbio de informação, no âmbito regional a respeito do tráfico de drogas por via marítima, efetuando reportagens sobre segurança e diagnósticos estratégicos de rotas.

O fenômeno da delinquência organizada, ao qual o México não se encontra alheio, tem adquirido nos últimos anos uma grave transcendência para a sociedade que vê afetada a convivência pacífica de seus integrantes, dada a violência que exerce contra seus direitos fundamentais. Daí, que em nosso país e de acordo com os compromissos internacionais, a evolução das instituições de procuração de justiça tiveram que adequar-se para responder à dinâmica e diversificação de atividades ilícitas dos grupos criminais.

Por isso, em 1995 e 1996 num exercício inédito se formou um grupo interinstitucional, com representantes dos poderes Executivo e Legislativo federais, que levaram a cabo os trabalhos necessários para a formulação de uma iniciativa de lei especializada em delinquência organizada, que foi apresentada em forma conjunta pelo Executivo Federal e membros das frações parlamentares dos partidos políticos representados no Congresso da União. Como resultado, em novembro de 1996 se promulgou a Lei Federal contra a Delinquência Organizada, na qual, acordo com os tratados internacionais subscritos por nosso país e com os princípios que regem o sistema jurídico penal mexicano, estabeleceram os meios jurídicos idôneos para a investigação e persecução destas empresas criminais.

Não obstante o anterior, em 30 de abril de 1997 e por diversas circunstâncias existentes na instituição, em lugar de ordenar as atividades, mecanismos e instrumentos contra a delinquência organizada numa estrutura única como projetava a Lei, se criou a Unidade de Fiscalização Especializada em Delinquência Organizada (UEDO) e a Fiscalização Especializada para a Atenção de Delitos contra a Saúde (FEADS), respectivamente, para combater o mesmo fenômeno. A UEDO, dependendo diretamente do C. Procurador e a FEADS, como evolução do Instituto Nacional do Combate às Drogas. Posteriormente (1998), se criou a Unidade Especializada Contra a Lavagem de Dinheiro (UECLD).

Do anterior, resulta evidente que a investigação e perseguição do narcotráfico e a lavagem de dinheiro ilícitos que paradoxalmente foram a premissa para a legislação especial na delinquência organizada, têm grandes limitações ao dividir sua atenção em três unidades administrativas, que apesar de sua coordenação, tiveram como resultado atraso em sua atenção, por circunscrever a aplicação da lei da matéria a cargo de uma idéia distinta. Por isso, o Procurador Geral da República determinou há um ano, comissionar agentes do Ministério Público da Federação da UEDO à Coordenação de Investigações de FEADS, e evitar desta maneira a burocratização das investigações.

Paralelamente, depois de uma análise diligente da estrutura e do funcionamento da instituição, se determinou a necessária definição de funções e reordenação das unidades administrativas que a formam; propondo um modelo institucional, no qual se definem seus métodos, procedimentos e responsabilidades; garantindo a unidade de direção e operação do Ministério Público da Federação especializado em delinquência organizada e de seus auxiliares diretos, com a finalidade de somar os recursos jurídicos, humanos e materiais às tarefas substantivas de combate às organizações criminais.

No projeto de inovação organizacional da Procuradoria Geral da República, se contempla a criação de uma Subprocuradoria de Investigação Especializada contra Delinquência Organizada - SIEDO, no que se juntam às unidades existentes, para aproveitar ao máximo os mecanismos da lei em benefício da procuração de justiça deste gênero, dado que a informação que se obtenha através deles será possível usá-la em outras investigações relacionadas. Ao fortalecer a função ministerial, pericial e policial, se logrará uma maior eficácia no combate ao crime organizado e se ampliará a capacidade de resposta do Ministério Público da Federação.

Esta Subprocuradoria contará com unidades especializadas para cada um dos delitos, até hoje previstos na Lei, como de delinquência organizada:

- delitos contra à saúde (narcotráfico),
- operações com recursos de procedência ilícita (lavagem de dinheiro) e de falsificação e alteração de moeda,
- assalto e roubo de veículos,
- terrorismo, acúmulo e tráfico de armas,
- seqüestro, e
- tráfico de menores, de pessoas não documentadas e de órgãos.

O anterior, levando em conta que mesmo sendo delitos de natureza diversa, a experiência tem colocado claramente a relação ou conexão entre eles.

Por isso, esta Subprocuradoria terá as seguintes vantagens:

- ser uma só área administrativa para combater a delinquência organizada na qual se aproveitam os recursos jurídicos, especiais que estabelece a lei da matéria,
- redefinir linhas de coordenação e trechos de controle,
- potencializar a cobertura e capacidade de resposta,
- fortalecer a operação sistêmica,
- concentrar a informação, podendo ser utilizada em várias linhas de investigação para a comprovação de delitos diversos, e
- fortalecer a capacidade estratégica do Ministério Público na matéria.

Ao mesmo tempo, a formação desta Subprocuradoria também fortalecerá os enlaces interinstitucionais das instâncias dos três níveis de governo, já que será o canal único para o estabelecimento dos mecanismos de cooperação e colaboração, tanto internacional como nacional na matéria, evitando a dispersão dos esforços e garantindo a resposta coordenada perante este fenômeno criminal. Esta inovação que se planeja, adquire uma grande importância nos momentos atuais, pois para dar resultados eficazes que permitam recuperar a confiança social na Procuradoria Federal de Justiça, se apresenta uma frente unificada e organizado contra a delinqüência organizada em suas distintas manifestações, e assenta as bases para dar congruência à estrutura da instituição e o real objetivo da Lei Federal Contra a Delinqüência Organizada.

Outro dos desafios que enfrenta a Procuradoria da Justiça mexicana é o combate ao chamado narco-varejo, manifestação delituosa que ressurte em forma direta à sociedade, já que o narcotráfico opera por meio de diferentes sistemas, chegando seu poder nos mais remotos lugares, incrementando o consumo de drogas; razão pela qual é necessário que também se efetuem ações contra os distribuidores ao varejo, cuja investigação pode conduzir às organizações criminais; neste teor, se tem demonstrado que a primeira informação da detecção das chamadas “lojinhas” e dos pequenos vendedores de narcóticos em escolas, praças, ruas, bares e centros noturnos, as recebem as autoridades locais; no entanto, se aduzem razões de competência para não realizar a detenção destas pessoas.

Em nosso marco jurídico vigente, o artigo 4º da Constituição Federal prevê como direito à proteção da saúde, concorrendo a Federação e os governos das entidades federativas em matéria de salubridade geral, segundo o determine o Congresso da União, do qual, podemos assinalar que se este direito de legislar para garantir a saúde pública é de caráter exclusivamente federal, a execução das ações fixadas na lei, pode ser realizada pelos diversos níveis de governo.

Atualmente a Lei Geral de Saúde prevê como competência do Executivo Federal, em matéria de salubridade geral, o relativo ao Programa contra a farmaco-dependência (art. 3º fração XXI e o Título Décimo primeiro) e o controle sanitário de produtos e serviços e da sua importação e exportação, no qual se encontra o controle de entorpecentes e psicotrópicos (artigo 3º fração XXII e Título Décimo segundo). Pelo que até este momento, é direito exclusivo do governo federal a investigação dos delitos contra a saúde (entre eles o narco-varejo), através da Procuradoria Geral da República.

Assim sendo, tanto o Executivo Federal como os diversos estados, realizam os estudos correspondentes para propor ao Congresso da União, mediante a reforma da Lei Geral de Saúde, a concessão de direito aos governos das entidades federativas, para combater esta forma de comissão de delitos contra a saúde e sua participação no programa contra a farmaco-dependência.

Esta proposta alicerça, na dualidade do fenômeno sócio-criminoso das drogas, isto é, o consumo ilícito de substâncias entorpecentes e psicotrópicas, unicamente ser possível se houver venda ou provisão de ditas substâncias, pelo que o problema do consumo, também deve ser atacado mediante a detenção de quem as vende, em forma direta ao farmaco-dependente. Esta relação é indissolúvel. A problemática que representa esta distribuição ao varejo e a demanda de narcóticos, pelo número e âmbito local da sua manifestação, evidentemente seria melhor atendida pelos governos estatais e do Distrito Federal.

O direito que lhes for outorgada deverá permitir, de comum acordo, às autoridades locais determinar medidas de controle e sanção, em matéria de venda e distribuição direta, em doses individuais, a consumidores de entorpecentes e psicotrópicos, de tal maneira que, com base no caráter subsidiário do direito penal, tenham poder para criminalizar condutas que afetam o bem jurídico tutelado e saúde pública, mas que não podem considerar-se como narcotráfico (propriamente dito) ou delinqüência organizada. De igual forma, deverão estabelecer medidas para o controle da informação de tais delitos, por parte da Procuradoria Geral da República, com o propósito de investigar as redes da delinqüência organizada, quando for o caso, somando a isso as disposições preventivas de caráter sanitário em programas contra a farmaco-dependência. Tudo isso definindo claramente a competência da Federação e das entidades federativas, a fim de evitar posteriores conflitos de competência.

Certamente a estratégia a longo prazo é a prevenção, tanto da demanda como da oferta de drogas, no entanto, até que se obtenha os resultados desejados, é preciso melhorar as ações e estratégias para o combate e sanção do tráfico ilícito de entorpecentes e psicotrópicos, assim como de seus delitos conexos.

Sob este novo enfoque, o Governo do México, no contexto das nações, tem intensificado a batalha contra o problema das drogas, desde todas as suas frentes, esquema operativo este que pelo seus resultados, tem logrado inclusive o reconhecimento internacional. Derivado de tudo isto, através da Procuradoria Geral da República, assumirá a Presidência da Comissão Inter-americana para o Controle do Abuso de Drogas, a CICAD, no mês de dezembro deste ano. Dentro das ações de combate à produção de entorpecentes e psicotrópicos, se lograram em 2001 cifras históricas na destruição de cultivos ilícitos em todos o território nacional, e a esta data já se supera na matéria o recorde de 2001.

Paralelamente, na persecução dos delitos contra a saúde, se tem levado a cabo as investigações necessárias e suficientes, para o desmantelamento das organizações criminais dedicadas a esta atividade, através da detenção e procedimento dos dirigentes, distribuidores, sicários e testas de ferro, inclusive dos ex-servidores públicos que valendo-se do cargo ou da informação a seu alcance, no seu momento, lhes proporcionaram proteção, como o firme propósito de desalentar a produção, distribuição e oferta de narcóticos, mediante a oportuna procuração da justiça.

De tal forma, a luta do governo mexicano tem enfocado de maneira integral, tanto aos aspectos de prevenção da farmaco-dependência como ao fenômeno criminal do narcotráfico e seus resultados diretos e acessórios, com base em estratégias e ações coordenadas pela Federação, os estados e os municípios; luta na qual se tem contado com a imprescindível colaboração internacional, sempre no marco de nossa legislação e com base nos instrumentos jurídicos internacionais, com total respeito a nossa soberania.

É preocupação desta administração combater, com firmeza e sem trégua, os grupos de delinqüentes dedicados ao narcotráfico, desde suas raízes até suas cúpulas; mediante o uso de todos os recursos jurídicos, humanos, materiais e tecnológicos a nosso alcance congregando a participação social.

Não obstante, os resultados da luta contra o narcotráfico são animadores, porém de nenhuma maneira podemos sentir-nos satisfeitos; os servidores públicos que estão encarregados desta tarefa fundamental para a sociedade mexicana e a comunidade internacional, têm a firme convicção de que este esforço sustentado com o apoio social, pode lograr o abatimento deste flagelo, que respalda o compromisso fundamental de criar as condições adequadas para o desenvolvimento normal, integral e saudável das pessoas.

Estamos convencidos que só mediante a luta conjunta das sociedades nacionais e dos governos, se lograrão avanços significativos, os esforços isolados não são suficientes; o intercâmbio de idéias e experiências em foros como este, é um convite permanente ao fortalecimento da participação internacional na defesa da saúde e na convivência pacífica da sociedade.

Desta forma, o Governo da República Mexicana, através das dependências públicas competentes e com a participação social, tem replanejado as estratégias para encarar a oferta e a demanda de narcóticos na procura permanente de fazer realidade a garantia constitucional de saúde e de segurança pública para todos.

Muito obrigado por sua atenção.



**ESTATUTO DA CONFEDERAÇÃO
PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS**

ÍNDICE

TÍTULO I - DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

CAPÍTULO I - DA NATUREZA

Art. 1 Da Natureza

CAPÍTULO II - OBJETIVOS

Art. 2 Dos Objetivos

CAPÍTULO III - DA ALCANCE DOS PODERES

Art. 3 Da Alcance dos Poderes

TÍTULO II - MEMBROS

CAPÍTULO I - DA ADMISSÃO, DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

Art. 4 Dos Membros

Art. 5 Da Admissão

Art. 6 Dos Direitos dos Membros

Art. 7 Das Obrigações dos Membros

CAPÍTULO II - DOS PARLAMENTARES PARTICIPANTES

Art. 8 Da Definição

TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I - DA ESTRUTURA

Art. 9 Da Composição

CAPÍTULO II - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 10 Da Composição

Art. 11 Da Composição das Delegações

Art. 12 Da Equidade entre Gêneros e do Pluralismo

-
- Art. 13** Do Tamanho das Delegações
Art. 14 Da Frequência das Reuniões
Art. 15 Da Data e do Local das Sessões
Art. 16 Do Voto
Art. 17 Das Responsabilidades das Delegações

CAPÍTULO III - DO COMITÊ EXECUTIVO

- Art. 18** Da Composição
Art. 19 Do Mandato
Art. 20 Da Designação dos Membros
Art. 21 Das Vacâncias
Art. 22 Da Frequência das Reuniões
Art. 23 Do Quórum
Art. 24 Das Atribuições

CAPÍTULO IV - DA PRESIDÊNCIA

- Art. 25** Da Presidência
Art. 26 Das Atribuições
Art. 27 Do Mandato
Art. 28 Das Vacâncias

CAPÍTULO V - DA PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

- Art. 29** Das Atribuições
Art. 30 Do Mandato
Art. 31 Das Vacâncias

CAPÍTULO VI - DAS VICE-PRESIDÊNCIAS

- Art. 32** Das Vice-Presidências
Art. 33 Das Atribuições
Art. 34 Do Mandato
Art. 35 Das Vacâncias

CAPÍTULO VII - DA TESOURARIA

- Art. 36** Da Tesouraria
Art. 37 Das Atribuições
Art. 38 Do Mandato

CAPÍTULO VIII - DAS SECRETARIAS

- Art. 39** Da Estrutura e do Funcionamento das Secretarias

CAPÍTULO IX - DA REDE DE MULHERES PARLAMENTARES

- Art. 40** Da Rede de Mulheres Parlamentares

TÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

- Art. 41** Das Línguas Oficiais da Organização

TÍTULO V - DA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO

- Art. 42** Das Modalidades
Art. 43 Da Entrada em Vigor do Estatuto

TÍTULO I - DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

CAPÍTULO I - DA NATUREZA

Art. 1

A Confederação Parlamentar das Américas é uma organização que congrega os congressos e as assembleias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, os parlamentos regionais e as organizações interparlamentares das Américas.

Nas disposições a seguir, cada vez que a sigla COPA é empregada trata-se da Confederação Parlamentar das Américas.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 2

A COPA, iniciativa dos parlamentares das Américas, favorece a conciliação sobre as implicações vinculadas à cooperação interamericana e a integração continental, mais particularmente sobre os projetos e os mecanismos decorrentes das Cúpulas dos Chefes de Estado e de Governo das Américas. A COPA contribui para o fortalecimento da democracia parlamentar e para a edificação de uma comunidade das Américas fundamentada no respeito da dignidade e dos direitos humanos, na paz, na democracia, na solidariedade entre os povos, na justiça social e na equidade entre gêneros.

A COPA tem por objetivo o seguinte:

- I.- Promover, diante das instâncias executivas das Américas, os interesses e as aspirações das populações do continente relacionados às implicações e aos impactos do processo de integração econômica hemisférica;
- II.- Acompanhar o estado de avanço das iniciativas e das orientações acordadas durante as Cúpulas das Américas e divulgar sua evolução junto aos congressos, às assembleias parlamentares e aos governos das Américas;
- III.- Desenvolver e fortalecer os meios de ação dos congressos e das assembleias parlamentares no âmbito da integração econômica hemisférica;
- IV.- Divulgar, junto a todos os membros dos congressos e das assembleias parlamentares das Américas, as legislações, as regulamentações e as medidas de ação implantados para solucionar os problemas enfrentados pelas populações das Américas, bem como análises comparativas destas políticas públicas;
- V.- Favorecer a criação de uma relação sinérgica e de comunicação permanente entre os membros dos diferentes congressos, assembleias parlamentares, parlamentos regionais e organizações interparlamentares do continente;

- VI.- Promover a implantação de políticas públicas que atuem nas causas e nos efeitos da pobreza nos países das Américas que enfrentam esta realidade.

CAPÍTULO III - ALCANCE DOS PODERES

Art. 3

A COPA reconhece e apoia a soberania dos Estados unitários, federais, federados e associados das Américas. As recomendações e o estatuto da COPA não podem prevalecer ou exercer obstáculo em relação às constituições ou às leis dos Estados unitário, federais, federados e associados das Américas.

TÍTULO II - MEMBROS

CAPÍTULO I - ADMISSÃO, DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

Art. 4

Os congressos e as assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, os parlamentos regionais e as organizações interparlamentares das Américas são membros da COPA.

Art. 5

A decisão de admissão dos congressos e das assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares das Américas é da competência do Comitê Executivo.

Art. 6

Os direitos dos membros da COPA são:

- I.- Ter direito de palavra na Assembléia Geral;
- II.- Participar do Comitê Executivo, conforme o procedimento previsto no presente Estatuto;
- III.- Exercer seu direito de palavra em todas as decisões que concernem a COPA;
- IV.- Ter qualquer outro direito decorrente do presente Estatuto.

Art. 7

As obrigações dos membros da COPA são as seguintes:

- I.- Participar das deliberações da Assembléia Geral;
- II.- Dar uma contribuição anual para as despesas da COPA, que será determinada pelo Comitê Executivo;

- III.- Assumir as responsabilidades que lhe confere o exercício de uma incumbência junto ao Comitê Executivo;
- IV.- Qualquer outra obrigação proveniente das decisões da Assembléia Geral e do Comitê Executivo e também das disposições estatutárias.

CAPÍTULO II - DOS PARLAMENTARES PARTICIPANTES

Art. 8

Para ser parlamentar participante da COPA, é preciso ser parlamentar e estar no exercício de suas funções.

TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I - DA ESTRUTURA

Art. 9

A COPA é composta dos seguintes órgãos:

- I.- Assembléia Geral;
- II.- Comitê Executivo;
- III.- Rede de Mulheres Parlamentares;
- IV.- Comissões temáticas permanentes de trabalho;
- V.- Secretarias;

CAPÍTULO II - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 10

A Assembléia Geral, órgão supremo da COPA, é composta das delegações dos congressos, das assembleias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares das Américas e tem como atribuições:

- I.- Debater sobre questões vinculadas aos setores de interesse da COPA;
- II.- Aprovar, de maneira consensual, recomendações que expressem os pontos de vista da COPA;
- III.- Homologar a nomeação dos membros do Comitê Executivo;

- IV.- Eleger o presidente, o primeiro vice-presidente e os vice-presidentes regionais dentre os membros do Comitê Executivo; e segundo proposta do Comitê Executivo, e eleger o tesoureiro segundo proposta do Comitê Executivo;
- V.- Aprovar o orçamento da COPA e as contribuições proporcionais dos congressos, das assembleias parlamentares, dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares, sob recomendação do Comitê Executivo;
- VI.- Modificar o Estatuto da organização, segundo proposta do Comitê Executivo;
- VII.- Homologar todo acordo ou toda convenção assinado entre a COPA e outras organizações;
- VIII.- Qualquer outra função que lhe incumba o presente Estatuto.

Art. 11

As autoridades competentes de cada congresso ou assembleia parlamentar dos Estados unitários, federais, federados e associados, dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares das Américas determinam a composição de sua respectiva delegação, respeitando os critérios estabelecidos no presente Estatuto.

Art. 12

As delegações que participam das Assembleias Gerais devem respeitar os princípios da equidade entre gêneros e de pluralismo político.

Art. 13

O congresso anfitrião ou a assembleia parlamentar anfitriã, sob aprovação do Comitê Executivo, decide o número de membros das delegações.

Qualquer observador credenciado pelo Comitê Executivo pode participar das deliberações da Assembleia Geral.

Art. 14

A Assembleia Geral reúne-se preferivelmente a cada 18 (dezoito) meses a convite de um congresso ou de uma assembleia parlamentar das Américas.

Art. 15

O Comitê Executivo determina, conjuntamente com o congresso anfitrião ou a assembleia parlamentar anfitriã, a data e o local da Assembleia Geral e da reunião do Comitê Executivo.

Art. 16

A Assembléia Geral adota suas recomendações através de consenso.

Caso não seja possível chegar a um consenso, um voto de maioria de dois terços das delegações presentes permite a adoção de uma moção de emenda.

Cada delegação presente tem direito a um voto.

Caso uma delegação esteja em desacordo, esta tem o direito de registrar sua opinião contrária.

Art. 17

Cada delegação informa seu congresso ou sua assembléia parlamentar sobre as recomendações adotadas pela Assembléia Geral, informa, se necessário, os órgãos pertinentes do Estado que ela representa, seu governo e a sociedade civil, e promove a implementação das mesmas.

CAPÍTULO III - DO COMITÊ EXECUTIVO

Art. 18

As atividades da organização e da administração da COPA são responsabilidades do Comitê Executivo que é composto:

- I.- Do(da) presidente, do(da) primeiro(a) vice-presidente, dos(das) vice-presidentes, do(a) tesoureiro(a) e dos(das) ex-presidentes que exercem uma função parlamentar;
- II.- De um(a) parlamentar por parlamento dos Estados unitários e federais;
- III.- De um(a) parlamentar procedente de um dos congressos ou de uma das assembléias parlamentares dos Estados federados e associados por federação, que não estejam representados de qualquer outra maneira por uma organização interparlamentar no Comitê Executivo;
- IV.- De um(a) parlamentar por parlamento regional e por organização interparlamentar;
- V.- Da presidente da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas e de uma outra parlamentar membro da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas;
- VI.- De um(a) parlamentar do congresso anfitrião ou da assembléia parlamentar anfitriã da próxima Assembléia Geral, caso este congresso ou esta assembléia não esteja representado de qualquer outra maneira no Comitê Executivo;
- VII.- De um(a) parlamentar da primeira organização interparlamentar provincial associada à COPA;

VIII.- De um(a) parlamentar da primeira assembléia parlamentar anfitriã.

Art. 19

Os membros do Comitê Executivo assumem oficialmente suas funções no encerramento da Assembléia Geral, durante a qual sua nomeação é homologada, e seu mandato termina no encerramento da Assembléia Geral subsequente à da sua nomeação.

Art. 20

As autoridades competentes dos congressos e das assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares das Américas, que têm cadeira no Comitê Executivo, nomeiam o parlamentar ou os parlamentares que os representam.

Art. 21

Em caso de falecimento, demissão, impedimento ou término do exercício das funções parlamentares de um membro do Comitê Executivo, as autoridades competentes do congresso ou da assembléia parlamentar que o dito membro representa designam seu suplente sob reserva dos artigos 28, 31, 35.

Art. 22

O Comitê Executivo poderá fazer sessões ordinárias e extraordinárias, sempre sujeito a convocação prévia. As sessões ordinárias são realizadas, de preferência, uma vez ao ano e, se necessário, logo antes da Assembléia Geral.

O Comitê Executivo poderá realizar reuniões extraordinárias, quando o presidente considerar necessário ou quando pelo menos 25% de seus membros assim o solicite por escrito ao Presidente.

Em caso de urgência, as sessões extraordinárias do Comitê Executivo podem, se o presidente e os vice-presidentes assim decidir, ser realizadas por conferência telefônica ou de qualquer outro meio de telecomunicação.

Art. 23

Há quórum, quando 10 (dez) membros do Comitê Executivo estiverem presentes numa reunião.

Todo observador credenciado pelo Comitê Executivo poderá assistir às deliberações do Comitê Executivo.

Art. 24

As atribuições do Comitê Executivo são as seguintes:

- I.- Exercer através de consenso os poderes atribuídos pela Assembléia Geral e assegurar a execução de suas decisões;
- II.- Determinar o local, a data e a ordem do dia das Assembléias Gerais conjuntamente com o congresso anfitrião ou a assembléia parlamentar anfitriã;
- III.- Adotar as regras de procedimento da Assembléia Geral;
- IV.- Recomendar a adoção do orçamento da COPA e as contribuições proporcionais dos congressos, das assembléias parlamentares, dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares;
- V.- Criar comissões temáticas permanentes de trabalho, estabelecer o número e o setor de competência das mesmas;
- VI.- Decidir acerca da admissão dos congressos e das assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares das Américas;
- VII.- Aprovar a lista das organizações convidadas a título de observadoras para a Assembléia Geral e para as reuniões do Comitê Executivo;
- VIII.- Decidir sobre a realização de qualquer evento interparlamentar organizado pela COPA;
- IX.- Submeter à Assembléia Geral toda proposta que considere profícua para o bom funcionamento da COPA;
- X.- Decidir *ad referendum* em nome da Assembléia Geral em casos extraordinários ou urgentes;
- XI.- Propor à Assembléia Geral os projetos de alterações do Estatuto;
- XII.- Propor à Assembléia Geral candidatos para os cargos de presidente, de primeiro vice-presidente, de vice-presidentes regionais e de tesoureiro;
- XIII.- Aprovar, segundo proposta do presidente, o relatório financeiro da organização;
- XIV.- As demais atribuições que lhe confere o Estatuto.

CAPÍTULO IV - DA PRESIDÊNCIA

Art. 25

A presidência da COPA é assumida por um parlamentar do congresso anfitrião ou da assembléia parlamentar anfitriã da próxima Assembléia Geral sob reserva do artigo 28.

Art. 26

São atribuições do (da) Presidente:

- I.- Convocar, fazer a abertura e presidir as deliberações da Assembléia Geral;
- II.- Convocar e presidir as reuniões do Comitê Executivo;
- III.- Representar a COPA;
- IV.- Zelar pelo cumprimento do Estatuto da organização, e resolver qualquer caso omissis no mesmo;
- V.- Supervisionar as secretarias;
- VI.- Nomear o pessoal necessário para a organização da Assembléia Geral;
- VII. Apresentar o relatório financeiro da organização ao Comitê Executivo;
- VIII. Propor ordens do dia para as reuniões da Assembléia Geral e do Comitê Executivo.

Art. 27

O presidente assume suas funções no encerramento da Assembléia Geral, durante a qual sua nomeação é homologada pela Assembléia Geral, e dispõe de no máximo 90 (noventa) dias para tomar posse.

Seu mandato termina no encerramento da Assembléia Geral subsequente à da sua eleição.

O(A) presidente não pode ser reeleito.

O(A) presidente não pode desempenhar simultaneamente duas funções no Comitê Executivo.

Art. 28

Em caso de falecimento, demissão, impedimento ou término do exercício das funções parlamentares do(a) presidente, este(a) é substituído(a) pelo(a) primeiro(a) vice-presidente em caráter *pro tempore*.

Em caso de falecimento, demissão, impedimento do(a) presidente *pro tempore*, o Comitê Executivo elege um novo presidente dentre seus vice-presidentes.

Neste caso, o(a) novo(a) presidente assume suas funções até o término do mandato em questão.

CAPÍTULO V - DA PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 29

O(a) primeiro(a) vice-presidente presta assistência ao(à) presidente em suas funções.

Art. 30

O(a) primeiro(a) vice-presidente entra oficialmente em função no encerramento da Assembléia Geral durante a qual é eleito(a).

Seu mandato termina no encerramento da Assembléia Geral subsequente à da sua eleição e não pode ser renovado.

O(A) primeiro(a) vice-presidente não pode desempenhar simultaneamente duas funções no Comitê Executivo.

Art. 31

Em caso de falecimento, demissão, impedimento ou término do exercício das funções parlamentares do(a) primeiro(a) vice-presidente, o Comitê Executivo elege, logo na primeira reunião, um novo primeiro vice-presidente dentre seus vice-presidentes.

CAPÍTULO VI - DAS VICE-PRESIDÊNCIAS

Art. 32

A COPA tem seis vice-presidentes. Cinco das vice-presidências são acordadas a representantes procedentes de cada uma das regiões das Américas, ou seja, América do Norte, América Central, Caribe, Região Andina e Cone Sul; a sexta vice-presidência é cadeira da Presidente da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas.

Caso não haja representante da região no Comitê Executivo, o Comitê Executivo pode designar um vice-presidente regional *pro tempore*.

Art. 33

São atribuições dos(das) vice-presidentes:

- I.- Prestar assistência ao (à) presidente e ao (à) primeiro(a) vice-presidente da COPA no exercício de suas funções;
- II.- Representar a COPA e coordenar os trabalhos em sua respectiva região;
- III.- Demais que lhe confere o Estatuto.

Art. 34

Os(As) vice-presidentes regionais assumem oficialmente suas funções no encerramento da Assembléia Geral em que são eleitos(as).

O mandato dos(as) vice-presidentes regionais expira no encerramento da Assembléia Geral subsequente à da sua eleição e pode ser renovado apenas uma vez.

Os(As) vice-presidentes não podem desempenhar simultaneamente duas funções no Comitê Executivo.

Art. 35

Em caso de falecimento, demissão, impedimento ou término do exercício das funções parlamentares de um(a) vice-presidente regional, o Comitê Executivo elege um novo vice-presidente regional dentre os membros do Comitê Executivo.

CAPÍTULO VII - DA TESOURARIA

Art. 36

O(A) tesoureiro(a) é um(a) parlamentar proveniente do território onde fica a secretaria executiva da COPA.

Art. 37

São atribuições do(a) tesoureiro(a):

- I.- Propor um projeto de orçamento ao Comitê Executivo e informar este de sua realização;
- II.- Assegurar o bom andamento dos registros contábeis necessários para o correto exercício do orçamento;
- III.- Apresentar o relatório financeiro à Assembléia Geral, que deve ser aprovado antes pelo Comitê Executivo.

Art. 38

O(A) tesoureiro(a) assume oficialmente suas funções no encerramento da Assembléia Geral em que foi eleito(a). Seu mandato termina no encerramento da Assembléia Geral subsequente à da sua eleição e pode ser renovado.

CAPÍTULO VIII - DAS SECRETARIAS

Art. 39

A COPA possui três unidades de secretaria localizadas no México, no Brasil e em Quebec. A secretaria do México atua a título de secretaria executiva da organização.

CAPÍTULO IX - DA REDE DE MULHERES PARLAMENTARES

Art. 40

A Rede de Mulheres Parlamentares é um órgão autônomo em relação às suas decisões. Seus objetivos são avançar na busca da equidade entre gêneros, preservar as conquistas da mulher e o respeito que os Estados devem ter em relação aos seus direitos.

A Rede é parte integrante da COPA e exerce um papel de guia em relação às problemáticas e aos programas relacionados à mulher.

TÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 41

A línguas oficiais da COPA são espanhol, inglês, português e francês.

TÍTULO V - DA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO

Art. 42

Toda proposta de modificação de Estatuto deve ser submetida, por escrito, pelo menos um mês antes de uma Assembléia Geral, à presidência através da Secretaria Executiva, que a encaminha imediatamente aos membros do Comitê Executivo. A revisão e a análise desta proposta de modificação é inscrita de ofício na ordem do dia da próxima reunião do Comitê Executivo.

Após estudo da recomendação feita pelo Comitê Executivo, a Assembléia Geral pronuncia-se acerca de cada proposta de modificação, de preferência, por consenso.

Caso seja impossível a obtenção de um consenso, o voto de maioria qualificada de dois terços das delegações presentes permite a adoção de uma proposta de modificação.

Cada uma das delegações presentes tem direito a um voto.

Art. 43

O Estatuto da COPA entra em vigor no dia seguinte de sua aprovação pela Assembléia Geral.



DECLARAÇÃO PARLAMENTAR DE IXTAPAN DE LA SAL, MÉXICO

IV Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas (COPA)

24 – 27 de novembro de 2002

CONSIDERANDO as deliberações e conclusões das assembléias gerais da COPA realizadas anteriormente na cidade de Quebec, em Porto Rico e no Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO o conteúdo da Declaração dos Ministros do Comércio das Américas elaborada em 1^o de novembro de 2002 em Quito;

CONSIDERANDO que a Declaração de Princípios da primeira Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo das Américas estabelece uma parceria para o desenvolvimento e a prosperidade, cujos três elementos são a democracia, o livre comércio e o desenvolvimento durável;

CONSIDERANDO que, na maioria dos países das Américas, o processo de integração econômica que se insere no marco da globalização gerou efeitos positivos, embora tenha também contribuído para a marginalidade, para um rompimento de estruturas produtivas e, especialmente, para uma degeneração do setor agropecuário;

CONSIDERANDO que a integração econômica em andamento representa um desafio enorme aos Estados e aos Governos preocupados com a diversidade cultural que consiste em um inestimável patrimônio para a humanidade;

CONSIDERANDO que os atuais problemas ecológicos e inclusive os problemas sociais a estes vinculados ao longo do último século são resultantes da exploração agropecuária e industrial descontrolada, do aumento da exclusão social e da emergência da sociedade de consumo;

CONSIDERANDO que os parlamentares e as assembléias parlamentares em geral, local de expressão da representação democrática, têm sido objetos de constantes críticas e diversos questionamentos;

CONSIDERANDO que o papel dos parlamentos dos Estados unitários, federais, federados e associados, dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares, que lhes é atribuído de representantes da população, deve ser muitíssimo mais amplo diante das negociações de acordos de livre comércio;

CONSIDERANDO que, no marco dos processos de integração, a educação e a formação são indispensáveis para garantir o fortalecimento das instituições democráticas, a eliminação da pobreza, a diminuição da delinquência e o desenvolvimento;

CONSIDERANDO que o processo de integração pode restringir a capacidade dos Estados de oferecer serviços de saúde pública e garantir a todos acesso a medicamentos;

CONSIDERANDO a enorme preocupação existente com a segurança pública nas Américas, devido ao crescimento da criminalidade e de seu efeito na estabilidade e na paz social necessárias à consolidação de um projeto continental para o desenvolvimento e a prosperidade;

CONSIDERANDO que a Confederação Parlamentar das Américas, como fórum aberto e pluralista dedicado à discussão dos problemas políticos das Américas, está profundamente preocupada com a edificação de um continente estável, democrático e justo;

NÓS, parlamentares membros da COPA, reunidos em Ixtapan de la Sal, Estado do México, México, após termos deliberado sobre diversas questões específicas que preocupam todos os parlamentos do continente:

REAFIRMAMOS nosso elevadíssimo interesse de que o objetivo da Cúpula das Américas de criar um mercado econômico integrado dos países do continente seja atingido de maneira equitativa;

DESTACAMOS a necessidade de que este processo de integração não seja apenas considerado sob uma perspectiva econômica e que pondere a necessidade de combater formas de produção e consumo que lesem o meio ambiente e perturbem o desenvolvimento de pequenas e médias empresas;

EXIGIMOS que nossos Governos intensifiquem o combate à pobreza e à marginalização e que favoreçam o respeito da diversidade cultural cuja promoção deve ser realizada através de convênios e instrumentos internacionais e cuja aprovação deve preceder a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas;

EXORTAMOS os representantes do Poder Executivo de nossos respectivos países a conceder mais recursos ao funcionamento dos sistemas de saúde e evitar que as normas do comércio internacional restrinjam a capacidade dos Estados de oferecer os melhores serviços de saúde pública;

RECOMENDAMOS que seja promovida em nossas assembleias parlamentares a adoção de uma proposta de apoio ao “programa de cooperação continental”, cujo objeto é permitir que países com recursos insuficientes participem adequadamente das negociações da Área de Livre Comércio das Américas;

EXIGIMOS que seja garantida a concessão mínima de 6% do PIB para o setor da educação, garantindo um aumento gradativo desta porcentagem e considerando ao mesmo tempo as condições e as necessidades de cada país;

AFIRMAMOS que é indispensável que seja reconhecido, no cenário internacional e particularmente nas Américas, o papel dos Parlamentos para o apoio e a promoção da cultura através de suas legislações e outros meios de ação parlamentar;

RATIFICAMOS nossa convicção da importância que todos os governos do continente das Américas assinem sua adesão ao Protocolo de Kyoto;

SOLICITAMOS que os governos locais apliquem a Agenda 21;

EXIGIMOS também que nossos governos intensifiquem o combate à pobreza em todas as suas formas e que desenvolvam políticas educativas, conscientizando a população para a importância da proteção do meio ambiente assim como a aplicação de tecnologias a serviço da qualidade de vida;

REITERAMOS a importância da premissa que diz que “Nada fica decidido até que tudo tenha sido decidido”, significando que, se as solicitações que visam tornar o processo equitativo não são atendidas, a ALCA não poderá ser implantada;

AFIRMAMOS que, para superar o déficit democrático e exercer as atribuições que cabem aos parlamentos das Américas, é preciso que os representantes parlamentares sejam aceitos nas deliberações vinculadas às negociações da ALCA, graça ao reconhecimento da Confederação Parlamentar das Américas (COPA) e de seus organismos especializados. Caso isto não aconteça, as assembleias nacionais membros da COPA não estarão suficientemente informadas para ratificar os tratados comerciais;

EXIGIMOS que sejam eliminados imediatamente todos os subsídios e medidas protecionistas empregadas em determinados países, que comprometem gravemente o comércio de produtos agrícolas em detrimento dos países menos desenvolvidos;

RECONHECEMOS que não haverá verdadeira integração entre países desiguais sem a adoção de medidas compensatórias para eliminar as assimetrias existentes entre os diversos países. A integração não é sinônimo de dominação, mas sobretudo de cooperação, de desenvolvimento equilibrado e harmonioso entre os distintos povos das Américas;

REAFIRMAMOS nossa firme decisão de continuar nosso combate a qualquer forma de discriminação e violência dirigida à mulher em qualquer lugar no mundo;

EXIGIMOS que seja garantida e fornecida a segurança jurídica à mulher trabalhando intensamente para que sejam respeitados os preceitos constitucionais, tratados, acordos e leis em vigor que zelem, protejam e promovam os direitos humanos da mulher e que busquem a equidade dos gêneros, e que promovam também leis que prevejam, penalizem e erradiquem a violência contra a mulher;

RECOMENDAMOS a implementação de um fórum sobre políticas tributárias para examinar a oportunidade e a possibilidade de conciliar regras fiscais objetivando coordenar as políticas macroeconômicas na região todas as vezes que este aspecto da integração revele-se essencial para seu êxito;

AFIRMAMOS ser essencial adotar, em cada país, políticas de segurança pública baseando-se em uma ampla cooperação internacional a fim de propiciar um melhor desenvolvimento institucional e um combate mais eficiente à criminalidade;

INSISTIMOS para que os parlamentos implantem reformas que aprimorem seu funcionamento para melhor enfrentarem as críticas da qual são objetos;

SOLICITAMOS às nossas respectivas Assembléias que participem mais ativamente do acompanhamento das negociações e das decisões adotadas pelos Chefes de Estado e de Governo das Américas no marco de suas Cúpulas.

A presente Declaração contém também as recomendações adotadas *in extenso* pelas seis comissões temáticas e pela Rede de Mulheres Parlamentares das Américas que realizaram sessões no marco desta IV Assembléia Geral da COPA.



COMISSÃO SOBRE ALCA, ECONOMIA, COMÉRCIO, TRABALHO E MIGRAÇÃO

RECOMENDAÇÃO SOBRE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NO CONTEXTO DA ALCA

CONSIDERANDO o espírito da declaração ministerial de Quito, de 1^o de novembro de 2002, na qual reuniram-se os ministros de Comércio do continente;

CONSIDERANDO o espírito do Encontro Parlamentar Continental sobre a ALCA e o papel dos parlamentos da região e também a declaração de Quito derivada deste encontro;

PROFUNDAMENTE CONVICTOS de que a representação da população atribuída aos parlamentos deva validar ou não, conforme o caso, as negociações estabelecidas pelos dirigentes, e considerando as discussões da Cúpula Parlamentar sobre a Integração Continental, realizada há poucos dias em Brasília, Brasil;

CONSIDERANDO que os acordos de livre comércio consentem importantes direitos aos investidores, limitando e condicionando de maneira indesejável a capacidade dos parlamentares de legislar em concordância com as preocupações de seus concidadãos;

CONSCIENTES de que os diferentes acordos de integração não conseguiram transformar a produção de maneira suficiente para gerar um desenvolvimento mais equitativo dos nossos povos;

PREOCUPADOS com o fato de que, em alguns países, a dinâmica de exportação de bens e serviços derivada dos acordos comerciais, até então em andamento, não permitiu integrar cadeias de produção e fazer diversos setores participarem dos benefícios da integração;

RECONHECENDO o papel que o investimento estrangeiro exerceu como fonte de financiamento externa, mas também extremamente preocupados com o impressionante crescimento de fusões e aquisições do patrimônio produtivo das economias nacionais;

CONSIDERANDO que, em todos os fóruns, a questão da agropecuária e dos mercados agrícolas aflige e preocupa, devido à enorme diminuição das exportações latino-americanas dos produtos agropecuários, e considerando que não foi possível tornar competitivo este setor devido às importantes políticas subsidiárias implantadas em outros países;

NÓS, parlamentares da COPA:

REITERAMOS a importância da premissa que diz que “Nada fica decidido até que tudo tenha sido decidido”, significando que, se as solicitações que visam tornar o processo equitativo não são atendidas, a ALCA não poderá ser implantada;

SUGERIMOS incitar nossas assembleias parlamentares a homologar uma proposta unânime de apoio ao “programa de cooperação continental”, cujo objeto é permitir que países com recursos insuficientes participem adequadamente das negociações;

AFIRMAMOS que, para superar o déficit democrático e exercer as atribuições que cabem aos parlamentos das Américas, é preciso que os representantes parlamentares sejam aceitos nas deliberações vinculadas às negociações da ALCA, graça ao reconhecimento da Confederação Parlamentar das Américas (COPA) e de seus organismos especializados. Caso isto não aconteça, as assembleias nacionais membros da COPA não estarão suficientemente informadas para ratificar os tratados comerciais;

EXIGIMOS que sejam eliminados imediatamente todos os subsídios e medidas protecionistas empregados em determinados países, que comprometem gravemente o comércio de produtos agrícolas em detrimento dos países menos desenvolvidos;

RECONHECEMOS que não haverá verdadeira integração entre países desiguais sem a adoção de medidas compensatórias para eliminar as assimetrias existentes entre os diversos países. A integração não é sinônimo de dominação, mas sobretudo de cooperação, de desenvolvimento equilibrado e harmonioso entre os distintos povos das Américas;

AFIRMAMOS que são exatamente as instituições parlamentares as organizações mais bem posicionadas para compreender as preocupações da sociedade e para estabelecer o elo entre esta e os negociadores do processo de integração;

RECOMENDAMOS que, durante os encontros ministeriais e as Cúpulas que congregam os Chefes de Estado e de Governo das Américas, a COPA reúna no mesmo local seu Comitê Executivo ou, se necessário, a Comissão temática permanente concernida.

EXORTAMOS nossos dirigentes a elaborarem uma política industrial que favoreça a criação de cadeias de produção para inserir a pequena empresa no processo de integração;

EXORTAMOS os Chefes de Estado e de Governo das Américas a implantar um processo de negociação transparente e, para tanto, prestar contas a instâncias parlamentares durante todo o processo;

CONSIDERAMOS que não se deve recorrer, nas negociações relativas aos subsídios e outras barreiras protecionistas, em instâncias externas ao marco onde são feitas as negociações da ALCA, já que esta prática prejudica a transparência do processo;

RECOMENDAMOS que seja implantado um fórum sobre políticas fiscais para analisar a oportunidade e a possibilidade de conciliar regras tributárias tendo por objetivo uma coordenação das políticas macroeconômicas na região;

RECOMENDAMOS que a Comissão Permanente sobre ALCA, Economia, Comércio, Trabalho e Migração analise o processo de integração europeu assim como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), particularmente o conteúdo do capítulo XI, e que o resultado desta análise seja comunicado aos parlamentares membros da COPA;

SOLICITAMOS que os esforços de integração respeitem outros aspectos das nossas realidades e não apenas os de ordem econômica. A integração justifica-se quando a mesma contribui para o crescimento das exportações de cada um dos países, resultando diretamente em benefícios econômicos e sociais para a população, ou seja, a criação de empregos produtivos que colaborem para a prevenção da exclusão e da marginalização sociais e da migração decorrente disto;

EXORTAMOS os Chefes de Estado e de Governo das Américas a exercerem pressão em países desenvolvidos, durante a realização de diversos fóruns, para que sejam eliminadas as barreiras alfandegárias, para-alfandegárias e subsídios à exportação que tornam não equitativo o tratamento dado aos distintos países participantes da integração.



COMISSÃO SOBRE DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

RECOMENDAÇÃO SOBRE O TEMA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS HUMANOS

CONSCIENTES de que os congressos, parlamentos e assembléias, onde se expressa essencialmente a representação política, independentemente do desenvolvimento de seu trabalho, são objeto de uma permanente crítica e de questionamentos diversos;

MANTENDO presente a importância dos meios de comunicação nas sociedades modernas e na geração de percepções sociais e na necessidade de sua imparcialidade e objetividade;

CONSIDERANDO que a democracia representativa vive dificuldades devido à crescente pluralidade e atomização de partidos nas democracias contemporâneas;

CONSIDERANDO que nos congressos os governos de consenso estão substituindo os de maioria;

MANTENDO presente que é necessário compatibilizar a participação da sociedade e de suas organizações na vida política e social do país, e o papel de condução dos partidos políticos;

CONSIDERANDO que a igualdade na participação política de homens e mulheres constitui um dos princípios fundamentais da democracia e do respeito dos direitos humanos;

CONSIDERANDO que não pode haver democracia sem justiça social, equidade, soberania e participação ativa da sociedade;

CONSIDERANDO que a ética e transparência são elementos essenciais para fortalecer os parlamentos e a democracia;

NÓS, parlamentares da COPA:

AFIRMAMOS que é necessário fortalecer, como um contrapeso dos poderes do Estado particularmente do Executivo, o papel dos congressos;

EXORTAMOS os Chefes de Estado e de Governo das Américas a respeitarem as regras de convivência democrática e atribuir aos congressos de seus países o peso que lhes corresponde;

INSTAMOS aos legislativos que estudem mecanismos de renovação que fortaleçam seu funcionamento e, conseqüentemente, a vida democrática;

ADVERTIMOS sobre o crescente perigo de que a representação política baseie-se em apoios privados que distorçam o sentido social do trabalho público;

AFIRMAMOS ser necessário que os congressos exerçam maiores tarefas de divulgação e informação, aproveitem mais da influência dos meios de comunicação para propagar o sentido da representação e o trabalho e a obra dos parlamentares;

AFIRMAMOS que a equidade e igualdade na participação das mulheres e dos homens constitui um dos principais objetivos de nossa organização;

COMPROMETEMOS nossa vontade para desenvolver a missão educativa de nossos respectivos parlamentos em matéria de democracia, conhecimento dos direitos humanos e direito internacional com o propósito de não somente legislar em função do ser humano, mas sim de conscientizar os cidadãos e, principalmente as novas gerações, das realidades políticas, econômicas e sociais de um Estado democrático e do funcionamento das instituições parlamentares;

ACEITAMOS propiciar a agilização das regras de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais de nossos respectivos países com o propósito de outorgar a estes processos maior transparência e equidade;

COMPROMETEMO-NOS em tornar mais transparentes os processos de ratificação de acordos, tratados ou convênios internacionais, favorecendo assim a imputabilidade dos parlamentos federais e federados em suas áreas de competência institucional, assim como solicitar informação completa e oportuna aos dirigentes de nossos Estados, durante os processos de negociação dos tratados nas reuniões intergovernamentais com a finalidade de poder zelar e prevenir que estes tratados não vulnerem a soberania nem os preceitos em todas as ordens. Esta solicitação adquire particular relevância no atual processo de negociação do Acordo de Livre Comércio das Américas;

COMPROMETEMO-NOS a zelar firmemente pelo respeito da democracia e dos direitos humanos nas Américas, e comprometemo-nos a trocarmos informação para efeitos de conhecer a situação que mantém estes temas em nossos países e nas Américas;

COMPROMETEMO-NOS a denunciar formalmente toda ruptura da ordem democrática e toda violação flagrante dos direitos humanos no continente. Para tanto, ratificamos a posição do Comitê Executivo da COPA, tomada em maio passado, em relação ao seqüestro da senadora Ingrid Betancourt, em relação ao problema que afeta a comunidade de Vieques e também em relação à Carta Democrática da Organização de Estados Americanos nos eventos ocorridos em abril passado na República Bolivariana da Venezuela.



COMISSÃO SOBRE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RECOMENDAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO

CONSIDERANDO que no segundo encontro de ministros da Educação do continente, os ministros salientaram a importância da educação como um instrumento para se conseguir a paz, para erradicar a pobreza e para combater o terrorismo;

CONSIDERANDO que a educação é uma responsabilidade nacional dos Estados;

CONSIDERANDO que a cooperação entre os Estados do continente em termos de educação faz com que nos aproximemos em relação ao respeito dos nossos valores;

CONSIDERANDO que a educação básica adequada é garantia do fortalecimento das instituições democráticas, da eliminação da pobreza, da diminuição da delinquência e também do desenvolvimento;

CONSIDERANDO que a formação profissional e técnica é um direito fundamental dos trabalhadores e atualmente essencial para a obtenção de um trabalho decente;

CONSIDERANDO os progressos que restam a serem realizados nas Américas em relação ao acesso universal à educação, à alfabetização, à melhoria da formação profissional e técnica;

NÓS, parlamentares das Américas:

EXIGIMOS que os Chefes de Estado e de Governo das Américas garantam a concessão mínima de 6% do PIB para o setor da educação, assegurando um aumento progressivo considerando ao mesmo tempo as condições e as necessidades de cada país;

EXORTAMOS os Chefes de Estado e de Governo das Américas a considerarem a presente recomendação e excluir o setor da educação das negociações comerciais que devem conduzir à criação da ALCA;

AFIRMAMOS que a educação é um instrumento que permite preservar a identidade nacional e a coesão social de um povo.



COMISSÃO SOBRE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RECOMENDAÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL

CONSIDERANDO que o processo de integração econômica nas Américas representa um desafio para os Estados e Governos grandemente interessados pela diversidade cultural que constitui um patrimônio inestimável para a humanidade;

CONSIDERANDO que as populações das Américas têm um interesse vital na promoção e na afirmação da diversidade cultural;

CONSIDERANDO que as obras culturais são mais que meras mercadorias;

CONSIDERANDO que a multiplicação das redes e dos meios de comunicação, permitida pelas novas tecnologias, abrem perspectivas excepcionais à divulgação internacional das obras culturais e também ao encontro e ao diálogo das culturas;

CONSIDERANDO a necessidade das ações adequadas de solidariedade a fim de favorecer intercâmbios culturais equitativos com todos os países das Américas;

NÓS, parlamentares da COPA:

CONFIRMAMOS o direito dos Estados de definir livremente e implantar sua própria política cultural, e tomar medidas de apoio no setor cultural;

AFIRMAMOS a necessidade de proteger os direitos de propriedade intelectual dos criadores;

AFIRMAMOS que é indispensável que seja reconhecido no cenário internacional e particularmente nas Américas o papel dos Parlamentos para o apoio e a promoção da cultura através de suas legislações e seus outros meios de ação parlamentar;

AFIRMAMOS que o melhor meio para promover e afirmar a diversidade cultural é adotar uma convenção ou um instrumento internacional sobre a diversidade cultural;

EXORTAMOS os Chefes de Estado e de Governo das Américas que excluam de assumir compromissos de liberação do comércio envolvendo o setor da cultura nas negociações prévias à criação de uma área de livre comércio das Américas.



COMISSÃO SOBRE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RECOMENDAÇÃO

CONSIDERANDO o compromisso assumido pelos Chefes de Estado e de Governo das Américas durante a Cúpula de Miami de “trabalhar para melhorar o acesso aos serviços de saúde de qualidade”;

CONSIDERANDO o compromisso assumido pelos Chefes de Estado e de Governo das Américas durante a Cúpula de Santiago de trabalhar “para aumentar a disponibilidade e o acesso e assegurar a qualidade de medicamentos e vacinas”;

CONSIDERANDO que, segundo os dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS), por volta de 25% da população das Américas não tem acesso permanente à assistência médica;

CONSIDERANDO que cerca de metade da população da América Latina e do Caribe não está coberta por um seguro saúde;

CONSIDERANDO que a mulher pobre moradora longe dos grandes centros urbanos vivencia índices de mortalidade materna inaceitáveis e que esta realidade representa um elevadíssimo custo humano e social para nossas sociedades;

CONSIDERANDO que a assistência médica oferecida aos mais desfavorecidos é responsabilidade dos sistemas públicos de saúde e que nossos Estados devem ter toda a margem de manobra necessária para implantar programas de saúde que melhorem as condições de vida de nossos concidadãos;

CONSIDERANDO que em 2001, apenas 1,4% dos empréstimos concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi destinado ao setor da saúde;

REITERANDO o compromisso assumido durante a primeira Conferência Parlamentar das Américas (COPA), realizada na cidade de Quebec em setembro de 1997, reiterado na segunda Assembléia Geral da COPA, em Porto Rico em julho de 2000, e na terceira Assembléia Geral da COPA, no Rio de Janeiro em novembro de 2001, de “trabalhar para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde e ampliar o acesso da população a tais serviços, a fim de que toda pessoa possa gozar de um melhor estado de saúde física, mental e social, conforme estipulado pela Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas”;

NÓS, representantes dos Congressos e das Assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares, reunidos em Ixtapan de la Sal para a IV Assembléia Geral da COPA:

EXORTAMOS nossos Chefes de Estado e de Governo a consagrarem ainda mais recursos para o bom funcionamento dos sistemas de saúde que são da responsabilidade de nossos governos;

EXIGIMOS que uma maior parte dos recursos do BID seja concedida a projetos que visem a melhoria da assistência médica;

EXORTAMOS nossos governos a convidarem parlamentares para fazer parte das delegações nacionais durante os encontros dos órgãos diretores das organizações interamericanas que atuem no setor da saúde, e acordamos delegar representantes da Comissão Permanente da COPA sobre Saúde e Desenvolvimento Social à tais encontros;

- Iniciativas inovadoras

COMPROMETEMO-NOS em partilhar, principalmente no marco dos trabalhos da Comissão Permanente da COPA sobre Saúde e Desenvolvimento Social, as iniciativas inovadoras das quais poderemos ser os propagadores no âmbito das nossas assembléias e diante de nossos governos;

COMPROMETEMO-NOS em promover, dentro dos nossos respectivos Estados, o conceito de *conjunto de serviços básicos*, a fim de garantir um acesso universal à assistência médica;

COMPROMETEMO-NOS em tirar o máximo de proveito das novas tecnologias que contribuam para a formação de agentes de atenção primária e propagar os conhecimentos visando aprimorar a qualidade da assistência médica básica;

CONVIDAMOS os Parlamentos a legislarem a fim de combater o alcoolismo e a toxicomania que provoca doenças e representa consideráveis custos sociais e econômicos;

SOLICITAMOS aos nossos Estados que garantem o acesso ao atendimento médicos aos idosos considerando o envelhecimento da população e o aumento de doenças degenerativas;

COMPROMETEMO-NOS a definir uma política de registro de patentes que, sem representar prejuízos às empresas farmacêuticas na pesquisa fundamental, permitirá reduzir os custos de medicamentos para as populações desfavorecidas;

COMPROMETEMO-NOS a reconhecer a saúde mental como um aspecto importante da saúde pública e convidamos nossos respectivos Estados a conceder-lhe os recursos suficientes;

COMPROMETEMO-NOS, como legisladores, defender o caráter público e universal de nossos sistemas de saúde e não aprovar qualquer lei nem política que visaria privatizá-los e privar assim os cidadãos mais desfavorecidos de atendimentos aos quais têm direitos, pois ao permitir ao setor privado exercer um papel sob o controle do setor público, afirmamos que a saúde é a primeira responsabilidade dos Estados;

COMPROMETEMO-NOS garantir a melhoria da formação profissional no setor da saúde;

EXORTAMOS os Chefes de Estados e de Governo a protegerem e assegurarem os direitos das crianças vítimas de comércios ilegais, tais como o narcotráfico e a prostituição implicando crianças;

- Saúde e regras do comércio internacional

AFIRMAMOS que as regras que regem o comércio internacional não devem limitar a capacidade dos Estados de oferecer e proteger os serviços de saúde públicos e garantir a todos um acesso aos medicamentos;

- Saúde da mulher

COMPROMETEMO-NOS em sensibilizar nossos colegas e nossos Chefes de Estado e de Governo sobre a importância de que todos os partos sejam executados sob a supervisão de profissionais qualificados, de maneira a reduzir os índices de mortalidade infantil e materna;

COMPROMETEMO-NOS em promover medidas que melhorem a saúde das gestantes e dos recém-nascidos, tais como testes genéticos que visem despistar riscos pré-natais, programas elaborados para evitar o nascimento de bebês com peso abaixo do normal, planejamento da família e promoção do aleitamento materno, programas de planejamento familiar, assim como medidas que visam proteger a saúde da mulher;

COMPROMETEMO-NOS em atuar para que as autoridades pertinentes dos nossos respectivos Estados melhorem os sistemas de coleta de dados sobre a saúde da mulher.



COMISSÃO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RECOMENDAÇÃO

CONSIDERANDO que os atuais problemas ecológicos e sua interrelação com os problemas sociais no decorrer do último século são resultados da expansão industrial, do crescimento da explosão social e da emergência da sociedade de consumo;

RECONHECENDO que as questões ambientais, como tudo aquilo que concerne as ações do governo, requerem informação, educação, conscientização e participação de toda a população;

RECONHECENDO que é necessário combater internacionalmente modos de produção e de consumo que lesem o meio ambiente e que prejudiquem o desenvolvimento humano;

LEVANDO em conta os acordos subscritos na Cúpula Mundial do Rio, os Acordos de Kioto e avaliando as propostas geradas na Cúpula Mundial de Johannesburgo;

NÓS, parlamentares da COPA:

EXIGIMOS o reconhecimento do desenvolvimento sustentável como eixo fundamental de toda política pública;

REQUEREMOS o fortalecimento do protagonismo social que tenda gerar justiça ambiental como equivalente à justiça social;

EXIGIMOS implantar políticas agrícolas sustentáveis que salientem a produção familiar, comunitária e de média escala;

AFIRMAMOS que a legislação ambiental deve incentivar a agricultura sustentável;

AFIRMAMOS que a água é patrimônio da humanidade e essencial para a vida e, para tanto, o Estado tem a responsabilidade de promover sua disponibilidade de maneira sustentável;

ASSUMIMOS o compromisso de gerar o marco normativo para que os Estados possam induzir uma reestruturação ecológica do setor industrial;

EXIGIMOS que nossos governos promovam o ecoturismo vinculado à preservação, à educação ambiental e ao desenvolvimento econômico das comunidades locais;

PROPOMOS incentivar o desenvolvimento de fontes de energia renováveis, a preservação e a racionalização do uso de energia, assim como a produção de tecnologia para equipamentos que economizem o consumo energético;

INICIAREMOS um debate em nível continental sobre a uniformidade da legislação relativa à biodiversidade, à luta contra a pirataria biológica e o estabelecimento de um código de bioética que garanta a integridade nacional, assim como o estabelecimento de políticas de cooperação (tecnológica e ambiental) que permitam construir uma cidadania ambiental eficaz, em relação ao respeito pela vida, pelo uso racional e pelo desenvolvimento sustentável;

RATIFICAMOS nossa convicção sobre a importância de que todos os governos do continente americano firmem a adesão ao Protocolo de Kioto;

REQUEREMOS que os governos locais apliquem a Agenda 21;

EXIGIMOS igualmente que nossos governos intensifiquem a luta contra a pobreza em todas as suas formas e implementem políticas educativas para sensibilizar a população em relação à importância do respeito do meio ambiente, e que intensifiquem a aplicação da tecnologia a serviço da qualidade de vida.



COMISSÃO SOBRE PAZ E SEGURANÇA PÚBLICA

RECOMENDAÇÃO

CONSIDERANDO que o crime organizado, o terrorismo, o seqüestro de seres humanos, o tráfico de entorpecentes, de órgãos vitais e de armas têm aumentado de maneira angustiante em todos os países;

CONSIDERANDO que a falta de segurança e a violência são uma conseqüência da desigualdade, da fome, das discriminações e das violações dos direitos humanos;

CONSIDERANDO a insuficiência dos programas de reabilitação dos detidos nos sistemas carcerários de alguns países das Américas e a permanente existência de situações que combinam uma flagrante violação dos direitos humanos, condenando assim as pessoas institucionalizadas à mais injusta e severa falta de dignidade;

CONSIDERANDO que diante do aumento considerável da população penal juvenil não existem mecanismos suficientes que corrijam esta terrível situação em várias de nossas nações;

CONSIDERANDO que o tema de segurança pública está vinculado à segurança nacional e que a soberania das nações está ameaçada pelo crescimento da criminalidade;

CONSIDERANDO que é necessário no plano legislativo modificar um infindável número de leis e fortalecer o marco normativo para prevenir a criminalidade;

CONSIDERANDO que a maioria de nossos países contam com populações jovens que são mais facilmente presas de condutas antisociais;

POR CONSEQUINTE:

Fica decidido pela Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas:

1. *AFIRMAMOS* que é necessário adotar políticas de segurança pública em cada país onde haja em uma ampla cooperação internacional;
2. *DESTACAMOS* que é indispensável um melhor desenvolvimento institucional e uma luta mais eficiente para favorecer a criação de conselhos de cidadãos que trabalhem em concordância com as autoridades;

3. Resulta ser necessário, a fim de assegurar a readaptação e inserção social dos detidos, fortalecer os programas que contenham a atenção psicossocial e educacional como ícones da reabilitação;
4. Como medida de reabilitação, em casos da comissão de delitos menos graves, devemos oferecer aos jovens programas alternativos concentrados em serviços à comunidade, que por sua vez promovam a sua reintegração à sociedade;
5. *EXORTAMOS* a nossos governos a estabelecerem modelos de administração de justiça transparente em relação à prestação de contas e do emprego de indicadores constantes;
6. *SOLICITAMOS* aos nossos governos para que adotem ações de prevenção que, entre outras coisas, incluam um fortalecimento de valores.

Esta recomendação entra em vigor imediatamente após sua aprovação.

Dado em 27 de novembro de 2002, na cidade de Ixtapan de la Sal nos Estados Unidos Mexicanos.

Apresentada pelo Plenário da Comissão sobre Paz e Segurança Pública da COPA.



COMISSÃO SOBRE PAZ E SEGURANÇA PÚBLICA

RECOMENDAÇÃO

“Para recomendar aos Congressos e Assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, aos parlamentos regionais e às Organizações interparlamentares das Américas integrantes da COPA que aprovem por legislação, um código regulador para prevenir o seqüestro e a perda de menores em imóveis públicos e privados”;

CONSIDERANDO que a COPA é um fórum permanente e autônomo que reúne os Congressos e Assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, aos parlamentos regionais e às Organizações interparlamentares das Américas;

CONSIDERANDO que dentro das atribuições da Confederação Parlamentar das Américas (COPA) consta a de promover a integração onde as decisões de seus membros sejam congruentes com os princípios e objetivos do bem-estar comum e da qualidade de vida em toda a América;

CONSIDERANDO que o "Código Adam" é um protocolo que pode ser empregado como instrumento preventivo contra o seqüestro e a perda de menores em determinados imóveis públicos e estabelecimentos comerciais através da região, já implementado em Porto Rico e nos Estados Unidos da América;

CONSIDERANDO que presente protocolo foi intitulado em memória a Adam Walsh, um menino de seis anos assassinado logo após ter sido seqüestrado em 1981 de um shopping na Flórida, Estados Unidos da América, um evento que chamou a atenção do mundo para o horror que representa o seqüestro de um menor;

CONSIDERANDO que o "Código Adam" tem demonstrado ser substancialmente dotado de bom sucesso no impedimento de qualquer tentativa de seqüestro, em caso de alerta relativo ao "Código Adam" em um estabelecimento comercial e continua sendo implementado nas lojas nos Estados Unidos da América e Porto Rico com o auxílio do Centro Nacional de Menores Desaparecidos e Explorados Sexualmente com sede em Virgínia, Estados Unidos da América;

POR CONSEQUINTE:

Fica acordado pela Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas:

RECOMENDAR aos Congressos e Assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, aos parlamentos regionais e às Organizações interparlamentares das Américas integrantes da COPA que aprovem uma legislação adotando os procedimentos do protocolo do Código Adam para que este seja implantado em imóveis públicos e privados, continuamente detalhados.

PROCEDIMENTOS PARA NOTIFICAÇÃO E BUSCA. O chefe, diretor, comissão ou comitê ordenará ao seu quadro de pessoal que auxilie qualquer pai, mãe, tutor ou responsável do menor cujo menor tenha desaparecido em um imóvel público ou privado implantar e colocar em vigência procedimentos entre os quais incluem-se os seguintes:

1. **OBTENÇÃO DE UMA DESCRIÇÃO DETALHADA DO MENOR.** Quando um pai, mãe, tutor ou responsável do menor notifica a qualquer funcionário de um imóvel público ou privado que seu filho ou sua filha menor tenha desaparecido, o dito funcionário obterá do pai, mãe, tutor ou responsável do menor uma descrição detalhada do menor, inclusive nome, idade, cor dos olhos e dos cabelos, altura, peso, e uma descrição da roupa do menor, particularmente os sapatos que calçava.

O funcionário:

- a) alertará os funcionários designados através de um rápido e eficiente meio de comunicação, indicando-lhes que o “Código Adam” está ativado;
 - b) dará uma descrição detalhada do menor, segundo as informações oferecida pelo pai, mãe, tutor ou responsável do menor; e
 - c) trocará o número de telefone ou ramal dado onde o alerta foi iniciado.
2. **IDENTIFICAÇÃO DO MENOR.** O funcionário escoltará o pai, mãe, tutor ou responsável do menor até a porta principal do imóvel público ou privado para que ajude na identificação do menor, enquanto os funcionários designados interrompem suas tarefas regulares para buscar o menor.
 3. **MONITORAÇÃO DAS PORTAS DE SAÍDA.** Os funcionários designados pelo chefe ou diretor ou pela comissão ou comitê mencionados, zelarão todas as saídas do imóvel para assegurar que o menor não saia do mesmo sem seu pai, mãe, tutor ou responsável do menor.
 4. **SAÍDA DO IMÓVEL.** A toda pessoa que passe por qualquer das saídas do imóvel público ou privado, acompanhada por um menor, ser-lhe-á solicitado que se dirija à porta principal previamente designada pelo chefe ou diretor ou a comissão ou comitê mencionado anteriormente. Se, uma vez ali, a pessoa insistir em sair do imóvel público ou privado, ser-lhe-á permitido caso seja determinado que o menor que o acompanha não é o que está sendo procurado, e logo que a pessoa que se presume ser o pai, mãe, tutor ou responsável do menor revele uma identificação aceita pelo governo.
 5. **AGÊNCIA LOCAL DE LEI E ORDEM PÚBLICA.** Comunicar-se com a agência local de lei e ordem pública caso o menor não seja encontrado durante a busca. Após ter anunciada a ativação do “Código Adam”, os funcionários designados prosseguirão com a busca por todo o imóvel, e dois ou mais destes, conforme seja considerado necessário, serão assinalados a cada andar para certificar-se que o menor não se encontra ali. A busca incluirá toda área de estacionamento utilizada para o imóvel. Nenhum outro funcionário será obrigado a participar da busca.
 6. **NOTIFICAÇÃO VASTA.** Se o menor não é encontrado em um período de dez minutos, o funcionário designado ligará para o número telefônico de urgências e informará sobre a situação de maneira que o pessoal de segurança ou urgência local possa ser deslocado imediatamente para o referido local. Também será notificado ao Centro Nacional de Menores Desaparecidos e Explorados Sexualmente.

7. RELATÓRIO. Ao completar o protocolo, os funcionários designados informarão ao chefe, diretor, comissão ou comitê e aos outros funcionários designados da conclusão do "Código Adam". O chefe, diretor, comissão ou comitê mencionado preparará um relatório do incidente que será conservado nos arquivos administrativos por período superior a 3 anos.

Esta recomendação entra em vigor imediatamente após sua aprovação.

Dado em 27 de novembro de 2002, na cidade de Ixtapan de la Sal, nos Estados Unidos Mexicanos.

Apresentada por:

*Senador Antonio J. Fas Alzamora
Vice-Presidente, Região do Caribe
Presidente do Senado do Estado Livre Associado de Porto Rico*



COMISSÃO SOBRE PAZ E SEGURANÇA PÚBLICA

RECOMENDAÇÃO

Para expressar a adesão da Confederação Parlamentar das Américas (COPA) aos princípios enunciados na “Declaração de Porto Rico: Conectando a Nova Humanidade”, aprovada como resultado da Conferência Internacional sobre a Paz e o Desenvolvimento: “Paz na Paz”, realizada dias 12, 13 e 14 de agosto de 2002 em San Juan, Porto Rico, e para recomendar aos Congressos e às Assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, aos Parlamentos regionais e às Organizações interparlamentares das Américas que integram a COPA que se solidarizem com a mesma.

CONSIDERANDO que nos últimos dias 12, 13 e 14 de agosto foi realizada, em Porto Rico, a Conferência sobre a Paz e o Desenvolvimento: “Paz na Paz”, convocada pelo Senado do Estado Livre Associado de Porto Rico e pela Fundação Arias para a Paz e o Progresso Humano, reunindo um grupo diverso de seres humanos, unidos unicamente pela preocupação comum com o atual rumo tomado pela humanidade;

CONSIDERANDO que neste encontro participaram os seguintes conferencistas ou oradores: Sila M. Calderón, governadora do Estado Livre Associado de Porto Rico; Antonio J. Fas Alzamora, Presidente do Senado de Porto Rico; Oscar Arias, prêmio Nobel da Paz 1987, Costa Rica; Franklin Chang, astronauta, Costa Rica/EUA; Deepak Chopra, médico e pensador místico Índia/EUA; Fernando Gaitán, jornalista colombiano; Theresa Chastain, economista norte-americana; Luis F. Coss, jornalista porto-riquenho; Lloyd Dumas, economista norte-americano; Wilfredo Estrada, líder religioso porto-riquenho; Alda Facio, ativista de direitos humanos costarriquenho; Maneka Gandhi, parlamentar da Índia; Baltazar Garzón, juiz investigador espanhol; Ashok Khosla, físico e ativista social da Índia; Mario Lubetkin, diretor de “Internacional Press Service”, Uruguai; Ricky Martin, cantor e ator porto-riquenho; Antonio Martorell, artista plástico porto-riquenho; Irmã Mary Ann McGiven, ativista pela paz norte-americana; Jacobo Morales, cineasta porto-riquenho; Sarah Ozacky-Lazar, diretora Centro Árabe/Israel para a paz, Israel; Silverio Pérez, humorista porto-riquenho; Ernesto Sabato, escritor argentino; Roberto Savio, fundador de “Inter Press Service”, Itália; José R. Santori, comentarista desportivo porto-riquenho; Roberto Schawartz, economista, Paquistão; Juan A. Vera, líder religioso porto-riquenho; Carol Wacey, analista de políticas e mídias norte-americanos; Betty Williams, prêmio Nobel da Paz 1967, Irlanda; Fernando Picó S. J., historiador porto-riquenho; Danny Rivera, cantora porto-riquenha, e Gregory Marín, vice-presidente Soka Gakkai Int.- EUA;

CONSIDERANDO que também dirigiram-se aos participantes o presidente do Parlamento Centro-Americano (PARLACEN), senhor Rodrigo Samayoa, a Presidenta da Confederação Parlamentar das Américas (COPA), senhora Laura Pavón Jaramillo, e o secretário geral do Parlamento Latino-Americano (PARLATINO), senhor Jorge Pizarro Soto;

CONSIDERANDO que estes homens e mulheres, líderes nas áreas das ciências, das artes, da política, dos direitos civis, lutadores contra a violência em suas distintas manifestações, ambientalistas, enfim, todos humanistas, refletiram juntamente com o público participante sobre a crise da paz, o desenvolvimento e os modelos de ilusão que nos influenciam;

CONSIDERANDO que, no encerramento da Conferência, foi aprovada a “Declaração de Porto Rico: Conectando a Nova Humanidade” como um compromisso com as mais nobres aspirações do ser humano captadas em todas as tradições humanistas e religiosas e que destacam a celebração da vida. Entre os princípios de convivência humana enunciados nesta Declaração está o apelo à resistência da nossa indiferença em relação à dor humana causada pela pobreza, pelo desamparo, pela desnutrição, pela desigualdade social e política, assim como à resistência do desenvolvimento de práticas militares que influenciam o usufruto da vida plena e dos direitos humanos;

CONSIDERANDO, pela Confederação Parlamentar das Américas, ao determinar que os princípios contidos na “Declaração de Porto Rico: Conectando a Nova Humanidade” estão em concordância com nossas aspirações em relação ao nosso entusiasmo pela educação, fé na justiça, devoção pela vida esforçada, laboriosa e pacífica, fidelidade aos valores do ser humano acima de posições sociais, diferenças raciais e interesses econômicos, e esperança de um mundo melhor, adota a referida Declaração como política desta Confederação Parlamentar das Américas;

POR CONSEQUENTE:

Fica decidido pela Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas:

1. *EXPRESAR* a adesão da COPA aos princípios enunciados na “Declaração de Porto Rico: Conectando a Nova Humanidade” e seu apoio a todos os esforços conducentes à promoção desta nos países membros desta Confederação;
2. *ADOTAR* como sistema diretivo em suas deliberações e formulação de políticas públicas e leis, os princípios enumerados e delineados na “Declaração de Porto Rico: Conectando a Nova Humanidade” que faz parte desta Resolução;
3. *EXORTAR* aos governos, parlamentos e a todos os setores das artes, ciências, religiões, educação, meios de comunicação, empresariais, as organizações não governamentais e às organizações de bases comunitárias das nações das Américas para que adotem e rejam pelos princípios expressos na “Declaração de Porto Rico: Conectando a Nova Humanidade” e para que desenvolvam e apliquem, de maneira criativa, a visão de um modo de vida sustentável a nível comunal, nacional, regional e global;

4. *EXORTAR* os responsáveis dos sistemas de educação, tanto privado como público nos países integrantes da COPA, para que promovam estes princípios e o texto da “Declaração de Porto Rico: Conectando a Nova Humanidade” junto a nossa população estudantil para assim fortalecer o respeito da vida, da igualdade e da justiça social como princípios universais para o alcance da paz.

Esta recomendação entra em vigor imediatamente após sua aprovação.

Dado em 27 de novembro de 2002, na cidade de Ixtapan de la Sal nos Estados Unidos Mexicanos.

Apresentada por:

*Senador Antonio J. Fas Alzamora,
Vice-presidente, Região do Caribe
Presidente do Senado do Estado Livre Associado de Porto Rico*



COMISSÃO SOBRE PAZ E SEGURANÇA PÚBLICA

RECOMENDAÇÃO

“Apoio à demanda do povo porto-riquenho e sua exigência para que cessem as manobras militares da Marinha de Guerra dos Estados Unidos da América na Ilha de Vieques.”

CONSIDERANDO:

Que a COPA é um fórum permanente e autônomo que reúne os Congressos e Assembléias Parlamentares dos Estados Unitários, Federais, Federados e Associados, os Parlamentos Regionais e as Organizações Interparlamentares das Américas;

As estreitas relações de amizade e fraternidade entre os povos das Américas e Porto Rico, assim como o objetivo partilhado do pleno respeito e titularidade dos direitos humanos, particularmente o incontestável direito à vida e à saúde de seus respectivos povos;

Que o povo de Vieques, a sociedade de Porto Rico e a comunidade internacional têm condenado as práticas bélicas desenvolvidas pela Marinha de Guerra dos Estados Unidos da América, devido aos nefastos efeitos provocados em seu meio ambiente, saúde, economia e segurança, deteriorando significativamente a qualidade de vida de seus habitantes;

Que a constante violação dos direitos humanos na Ilha de Vieques, produto das manobras militares, tem provocado incidentes com perdas de vidas humanas;

POR CONSEQUINTE:

Fica decidido pela Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas:

1. **ACEITAR** a recomendação feita pelo Comitê Executivo de COPA, diante da resolução aprovada em 3 de maio de 2002 na Cidade de México, D. F., dos Estados Unidos Mexicanos, em apoio à paz e justiça para Vieques, Porto Rico;
2. **CONDENAR** toda prática que em qualquer parte do mundo atente contra os direitos humanos, particularmente, o direito à vida, o direito à saúde, o direito a um meio ambiente são, à segurança e ao bem-estar econômico;

3. *EXORTAR* respeitosamente e com acatamento de sua soberania o Governo dos Estados Unidos da América, a cumprir a promessa e o acordo de fechar esta base naval em 2003 e, daqui até lá, cessar as práticas bélicas na Ilha Município de Vieques, Porto Rico, que desenvolve a Marinha de Guerra, que viola flagrantemente os direitos humanos e cujos efeitos nocivos são sofridos diretamente pela população deste município.

A Assembléia Geral, com a autoridade que lhe confere o regulamento, solidariza-se com a população de Vieques e com o povo porto-riquenho em sua luta pelo cessamento das práticas militares nesta região e que regressem a paz e a segurança a esta população.

Cópia desta Resolução será encaminhada ao presidente dos Estados Unidos da América, à governadora do Estado Livre Associado de Porto Rico e aos meios de comunicação pública.

Esta recomendação entra em vigor imediatamente após sua aprovação.

Dado em 27 de novembro de 2002, na cidade de Ixtapan de la Sal nos Estados Unidos Mexicanos.

Apresentada por:

*Senador Antonio J. Fas Alzamora
Vice-Presidente COPA, Região do Caribe
Presidente da Comissão sobre Paz e Segurança Pública
Presidente do Senado do Estado Livre Associado de Porto Rico*



III REUNIÃO ANUAL DA REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS

Ixtapan de la Sal, México, 24 de novembro de 2002

RELATÓRIO

Cerca de 50 mulheres parlamentares provenientes de aproximadamente vinte países participaram da III Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, em 24 de novembro de 2002, em Ixtapan de la Sal no México. No decorrer deste encontro, as participantes, entre outras coisas,

1. Foram informadas das atividades regionais, pois cada representante do Comitê Executivo difundiu as iniciativas tomadas em sua respectiva região, assembléia parlamentar regional ou organização interparlamentar em relação às legislações vinculadas à mulher ou quaisquer outras iniciativas de interesse da Rede. Embora muitas estivessem satisfeitas com o número de mulheres em cargos de poder, muitas delas revelaram também sua preocupação de suscitar, em seus países, uma maior participação da mulher na vida política através, entre outros, da promoção ou da adoção de leis de contingentes.

As mulheres membros do Comitê Executivo, uma a uma, descreveram as leis e as medidas adotadas para favorecer o avanço da mulher e para preservar seus direitos. Foram dados vários exemplos ilustrativos das iniciativas implantadas para eliminar a violência contra a mulher e a discriminação de gênero, o turismo sexual que serve-se de mulheres e crianças, e o tráfico de seres humanos. Algumas mencionaram a realização de seminários em sua região ou país onde foram analisados os direitos da mulher trabalhadora e os problemas de migração, além dos efeitos da Área de Livre Comércio das Américas e seus impactos na mulher. Finalmente, foi falado também sobre as medidas e as leis que permitiram influenciar a elaboração de orçamentos baseados na diferença entre sexos em determinados países.

2. Foram informadas sobre o relatório de atividades da Rede a partir da última reunião do Comitê Executivo, feita no México em maio de 2002. A presidente, Sra. Lyse Leduc, expôs as recomendações adotadas durante nesta oportunidade. Em referência à recomendação que denuncia o seqüestro da candidata para presidência da República da Colômbia, senhora Ingrid Bétancourt, em 23 de fevereiro de 2002, e que continua seqüestrada, a Sra. Leduc informou as mulheres membros que a Assembléia Nacional de Quebec adotou, por unanimidade, uma moção denunciando este seqüestro e encaminhou uma cópia à Embaixada da Colômbia. A Sra. Leduc aproveitou o ensejo para convidar as deputadas membros da Rede para fazer com que tal moção seja adotada em suas respectivas assembléias.

Assistiram a uma apresentação feita pela coordenadora da Rede de uma projeção ao vivo do banco de documentos atualmente disponível para consultas no site WEB da COPA (www.copa.qc.ca) na rubrica Rede de Mulheres Parlamentares das Américas. Este projeto do Plano de Ação implantado pelo Comitê Executivo disponibilizou on-line vários projetos de lei sobre a mulher, um centro de documentação e também links úteis sobre os recursos da condição feminina. Foi solicitado às parlamentares presentes que encaminhem à Secretaria da Rede mantida pela Assembléia Nacional de Quebec todo texto, documento ou projeto de lei que permita contribuir para o enriquecimento deste banco de documentos.

Em relação ao Projeto de Estágio para moças em diversas assembleias parlamentares, lembremo-nos que este visa possibilitar que estudantes se familiarizem com o processo legislativo e que nelas seja despertado o interesse por uma carreira política. Baseado nas dificuldades da organização parceira de acompanhar as etapas previstas no calendário de implantação em relação ao aspecto teórico do programa, o Comitê Executivo decidiu dar outro prosseguimento ao projeto de estágio, privilegiando assim o estágio prático e continuando as pesquisas para que, então, um aspecto teórico seja implantado. Este estágio prático será implantado de maneira autônoma pelas Assembleias, embora a Rede forneça modelos de programas semelhantes para facilitar a implantação do mesmo em outros parlamentos.

Foi adotada, por unanimidade, uma recomendação a fim de que o Comitê Executivo da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas dê os andamentos necessários para que obtenha para a Rede o estatuto de entidade observadora na Reunião de Mulheres Parlamentares da União Interparlamentar (UIP), ou seja, o mesmo título concedido à COPA.

3. Participaram de uma sessão temática sobre orçamentos baseados na diferença entre gêneros organizada pela Sra. Simel Esim, economista do *International Center for Research on Women* com sede em Washington. A Sra. Esim, especialista no assunto, fez pesquisas na América Latina e desenvolveu programas para favorecer a integração do aspecto de gênero nos orçamentos em diversos países e organizações. Ela explanou como estes orçamentos permitem influenciar os gastos públicos quando nele são considerados os impactos exercidos no homem e na mulher. Além do mais, ilustrou os mecanismos e instrumentos necessários para a implantação de tais estratégias nacionais. O grande debate lançado após esta apresentação foi presidido pela Sra. Ileana Rogel, deputada da Assembléia Legislativa de El Salvador.
4. Adotaram, após esta sessão temática, uma recomendação sobre os orçamentos baseados na diferença entre gêneros. O essencial desta recomendação exorta os Chefes de Estado e de Governos das Américas a avaliarem a amplitude das desvantagens para a mulher e da desigualdade persistente entre os gêneros e a aplicarem os compromissos, as recomendações e os planos de ação relativos à problemática homem-mulher decorrentes das conferências internacionais.

Esta recomendação sugere que sejam analisadas as políticas públicas e os processos orçamentários além de que sejam tomadas as medidas necessárias para a implantação de programas, estratégias e iniciativas de orçamentos, considerando a abordagem da diferença entre gêneros, que permitiria à mulher e ao homem terem acesso idêntico às oportunidades, aos bens, aos recursos e aos serviços. Além disto, foi recomendado incluir na formação dos parlamentares, do pessoal parlamentar e dos presidentes de comissões não somente com esta abordagem, mas inclusive incrementar o número de mulheres nestas comissões.

Foi feita uma demanda para que uma recomendação específica de adoção destes mesmos princípios seja encaminhada aos partidos políticos, a fim de que elaborem sua plataforma de partido e engajem-se em suas campanhas eleitorais na promoção e na adoção de orçamentos baseados na diferença entre gêneros. Parece que cada mulher parlamentar membro da Rede deverá efetuar um acompanhamento diante de seu próprio partido político.

5. Consideraram as seguintes propostas:

A Sra. Elisa Carca, representante do Cone Sul apresentou a *Declaração de Buenos Aires* adotada na reunião regional dos membros do Cone Sul da Rede de Mulheres em 4 de novembro de 2002. Ao firmar esta declaração, as parlamentares presentes assumiram o compromisso de honrar seu mandato político defendendo os setores mais pobres da sociedade. A Assembléia Geral da Rede de Mulheres considerou esta Declaração e adotou a conclusão que exige “que a COPA, assim como outras organizações institucionais da região tomem medidas necessárias que sejam, não apenas enunciadas, mas também compromissos reais em relação aos direitos da mulher e da criança.”

A Sra. Nidia Díaz, representante do Parlamento Centro-Americano, apresentou uma declaração que destaca o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, 25 de novembro, e propôs que esta declaração fosse apresentada à Assembléia Geral da COPA, no dia seguinte, pela presidente, Sra. Laura Pavón.

Sra. Velda González de Modestti, vice-presidente do Senado de Porto Rico, também apresentou uma recomendação a fim de denunciar as violações dos direitos fundamentais da mulher e manifestar a desaprovação em relação às sentenças de morte pronunciadas à mulher nigeriana mãe solteira. Esta recomendação foi aprovada pela Rede.

A Sra. Fatima Houda-Pepin, da seção de Quebec da Rede de Mulheres, apresentou uma recomendação visando apoiar a mulher afegane e mais particularmente a Dra. Sima Samar, ex-vice-primeira ministra do Governo afegane transitório, que lidera atualmente um corajoso combate à violência feita à mulher no Afeganistão e tenta implantar uma Comissão de Direitos Humanos para tal. Esta recomendação foi aprovada pela Rede.

O partido *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* (FMLN) encaminhou uma demanda à Rede de Mulheres Parlamentares para que delegue uma observadora oficial às eleições de El Salvador 16 de março de 2003. Foi proposto que o Comitê Executivo tome uma decisão sobre esta demanda.

6. Elegeram, por aclamação, o novo Comitê Executivo atualmente composto por:

Presidente:

Sra. Ileana Rogel, deputada da Assembléia Legislativa de El Salvador

Representantes regionais:

América do Norte

Sra. María Elena Chapa, deputada do Congresso Federal Mexicano

Sra. Deborah Hudson, representante da Câmara dos Representantes do Estado de Delaware, Estados Unidos

América Central

Sra. Antonieta Botto Handal de Fernández, deputada do Congresso Nacional de Honduras

Caribe

Sra. Velda González de Modestti, vice-presidente do Senado de Porto Rico

Sra. Ruth Jeanette Wijdenbosch, vice-presidente da Assembléia Nacional do Suriname

Região Andina

Sra. Iris María Valera Rangel, deputada da Assembléia Nacional da Venezuela

Cone Sul

Sra. Elisa Carca, senadora da Província de Buenos Aires, Argentina

Sra. Araceli Lemos, deputada da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, Brasil

Organizações Interparlamentares e Parlamentos Regionais:

Sra. Adela Muñoz de Liendo, representante do Parlamento Andino

Sra. Nidia Díaz, representante do Parlamento Centro-Americano

Sra. Andriana Coirini, representante da União dos Parlamentares do Mercosul

Ex-Presidente

Sra. Lyse Leduc (1999-2002), deputada da Assembléia Nacional de Quebec

É importante observar que a presidente da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, Sra. Ileana Rogel, ocupa de fato uma das seis vice-presidências da COPA.

Na reunião do novo Comitê Executivo, realizada em 25 de novembro de 2002, a Sra. Velda González de Modesti, vice-presidente do Senado de Porto Rico, foi eleita 2ª representante da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas para o Comitê Executivo da COPA.



**III REUNIÃO ANUAL DA
REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS**

Ixtapan de la Sal, México, 24 de novembro de 2002

***RECOMENDAÇÃO SOBRE ORÇAMENTOS
BASEADOS NA DIFERENÇA ENTRE GÊNEROS***

A Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, em sua reunião anual realizada 24 de novembro de 2002 em Ixtapan de la Sal, México,

CONSTATANDO o apelo lançado na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, em 1995, para assegurar a integração de uma perspectiva que leva em conta a problemática homem-mulher nas decisões e políticas orçamentárias;

LEMBRANDO que a mulher assume quase a totalidade das responsabilidades relativas à reprodução, à educação dos filhos, aos cuidados com a saúde e com a família, que são sub-avaliadas e mal reconhecidas;

LEMBRANDO que, sem o reconhecimento das abundantes contribuições da mulher ao desenvolvimento nacional, perpetua-se a discriminação e a desigualdade entre os gêneros e reforça-se os obstáculos aos seus direitos de igualdade em termos de acesso aos bens e serviços econômicos;

CONSIDERANDO que os orçamentos, tanto a nível local como nacional, são os meios que permitem determinar o acesso da população aos bens, recursos e serviços;

CONSIDERANDO que a concessão de orçamentos e recursos retrata as prioridades de ações, caso tais orçamentos não consigam atender às necessidades e à demanda dos pobres e das mulheres, o real compromisso para com a realização dos objetivos e programas de igualdade e equidade, tais como a eliminação da violência contra a mulher e também a prestação de serviços adequados para apoiar o trabalho não remunerado da mulher ou ainda a promoção da igualdade de oportunidades para a mulher na economia, é questionado;

CONSIDERANDO que o estabelecimento de um orçamento baseado na diferença entre gêneros pode contribuir de maneira crucial para a atenuação da discriminação e das desigualdades, e também promover o emprego mais eficiente dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que os orçamentos baseados na diferença entre gêneros constituem um dos meios dos quais dispõem os poderes públicos para concretizar seus engajamentos em relação à igualdade de gêneros e ao desenvolvimento humano;

CONSIDERANDO que as iniciativas referentes aos orçamentos baseados na diferença entre gêneros são oportunas em um contexto de sensibilização à boa gestão dos assuntos públicos, à descentralização e aos direitos do povo à informação;

NÓS, representantes das assembleias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares das Américas, reunidas em Ixtapan de la Sal no México na ocasião da III Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares, acordamos:

EXORTAR os Chefes de Estado e de Governo das Américas a avaliarem a amplitude das desvantagens para a mulher e a desigualdade que persiste entre os gêneros;

EXORTAR os Chefes de Estado e de Governo das Américas a tomarem as medidas necessárias para implantar os compromissos, as recomendações e os planos de ação relacionados à problemática homem-mulher provenientes das conferências internacionais;

RECOMENDAR incluir na formação dos parlamentares, do pessoal parlamentar e dos presidentes de comissões a análise das políticas públicas e dos orçamentos em função da noção de gênero;

RECOMENDAR uma sensibilização dos parlamentares à pertinência de integrar de maneira igualitária as preocupações do homem e da mulher no processo orçamentário e na elaboração de políticas pública, a fim de que todas as decisões tomadas tanto ao nível do parlamento que do governo dediquem uma atenção equitativa às preocupações de ambos os gêneros;

RECOMENDAR incrementar o número de mulheres nas comissões sobre a distribuição de orçamentos;

APELAR para todos os parlamentos e governos dos Estados das Américas para que implantem programas, estratégias ou iniciativas de orçamentos baseados na diferença entre gêneros, destinados a permitir que a mulher e o homem tenham um acesso igual e equitativo às oportunidades, aos bens, aos recursos e aos serviços;

EXORTAR todos os parlamentos e governos dos Estados das Américas a avaliarem o conjunto de suas políticas e orçamentos baseado em seu impacto diferenciado junto aos indivíduos conforme o seu gênero e elaborar o orçamento do Estado em função do princípio e dos resultados da análise comparativa diferenciada segundo o gênero, de modo que a política fiscal atenda melhor às necessidades da mulher.



**III REUNIÃO ANUAL
DA REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS**

Ixtapan de la Sal, México, 24 de novembro de 2002

**RECOMENDAÇÃO SOBRE A REUNIÃO DE MULHERES
PARLAMENTARES DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR**

LEMBRANDO que a União Interparlamentar (UIP) constitui a organização interparlamentar mais importante do globo terrestre;

CONSIDERANDO que, desde 1978, as mulheres tomaram a iniciativa de criar um grupo informal de mulheres parlamentares a fim de influenciar os programas e as políticas da UIP;

CONSIDERANDO que a partir de 1986, as mulheres parlamentares da UIP organizam uma sessão durante a qual definem estratégias para divulgar seus pontos de vista e suas preocupações diante da Conferência Anual da UIP;

CONSIDERANDO que, em 1999, foram introduzidas novas disposições no Estatuto e Regulamentos da UIP, imputando reconhecimento oficial à Reunião de Mulheres Parlamentares e ao seu Comitê de Coordenação;

CONSIDERANDO que a COPA obteve recentemente o estatuto de organização observadora junto à União Interparlamentar;

CONSIDERANDO que a Rede de Mulheres Parlamentares das Américas e a Reunião de Mulheres da UIP partilham objetivos comuns;

NÓS, mulheres representantes das assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados, dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares das Américas, reunidas em Ixtapan de la Sal, México, na ocasião da III Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares:

ACORDAMOS que o Comitê Executivo da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas dê os andamentos necessários a fim de obter, para a Rede, o estatuto de organização observadora na Reunião de Mulheres Parlamentares da UIP.



**III REUNIÃO ANUAL DA
REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS**

Ixtapan de la Sal, México, 24 de novembro de 2002

***RECOMENDAÇÃO SOBRE O RECONHECIMENTO
DOS DIREITOS DA MULHER AFGANE***

CONSIDERANDO o contexto político no Afeganistão em que a mulher tem sofrido por mais de duas décadas sob o regime taliban e continuam padecendo sob o atual regime;

CONSIDERANDO que a Dra. Sima Samar, ex-vice-primeira ministra do Governo afegane transitório, lidera atualmente um corajoso combate à violência feita à mulher no Afeganistão e tenta implantar uma Comissão de Direitos Humanos para tal;

NÓS, membros da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas:

APOIAMOS a Dra. Sima Samar e toda as militantes afeganes, que atuam, arriscando suas próprias vidas, pelo reconhecimento dos direitos da mulher afegane e pela implantação da democracia no Afeganistão.



III REUNIÃO ANUAL DA REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS

Ixtapan de la Sal, México, 24 de novembro de 2002

RECOMENDAÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA MULHER NIGERIANA

Para repudiar as sentenças de morte por lapidação aplicada à mulher nigeriana e reclamar ao Governo e ao Presidente da República Federal da Nigéria, que revisem as estruturas jurídicas e as políticas públicas deste país que desprezam os direitos humanos e privam a mulher nigeriana dos direitos civis e políticos, que cumpram os acordos internacionais sobre direitos humanos e que eliminem toda forma de discriminação da mulher;

CONSIDERANDO que todos os homens e todas as mulheres nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sendo assim todo governo deve assegurar aos seus constituintes o livre desfrute dos direitos humanos e das liberdades fundamentais baseado na igualdade do homem e da mulher e independente do estado civil ou da condição dos mesmos;

CONSIDERANDO que, embora a Nigéria seja um dos países signatários da “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher”, no Estado de Katsina da Nigéria continua sendo aplicada a *Lei Sharia*, um estatuto tradicional aceito por um setor do Islã denominado “wahabi”, que permite a imposição de sentenças cruéis, opressivas e discriminatórias da mulher;

CONSIDERANDO que, baseado no conteúdo da *Lei Sharia*, sexta-feira, 22 de março de 2002, um tribunal do Estado de Katsina da Nigéria condenou à morte por lapidação a cidadã Amina Lawal, porque confessou ter dado à luz a uma menina, uma vez divorciada, e impôs-lhe a sentença de ser enterrada até o pescoço para que o povo apedreje sua cabeça até a morte;

CONSIDERANDO que as cidadãs Ahmadu Ibrahim e Fátima Usman também são vítimas desta horrenda e repugnante condenação, e que atualmente entraram com recurso judicial; e Sofiya Hussein, condenada também à morte por lapidação, pôde se salvar assustadoramente este ano desta horribilíssima sentença;

CONSIDERANDO que a *Lei Sharia* baseia-se data de séculos atrás e que viola os direitos humanos e liberdades fundamentais da mulher nigeriana e, embora a condenação de Amina Lawal tenha sido suspensa recentemente, diante das sólidas protestações e críticas da comunidade internacional, o Governo da Nigéria não assumiu o compromisso de exercer pressão para que as leis dos Estados predominantemente muçulmanos sejam modificadas;

CONSIDERANDO que o Governo da República Federal da Nigéria deve agir urgentemente de maneira afirmativa para a definitiva erradicação da pena por lapidação em todos os Estados deste país, assim como a derrogação e a eliminação de toda lei, prática ou políticas que prive ou restrinja os direitos humanos, civis e políticos da mulher nigeriana;

EXIGIMOS através da resolução da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas que:

PRIMEIRO Sejam absolutamente repudiadas as sentenças de morte por lapidação da mulher nigeriana e todo tipo de tortura, maltrato, opressão, marginalização ou discriminação infringidos à mulher, independente da região;

SEGUNDO O Governo da República Federal da Nigéria revise as estruturas jurídicas deste país restritivas dos direitos humanos, civis e políticos da mulher nigeriana, e que derogue e erradique toda política pública e prática de exclusão ou restrição baseado no gênero anuladoras ou dificultadoras de seu desenvolvimento humano e sua participação no trabalho político, social e econômico;

TERCEIRO Seja encaminhada uma cópia da presente Resolução traduzida em inglês ao Presidente da República Federal da Nigéria, Vossa Excelência Olusegun Obasanjo, a cada Câmara da Assembléia Nacional, ao Delegado da República Federal da Nigéria nas Nações Unidas, aos líderes dos partidos políticos Alliance for Democracy (AD), Aljajii Adamu Abdulkadir e People's Democratic Party (PDP), Audu Ogbeh, à Secretaria de Anistia Internacional, e à imprensa internacional para sua divulgação geral.

Resolução adotada na Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, realizada em Ixtapan de la Sal no México, em 24 de novembro de 2002.

Velda González de Modestti
Vice-Presidente do Senado do Estado Livre Associado de Porto Rico



**III REUNIÃO ANUAL DA
REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS
Ixtapan de la Sal, México, 24 de novembro de 2002**

DECLARAÇÃO SOBRE O DIA DE NÃO-VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, em 25 de novembro de 2002, Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher, manifesta sua intenção de:

1. Tomar a firme decisão de continuar lutando contra toda forma de discriminação e violência dirigida à mulher em qualquer parte do mundo;
2. Garantir e prestar a segurança jurídica à mulher; trabalhar arduamente para que sejam cumpridos os preceitos constitucionais, tratados, convênios e leis vigentes; zelar pela proteção e promoção dos direitos humanos; buscar a equidade de gêneros; além de promover as leis preventivas, punitivas e erradicantes da violência contra a mulher;
3. Demonstrar solidariedade a todas as mulheres que sofrem e são vítimas de violência na esperança de que o silêncio seja rompido a cada dia.

*Declaração lida diante a Assembléia Geral da COPA
Ixtapan de la Sal, México, 25 de novembro de 2002*

DECLARAÇÃO DE BUENOS AIRES

**ADOTADA NA REUNIÃO PREPARATÓRIA DO CONE SUL
PARA A III REUNIÃO ANUAL DA REDE DE
MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS**

Ixtapan de la Sal, México, 24 de novembro de 2002

Nas duas últimas décadas do século XX, os países do Cone Sul têm se caracterizado por uma particularidade comum: o resgate da democracia.

Após longas ditaduras com conseqüências nefastas aos direitos humanos, resgatamos um sistema de governo que deveria ser a garantia da defesa de tais direitos e também do patrimônio econômico social da região.

Entretanto, a democracia reconquistada, com diferentes matizes em cada país, não tem conseguido impedir os efeitos mais negativos da globalização que tem resultado economicamente profícua aos países do primeiro mundo, que beneficiam-se das debilidades do nosso incipiente sistema para antepor apenas seus próprios interesses.

A isto tudo acrescentamos nossa dívida externa, nossa dependência tecnológica, que conseqüentemente debilitaram aquelas esperanças dos povos de que a democracia abriria as portas para o gozo dos direitos universais da educação, da saúde, do trabalho, da habitação, etc. Estas esperanças têm sido lesadas a ponto de fazer com que as representações legitimamente eleitas correram perigo.

As potências democráticas do mundo podem sustentar com bom sucesso políticas justas de distribuição das riquezas e dotadas de sólido conteúdo social para seus habitantes. Entretanto, contraditoriamente, estes mesmos países sujeitam-se a impor-nos grandes ajustes sociais contribuindo assim perigosamente para o desprestígio do sistema, tornando-se além do mais cúmplices de atitudes autoritárias que, cedo ou tarde, cometem contra a expressão cidadã através de golpes de Estado e/ou da sustentação de matrizes corruptas.

Nós, as mulheres parlamentares, temos incorporado de maneira substancial a militância na democracia, a partir dos partidos políticos ou outras instituições de grande conteúdo social, em defesa dos direitos humanos em geral e particularmente da mulher.

Vemos assustadas como a qualidade de vida dos nossos povos é agravada quotidianamente e como a possibilidade de um futuro melhor para todos os cidadãos está ameaçada, principalmente em relação à mulher que está carregando em seus ombros aquelas obrigações, que os Estados sustentaram durante muito tempo e que deveriam assim continuar, ao invés de abandoná-las cada vez mais aos ajustes que repercutem indefectivelmente nos mais desfavorecidos.

Diante do perigo da debilitação das instituições democráticas nós, as mulheres parlamentares do Cone Sul, sentimo-nos na obrigação de honrar nossos cargos para os quais fomos eleitas, defendendo o sistema e proporcionando-lhe instrumentos necessários que garantam os direitos dos mais fracos, dos mais marginalizados, daqueles que têm menos voz, para que seus interesses sejam considerados no momento de legislar, colocando-nos no lugar de cada um deles.

Estando no lugar de cada mulher para garantir-lhe o direito à saúde reprodutora, o direito à educação, o direito ao trabalho e a uma habitação digna, o direito à alimentação para a mulher e seus filhos, o direito de viver sem violência sexual e violência a domicílio, o direito ao consumo de água potável e ao cultivo das terras, em suma, o direito a uma vida digna.

Para tanto, nós, mulheres parlamentares e representantes de organizações institucionais do Estado e de ONGs da Argentina, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai, reunidas na cidade de Buenos Aires no marco da Reunião da Confederação Parlamentar das Américas (COPA), reafirmamos o seguinte:

Que a permanência da democracia em nossos países não é nem será total, enquanto a mulher não tiver acesso ao poder em todos os âmbitos do Estado, como os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo através de “ações positivas” que permitam inverter milhares de anos de cultura patriarcal, e também não será plena a absoluta vigência dos direitos humanos, se não forem garantidos especialmente todos os direitos humanos fundamentais da mulher conforme destacada pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas (CEDAW).

Que as políticas econômicas, os tratados comerciais, as políticas de trabalho e migração devem respeitar a autonomia dos povos, sem imposições que impeçam o desenvolvimento econômico e humano; que toda política de integração deve considerar políticas públicas específicas à mulher através da elaboração de medidas macroeconômicas que consideram a perspectiva de gênero, e também inverter as condições de trabalho pelas quais a mulher não tem nem condições nem remunerações justas e igualitárias comparativamente às do homem.

Que devemos respeitar as diferentes formas de expressões culturais que se empregam em nossos territórios, a medida que estas culturas não violem os direitos da mulher e das crianças; que a educação deve conter novos enfoques curriculares para alterar os estereótipos discriminatórios, e também o desenvolvimento da ciência e da técnica não pode basear-se na ausência de interesse da mulher.

Que exigimos a implementação de políticas públicas dotadas dos respectivos investimentos orçamentários para a implantação de programas de saúde sexual e reprodutora, a fim de evitar o aumento da mortalidade materna, o aborto clandestino, a gravidez de jovens adolescentes, o aumento de doenças sexuais transmissíveis e do HIV, banindo as cumplicidades de todo tipo de corporação que ofenda tais políticas.

Que também exigimos políticas públicas para aprimorar a qualidade de vida da mulher no âmbito do desenvolvimento social garantindo-lhe o acesso a uma habitação digna, a valorização de seu papel de dona-de-casa como contribuinte para o PIB, o acesso à aposentadoria, resposta social às suas necessidades que ofereçam-lhe a possibilidade de optar por alternativas para seu desenvolvimento pessoal independente de seu papel de mãe e esposa.

Que diante da permanente contaminação das águas, a pesca indiscriminada-depredadora efetuada por potências estrangeiras em nossas águas continentais, a exploração sem controle dos solos, o desflorestamento da nossa vegetação, etc., exigimos que os Governos assumam sua responsabilidade de defender os direitos de todas as pessoas que vêem sua qualidade de vida diminuídas quotidianamente em prol de interesses corporativos locais e estrangeiros, que tomam nosso continente como “lugar de abastecimento” de matérias-primas e esgotam nossas reservas alimentares, energéticas e principalmente reservas humanas.

Que a paz entre os povos é fundamental para o desenvolvimento econômico da região e também para a segurança de seus habitantes; entretanto, isto não existe nem existirá enquanto a mulher dos nossos povos não tiver paz e segurança, enquanto continuar sendo vítima da violência de gênero, transpondo isto a toda mulher sem distinção de raça, educação, poder econômico, prática religiosa nem situação social.

Esta vulnerabilidade é cada vez maior diante da crise econômica e social da região, que expõe a mulher a uma maior violência sexual, a domicílio, ao assédio sexual no trabalho, ao tráfico de mulheres e crianças para a exploração sexual através da prostituição e/ou pornografia, e qualquer outro tipo de violência que impeça seu completo desenvolvimento como indivíduo.

Baseado no acima exposto, exigimos que tanto a COPA como outras instâncias institucionais da região, tomem medidas conducentes e não meras enunciações a favor dos Direitos Humanos da Mulher e também dos Direitos das Crianças.

BUENOS AIRES, 4 de novembro de 2002

REDE DE MULHERES PARLAMENTARES – REPRESENTANTES DO CONE SUL

<i>Elisa CARCA</i> <i>Mirta RUBINI</i> <i>Graciela DE LEO</i> <i>Marta OSORIO</i> <i>Graciela BORDENAVE</i> <i>Elsa Gladys LOFRANO</i> <i>Delia BISUTTI</i> <i>Carmen GOMEZ de BERTONE</i> <i>María do Carmen FALBO</i> <i>Lilia PUIG de STUBRIN</i> <i>Liliana GUARAGLIA</i> <i>Araceli LEMOS</i> <i>Reina SOTILLO</i> <i>Elisa Noemí SCHUSTER</i> <i>Susana PASTOR</i> <i>Beatriz GROSSO</i> <i>Raquel GASS</i>	<i>Gradys GAMUZA SCAUD</i> <i>Lilian GIL</i> <i>Belkys KARLEN</i> <i>Adriana RIBEIRO</i> <i>Raimunda NUÑEZ</i> <i>Beatriz NOTO</i> <i>María Alicia ARIAS</i> <i>Mariel DIAZ</i> <i>Liliana CUESTA</i> <i>Mónica LUMELLI</i> <i>Amalia BECHERINI</i> <i>Sonia CRESPO</i> <i>María Eugenia TALICE</i>
---	---